



# Cooperluz – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste

CNPJ: 95.824.322/0001-61 - Código Agente: 03627

PAC – PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS  
31 de dezembro de 2023

DC – Demonstrações Contábeis





# Relatório de Administração 2023

CNPJ: 95.824.322/0001-61  
Código Agente: 03627  
PAC – PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS  
31 de dezembro de 2023  
DC – Demonstrações Contábeis



# Relatório da Administração 2023

## Mensagem da Administração

Prezados Associados e Associadas da Cooperluz

Quando se fala em cooperativismo, já é sabido que se trata de um modelo diferenciado, um sistema econômico-social, uma sociedade formada por pessoas que se sobrepõe ao capital. Onde o interesse coletivo que beneficia a todos, vem antes do interesse individual.

Ao completarmos 53 anos de história, cada vez mais, confirmamos a participação do nosso quadro social na gestão democrática da nossa cooperativa através das várias instâncias: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, Núcleos Cooperativos e os encontros semestrais com os representantes de núcleos, proporcionando aos associados canais e oportunidades de participação no planejamento e nas principais decisões da cooperativa.

O resultado desta gestão se reflete e comprova nos investimentos realizados ao longo dos últimos anos no sistema de distribuição de energia, tornando um sistema mais robusto, mais seguro, eficiente e menos vulnerável, o que foi comprovado nos últimos dois temporais, em novembro e dezembro/2023, que atingiram, ao mesmo tempo, toda a área nos 15 municípios em que atuamos.

Mesmo fazendo investimentos anualmente, a Cooperluz através da administração e gestão enxuta e transparente teve aprovada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em julho de 2023, uma redução média de quase 20% em suas tarifas de energia, ficando mais de 40% abaixo das tarifas da concessionária local.

Este foi um objetivo buscado persistentemente pela Direção por três décadas. Na prática esta redução de tarifas representa uma distribuição de resultado de uma forma diferente, onde milhões de reais por ano ficam no bolso do associado e não circula pela cooperativa.

Ao findarmos mais um exercício, levamos para apreciação do quadro social o relatório das principais atividades desenvolvidas e em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e regulatória consideramos importante para divulgar o desempenho da **Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** no ano de 2023.

## 1. Temas Regulatórios

### . Subvenção Baixa Densidade Permissionárias Distribuidoras de Energia

A subvenção criada pela Lei 13.360/2016 para as cooperativas permissionárias com reduzida densidade de carga é uma conquista das cooperativas, seus dirigentes e das entidades representativas do cooperativismo (OCB/Infracoop/Fecoergs) que sensibilizaram e mensuraram que o custo para uma concessionária atender o mercado das cooperativas seria muito maior. Os efeitos desta subvenção aplicada no reajuste de 2023 permitiu a equalização e a modicidade das tarifas praticadas aos nossos associados.

### . Retirada Descontos da Tarifa Rural em Relação Tarifa Residencial

O Decreto 9642/2018, determinou que nos processos de reajuste ou revisão tarifária das distribuidoras de energia nos anos de 2019 á 2023 haveria uma retirada gradual de 6% dos descontos tarifários criados pelo Decreto 7891/2013 da tarifa rural em relação a tarifa residencial, na Cooperluz a retirada integral destes descontos ocorreu no último processo de reajuste tarifário em julho/2023, quando a tarifa rural foi equiparada com a tarifa residencial.

### . RTA – Reajuste Tarifário Anual - Ciclo 2022/2023

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) através de metodologia própria para as permissionárias e pelo processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) homologou pela Resolução REH nº 3.232 de 25/07/2023 um reposicionamento médio negativo nas tarifas de energia da Cooperluz de -13,95%, estas novas tarifas têm vigência de 30/07/2023 á 29/07/2024.

A **Parcela A** (custos não gerenciáveis) compostos dos itens de energia (TE), transporte (TUST/TUSD) e encargos setoriais (CDE/ESS/EER/TFSEE) no processo de reajuste teve uma variação positiva de 4,55%.

A **Parcela B** é formada pelos custos operacionais, manutenção, administração e investimentos. A SGT/ANEEL pelo Despacho nº 458 de 17/02/2023 definiu o teto da Parcela B para as permissionárias, o qual foi atualizado no processo de reajuste em R\$ 38,5 milhões de reais, tendo sido pleiteado 1,80% a menor em relação a este limite. A parcela B representou no reajuste 10,36%, motivado pelo pleito de aumento da parcela de investimentos.

Os componentes financeiros no item de Subvenção de Baixa Densidade das cooperativas permissionárias (Lei 13.360/2016) pela sua metodologia em 2023 os valores dos ativos físicos e os cálculos foram revistos, o que contribuiu que os componentes financeiros tivessem um efeito negativo, refletindo na redução das tarifas e na modicidade tarifária para nossos associados.

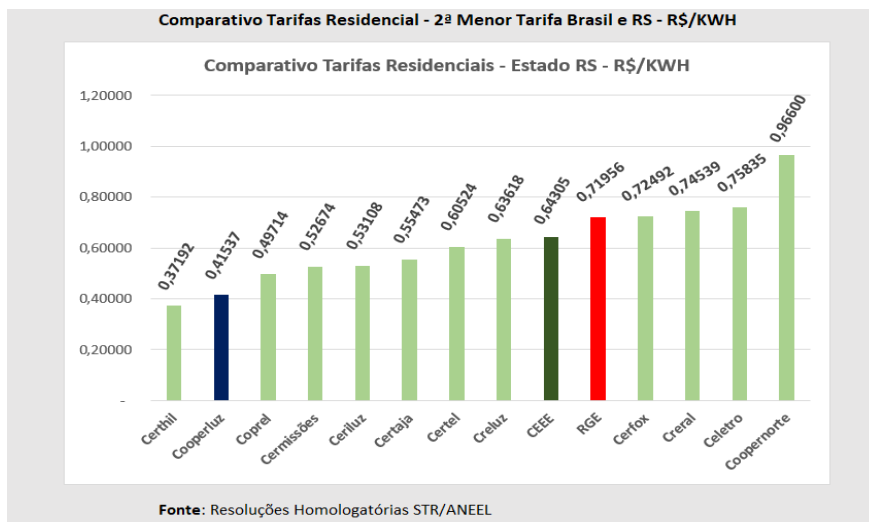
O efeito médio para os associados foi de -13,95%, sendo -14,39% para os consumidores do grupo de Alta Tensão (AT) e -13,90% para os consumidores do grupo de Baixa Tensão (BT).

As tarifas B1-Residencial, B3-Demais Classes e B4-Iluminação Pública tiveram reajuste negativo de -17,69%, enquanto que a tarifa rural teve uma redução de -12,44%, a diferença deve-se pela retirada da última parcela do desconto tarifário de 6% conforme Decreto 9642/2018, desta forma, a partir de julho/2023 a tarifa rural (B2) está equiparada a tarifa residencial (B1).

### . Tarifa Residencial (B1): Comparabilidade com outras Permissionárias do Estado e Concessionária local.

No link <https://portalrelatorios.aneel.gov.br/luznatarifa/rankingtarifas>, a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) apresenta o ranking das tarifas residenciais (B1) praticadas em 2023, entre as 104 distribuidoras de energia (Concessionárias e Permissionárias), a Cooperluz tem a 2ª menor tarifa residencial do país e a 2ª menor tarifa do Estado do Rio Grande do Sul e em comparação a tarifa residencial é 42,27% menor que a concessionária local.





## 2. Compra de Energia ACL (Ambiente Contratação Livre) – Chamada Pública 01/2020

A Cooperluz consolidou em 2022 o processo de aquisição de energia e migração para o mercado Livre em Ambiente de Contratação Livre (ACL) que foi iniciado em 06/10/2020 através da Chamada Pública 01/2020 (leilão eletrônico), onde adquirimos energia mais barata em relação a que estávamos adquirindo da supridora na época. Esta iniciativa resultou em um fator redutor nas tarifas para os associados em 2021 de -7,92% e no processo de 2022 uma redução de -6,18%. No último reajuste em julho/2023 o efeito foi de 1,77%.

## 3. Sistema de Distribuição de Energia

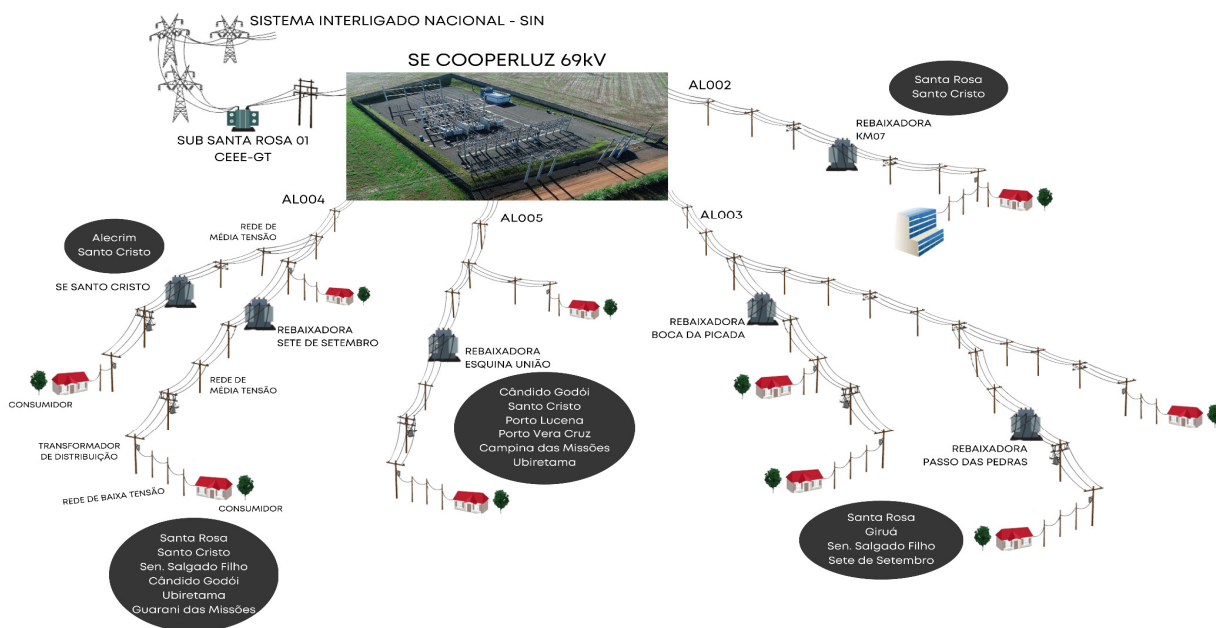
### . Subestação 69/23 kV e Alimentadores Exclusivos

A subestação de 69/23 kV opera com 99,50% de nossa carga, sendo totalmente automatizada possibilitando o monitoramento, o controle e a operação remota dos equipamentos. A Subestação 69/23 kV com capacidade instalada de 37,50 MVA, possui 3 (três) transformadores de 12,5 MVA, sendo um deles de segurança/backup.



Com a atual configuração de nosso sistema elétrico, estamos interligados diretamente na rede básica (DIT) através da subestação de 69/23 kV e pelos alimentadores exclusivos que se conectam as subestações de 23 kV/13,8kV, consolidamos um sistema de distribuição de energia confiável e com qualidade, reduzindo as interrupções e o tempo de atendimento.

## . Esquema Ilustrativo do Sistema de Distribuição da Cooperluz



### . COS – Centro de Operação do Sistema

Atualmente nosso COS – Centro de Operação da Distribuição, através de sistema de supervisão WEB, com banco de dados em nuvem, possibilita o monitoramento e a operação remota da Subestação de 69/23 kV, do módulo de conexão na Subestação da SRO01, além de 63 religadores e 20 bancos de reguladores de tensão e 06 sinalizadores SEL, estes, estrategicamente instalados nos alimentadores, permitindo que possíveis anomalias no sistema sejam detectadas previamente, possibilitando que as ações corretivas sejam mais assertivas, em menor tempo e custo.

No projeto de telemetria dos medidores de energia elétrica, todas as unidades consumidoras do grupo A4 (Alta Tensão) e os maiores associados/consumidores do grupo B (Baixa Tensão), além das unidades consumidoras sorteadas pela ANEEL conforme PRODIST Módulo 8, e os pontos de suprimento (DIT e RGE) estão monitoradas em tempo real.

## 4. INVESTIMENTOS E MELHORIAS

### . Distribuição de Energia

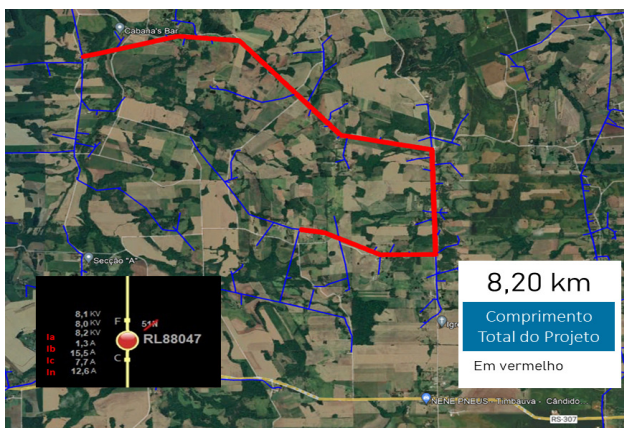
Assim como nos últimos anos e dentro das condições técnicas e de estrutura operacional damos continuidade aos investimentos em nosso sistema de distribuição de energia definidos no PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição, tendo como principal objetivo levar ao associado(a) uma energia com qualidade e confiabilidade.

Em 2023 investimos em nosso sistema de distribuição de energia elétrica e demais ativos o montante de R\$ 13,3 milhões, dando continuidade ao compromisso da Cooperluz com seus associados, na consolidação de um sistema de distribuição robusto, confiável e com qualidade.



As áreas técnica e operacional coordenaram a execução de projetos de extensão, melhorias e reforço de redes, regularização de níveis de tensão e de ligações novas, transformação de redes monofásicas em trifásicas, dentre outros projetos para garantia e aprimoramento da qualidade da energia fornecida aos associados.

Dentre estas obras, destacamos a instalação de 3 novos religadores, implantamos 317 novos postes de concreto e substituímos outros 859 postes nas transformações, expansões e melhorias das redes. Também instalamos 78 novos transformadores e substituímos outros 158 o que aumentou a potência instalada em 3,65%, melhorando a qualidade da energia distribuída.



Em 2023, visando a expansão e melhoria contínua do sistema de distribuição da Cooperativa, investimos na transformação de rede monofásica em trifásica na localidade de Linha Timbaúva, Cândido Godói. A obra com 8,20 km de extensão, teve como objetivo atender uma demanda crescente de carga na localidade que foi identificada com base em medições nos religadores que atendem esta rede, além de um grande desequilíbrio de corrente nas fases.

Outro projeto de destaque e de renovação de ativos é o recondutoramento da rede trifásica da localidade de Esquina União até Rincão Cascavel, no município de Giruá. A obra visa renovar os condutores desta rede em virtude da expansão de carga na região, além dos condutores antigos apresentarem sinais de degradação e de estarem próximo ao final de sua vida útil, haja visto que nos últimos 3 anos foram registradas 9 ocorrências de rompimento de condutor desta rede. O projeto contemplou uma extensão de 10,70 km, além da substituição dos condutores, parte do traçado se encontrava em meio as lavouras e com difícil acesso, tendo sido deslocado para junto da via pública.

Em 2023 iniciamos uma obra em Campina das Missões, interligando as redes de Classe 15kV/25KV, por meio de transformador rebaixador. Esta obra consiste em recondutoramento de 7,40 km e a construção de 2,50 km de rede nova, totalizando 9,90 km. A obra visa a melhoria na confiabilidade do sistema de distribuição na região e se encontra em fase de execução.

Iniciamos e executamos a troca de 600 metros de condutores (nu) para multiplexado (isolados) na área urbana de Santa Rosa, objetivando a redução de eventos de contato dos cabos com a vegetação.

### . Projetos

Em 2023 no Setor de Engenharia e Projetos foram protocolados um total de 701 processos de obras, os quais são apresentados de acordo com o interessado: i) a pedido de associados; ii) próprios da cooperativa de investimentos e melhorias, e; iii) processos emergenciais conforme quadro abaixo:

	Total de processos de obra	Interessado: Associado / Terceiro	Próprios Cooperluz	Emergenciais
Quantidade (%)	701 (100%)	337 (48%)	239 (34%)	125 (18%)

Dos processos protocolados em 2023, executamos 67% e 10% em 31/12 estavam em execução. Os processos emergenciais em 2023 tiveram uma elevação em virtude dos eventos climáticos atípicos, com um aumento de 98% em relação ao ano de 2022 quando tivemos 63 processos emergenciais.

### . Manutenção Preventiva Subestação 69 kV - Módulo Conexão e Linha Transmissão 69 kV

Realizamos mensalmente na SE 69 kV inspeção visual detalhada e semestralmente verificamos todas as conexões da subestação e no módulo 69KV com termovisor para identificar possíveis pontos quentes no sistema.

Em conformidade ao procedimento de operação e manutenção da Linha de Transmissão 69 kV, realizamos mensalmente com pessoal próprio inspeção visual na LT 69 kV e anualmente com empresa especializada a inspeção em toda a extensão da LT verificando as estruturas, conexões e termografia.

### . COS – Centro de Operação do Sistema

Em 2023 com a instalação de 3 novos religadores automáticos, totalizamos 63 religadores automatizados e monitorados, informando em tempo real possíveis defeitos em nossas redes e ou a falta de energia, além de permitir a operação remota, diminuindo o tempo das interrupções e custos com deslocamentos.

### . Tecnologia da Informação

#### Projeto Piloto de Telemedicação

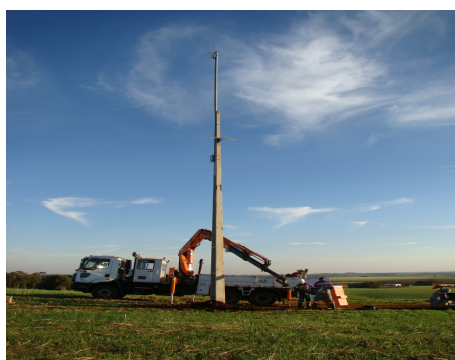
Em 2023 damos sequencia no projeto piloto de telemedicação no município de Senador Salgado Filho, com a instalação de 5 torres de comunicação via rádio a fim de abranger 185 km<sup>2</sup> de área de extensão do município, bem como suas divisas.



O projeto contemplou 1.480 unidades consumidoras, sendo 898 na área rural e 582 na área urbana, sendo necessário a substituição de 1.282 medidores que possibilitam a conexão do equipamento de coleta de leitura remota, denominados de “Postyou”, que são acoplados internamente na caixa de medição de cada unidade consumidora (foto abaixo). Concluídas as etapas de instalações e ajustes que garantiram a conectividade e a cobertura total da área, foi possível dar início a coleta das leituras para fins de faturamento.

O projeto foi avaliado positivamente e desde de outubro/2023 as 7(sete) rotas de leitura das unidades consumidoras participantes do projeto estão sendo faturadas com as leituras coletadas remotamente, dando confiabilidade e segurança na informação.

Abaixo imagem da antena instalada na localidade de Rincão dos Vieiros/Sete de Setembro e do equipamento Postyou instalado ao lado do medidor.



#### . Equipamentos de Informática - Software

Foi dada sequencia na renovação de equipamentos de informática com a aquisição de 8 novos computadores e 4 notebook.

Adquirimos e implementamos o software P3 – Useall para recebimento e protocolo digital de projetos de terceiros de geração distribuída;

#### . Frota Própria de veículos – Composição

Frota de veículos – 44 veículos

4 caminhões com guindauto  
(obras e manutenção)



(\*) 2 caminhões já comprados  
em fase de implantação

1 caminhão prancha e 1 retroescavadeira  
(obras e manutenção)



1 caminhão F-4000  
(obras e manutenção)



19 camionetes de serviço  
(plantões + serviço campo)



2 camionetes de serviço  
cabine dupla (eq. podas)



8 veículos utilitários  
(administrativo + serviço campo)



8 motocicletas  
(leituristas)



### . Renovação da Frota de veículos

Em 2023, damos sequência na renovação da frota de veículos conforme quadro abaixo. As principais aquisições destacamos a compra de 2 (dois) novos caminhões com maior potência e torque para os serviços de construção e manutenção de redes. Para os serviços de plantonistas foram adquiridas 5 (cinco) novas caminhonetes e todas equipadas. A aquisição de uma retroescavadeira com acoplamento de rompedor e caminhão para transporte (usados), o que vem para agilizar e auxiliar os serviços de construção e manutenção das redes em lugares de difícil acesso e aberturas de cavas. Adicionalmente, efetuamos reforma de 3 (três) guindastes hidráulicos instalados em caminhões.

Tipo/Modelo	Quant	Setor/Serviços
Caminhão Volkswagen 18.260 equipado com cabine adicional, guindaste hidráulico Madal, cesto aéreo e saca poste	2	Construção e manutenção de redes
Caminhão Iveco usado e plataforma para transporte Retro	1	Construção e manutenção de redes
Retroescavadeira Caterpillar usada com rompedor	1	Construção e manutenção de redes
Caminhonete Toyota Hilux – Cabine Simples - equipadas com caixas de ferramentas	5	Plantões
Caminhonete Fiat Strada	1	Qualidade Energia
Caminhonete Toyota Hilux – Cabine Dupla	1	Direção
Caminhonete Renault Duster	2	Administrativo e técnico
Motocicleta Honda 160 cc	1	Leituras



Fotos: Acervo Cooperluz - veículos adquiridos em 2023.

### . Fábrica de Postes e Instalações

A fábrica de postes (prédio locado) está reestruturada e automatizada com a instalação de uma nova ponte rolante, melhorando as condições de operação e a movimentação das estruturas e postes de concreto.

### . Captação de Recursos

A Cooperativa no ano de 2023 para a execução das melhorias e investimentos em seu sistema de distribuição de energia trabalhou com recursos próprios e a participação financeira dos associados na forma dos regramentos do setor elétrico.

## 4. DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA – OPERACIONAL E MELHORIAS

### . Equipamentos de Redes

Em 2023, apesar dos temporais que tivemos em nossa região nos meses de novembro e dezembro/2023, apenas 31 transformadores foram substituídos por queima, o que representa 0,70% dos 4.430 transformadores instalados, um resultado do contínuo trabalho de proteção das redes e dos equipamentos instalados.

Ano	2023	2022	2021	2020	2019
<b>Transformadores Avariados</b>	<b>31</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>37</b>
<b>% Avariados S/Total</b>	<b>0,70%</b>	<b>0,48%</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,54%</b>	<b>0,89%</b>
<b>Transformadores Instalados</b>	<b>4.430</b>	<b>4.352</b>	<b>4.294</b>	<b>4.198</b>	<b>4.125</b>

### . Manejo de Vegetação

A Cooperluz na sua área de atuação atende associados residentes na área rural e em urbanas. No entanto, a maior faixa de cobertura ainda se constitui em áreas rurais, onde extensas redes de distribuição levam a energia a todos os rincões dos municípios atendidos.

Considerando as características ambientais da região, com muitas áreas remanescentes de vegetação nativa, a Cooperluz se vê obrigada a realizar permanentemente o manejo de vegetação existente no entorno das redes de distribuição de energia. Estes serviços são realizados por equipes próprias e terceirizadas com auxílio dos plantonistas, os quais recebem treinamento e capacitação sobre procedimentos técnicos e legais para o correto manejo, sob a supervisão e responsabilidade de empresa e profissional especializado.

Para a instalação de novas extensões de redes, ou mesmo quando da realização de melhorias nas redes existentes, sempre que há interceptação de fragmentos florestais, após a análise e avaliação criteriosa pela assessoria e setor de projetos, e tendo como objetivo principal em minimizar as intervenções a serem realizadas, no ano de 2023, dessas avaliações foram emitidos 76 pareceres técnicos.

Para a realização destes serviços dentro dos preceitos legais e obtida mediante procedimento específico junto à FEPAM/RS a Cooperluz possui a licença ambiental única **LU nº 00360/2019** emitida em 18/07/2019 e recentemente foi emitida a **LU nº 00185/2024** com validade até 24/01/2029.

### . Relato de Eventos Climáticos Severos

Nos dias 15 a 19/11/2023 tivemos uma sequência de vendavais em pontos dispersos de nossa região e no amanhecer do dia 29/12/2023 de forma mais severa um vendaval atingiu praticamente todos os municípios de nossa área de atuação, com ventos próximos a 100 Km/h, ambos eventos danificando redes de energia, trazendo grandes estragos e prejuízos a cooperativa, aos associados e a comunidade em geral.







Fotos: Acervo Cooperluz

No quadro abaixo demonstramos os postes avariados, transformadores queimados e as ligações telefônicas recebidas dos anos de 2022 e 2023 em comparação aos números destes eventos.

	Totais Ano		Eventos Climáticos			
	2022	2023	29/12/2023	15 a 19/11/2023	Total	%
Postes Avariados em Emergências	22	79	19	18	37	47%
Transformadores Queimados e Avariados	42	52	4	3	7	14%
Ligações Recebidas	10.319	24.415	4.483	5.217	9.700	40%

Da avaliação do trabalho realizado pelos nossos colaboradores nestes eventos, em especial o dia 29/12/2023, enaltecemos o comprometimento deles e das coordenações de engenharia, técnica, operacional e de atendimento que não mediram esforços que os equipamentos, alimentadores e as redes troncais tivessem o fornecimento de energia restabelecido para 75% de nossos associados até as 18 horas do mesmo dia, ao final do dia 30/12/2023 estávamos com 91% das unidades consumidoras energizadas, e o restante foram restabelecidas no dia 31/12/2023.

Ainda, numa extensão de 4.237 Km de redes, 44 mil postes implantados e 4.430 transformadores instalados, de forma positiva, enaltecemos a qualidade de nossas redes e dos postes que somente 37 postes foram danificados e 7 transformadores avariados/queimados nestes eventos.

### . Árvores de grande porte e redes de energia elétrica

Em 2023, vivenciamos na cooperativa e acompanhamos em nosso estado e no Brasil eventos climáticos severos, com uma frequência jamais vista de vendavais além de enchentes.

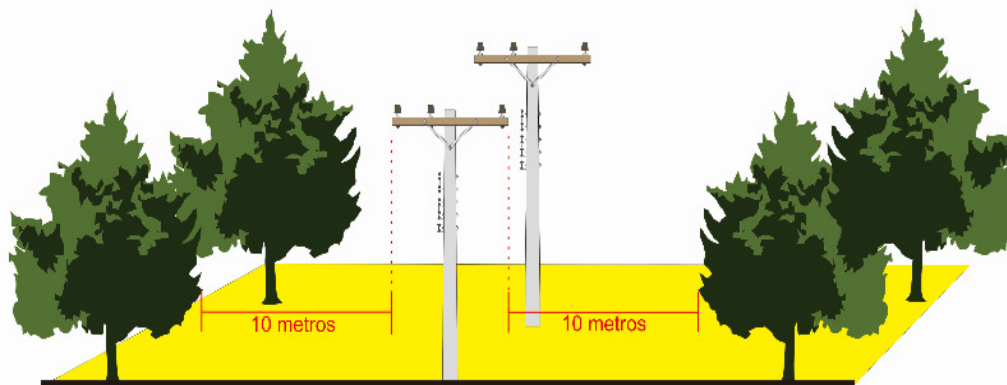
Estes eventos de grande magnitude e ventos fortes resultam em quedas de árvores de grande porte (eucalipto/pinus) sobre as redes de energia elétrica, causando danos e sendo este o maior causador da falta de energia, trazendo prejuízos para os consumidores, suas residências e estabelecimentos e para as distribuidoras que terão que alocar recursos e mobilizar a sua



estrutura (atendimento, veículos, equipamentos, equipes, plantonistas e outros) para a normalização do seu sistema que em muitas vezes, em eventos de grandes extensões, extrapola a sua capacidade tanto de estrutura e de pessoal, trazendo transtornos a todos.

Diante disso, é importante a conscientização do associado e da sociedade em geral, se quisermos diminuir estas anomalias e as interrupções de energia, devemos evitar o plantio de árvores de grande porte (eucalipto/pinus) no entorno de redes de energia seja em áreas urbanas e nas áreas rurais.

A fim de minimizar os estragos provocados por árvores de grande porte (eucalipto e pinus) deve-se respeitar uma distância mínima de 40 metros das redes de energia e para árvores de médio porte a distância mínima de 10 metros, conforme as imagens abaixo:

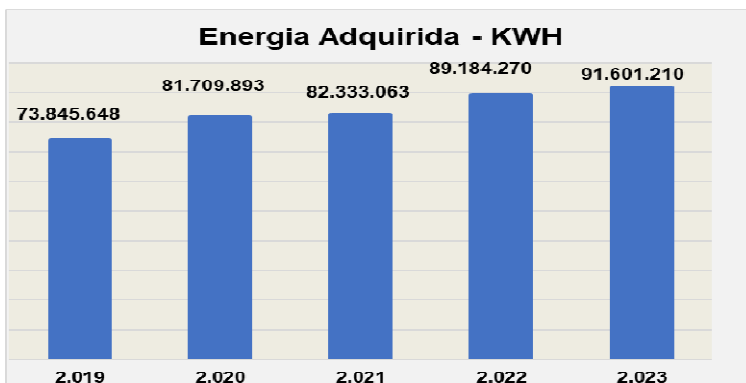


Distância a ser respeitada para o plantio de árvores perto da rede de distribuição

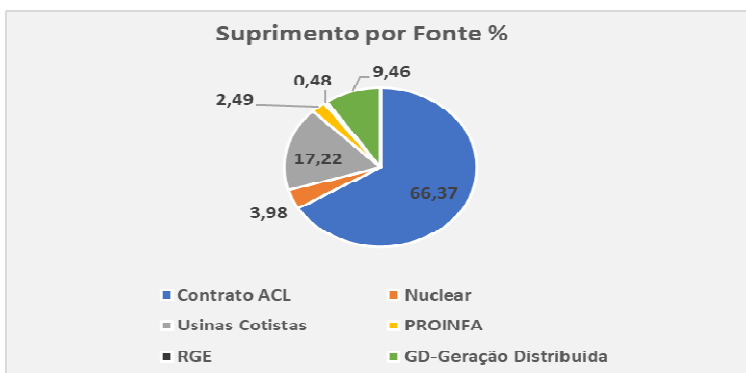
## 5. BALANÇO DE ENERGIA (Suprimento e Distribuição)

### . Energia Adquirida – Suprimento

Em 2023 adquirimos energia para suprimento para atendimento de nossos associados o montante de 91.601.210 kWh, comparativamente a 2022 tivemos um crescimento na compra de energia de 2,71%.



Em 01/01/2022 deu início a vigência do contrato de compra de energia no mercado livre. Pela legislação vigente, proporcionalmente, também recebemos suprimento de outras fontes como CCEN (Angra I e II), Usinas Cotistas (CCGF), PROINFA e mantivemos contrato com a Supridora RGE em montantes menores. No quadro abaixo apresentamos a participação de cada fonte no suprimento.

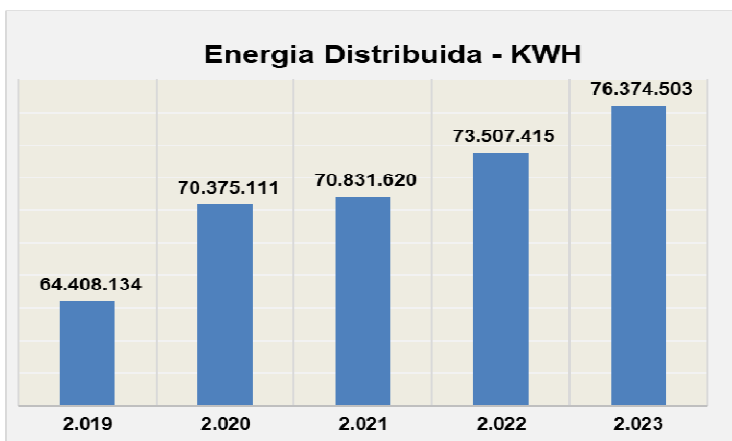


### . Perdas de Energia

No último reajuste tarifário de julho/2023 a ANEEL definiu as perdas regulatórias em 16,18%, sendo 13,89% de perdas na distribuição e 2,29% de perdas da rede básica.

### . Energia Distribuída

Em 2023, distribuimos aos nossos associados 76.374.503 kWh, comparado ao período de 2022 tivemos um crescimento de 3,90%.



Nota: excluído consumo próprio

### . Energia Distribuída por Classe (KWh)

No quadro abaixo, dos montantes distribuídos em Kwh por classe de consumo, verificamos o crescimento de 3,90% em 2023, impulsionado pela classe residencial que representa 16,6% de nosso mercado, seguido da classe comercial. A classe rural que representa 68,28% também apresentou um pequeno crescimento. As demais classes mesmo com menor representatividade também tiveram crescimento, exceto a classe industrial que teve redução.

Kwh Faturado	2023	%	2022	%	Evolução	%
<b>CLASSES DE CONSUMO</b>	<b>76.374.503</b>	<b>100,00</b>	<b>73.507.415</b>	<b>100,00</b>	<b>2.867.088</b>	<b>3,90</b>
Residencial	12.675.950	16,60	10.912.569	14,85	1.763.381	16,16
Industrial	1.028.492	1,35	1.272.163	1,73	-243.671	(19,15)
Comercial	5.819.095	7,62	4.810.787	6,54	1.008.308	20,96
Rural	52.148.923	68,28	51.973.898	70,71	175.025	0,34
Poderes Públicos	739.029	0,97	660.040	0,90	78.989	11,97
Serviço Público	2.976.669	3,90	2.947.474	4,01	29.195	0,99
Iluminação Pública	986.345	1,29	930.484	1,27	55.861	6,00

## 6. DADOS COMERCIAIS E FATURAMENTO

### . Unidades Consumidoras

Em 2023, tivemos um incremento de 225 novas unidades consumidoras (cativo), um crescimento de 1,33% em relação a 2022. O crescimento mais expressivo foi da classe residencial, seguido da classe comercial. A classe rural com maior número de unidades consumidoras teve uma pequena redução.

Unidades Consumidoras (cativo)	2023	%	2022	%	Evolução	%
<b>CLASSES DE CONSUMO</b>	<b>17.081</b>	<b>100,00</b>	<b>16.856</b>	<b>100,00</b>	<b>225</b>	<b>1,33</b>
Residencial	5.468	32,01	5.132	30,45	336	6,55
Industrial	34	0,20	38	0,23	-4	-10,53
Comercial	753	4,41	736	4,37	17	2,31
Rural	10.599	62,05	10.723	63,62	-124	-1,16
Poderes Públicos	116	0,68	115	0,68	1	0,87
Serviço Público	101	0,59	102	0,61	-1	-0,98
Iluminação Pública	10	0,06	10	0,06	0	0,00

Consumidores Livre - Uso Sistema	2023	2022	Evolução
<b>CLASSES DE CONSUMO</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>1</b>
Industrial	1	1	0
Rural	1	0	1
Geração - TUSD G	2	2	0

### . Faturamento

Nossa receita operacional líquida em 2023 atingiu R\$ 60,8 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 52,03 milhões um aumento de 17,01%. As tarifas de energia tiveram uma redução no Reajuste Tarifário Anual-RTA de julho/2023, minimizado pelo crescimento da energia distribuída. As subvenções recebidas a exemplo da baixa densidade de carga criada pela Lei 13.360/2016, tiveram um crescimento, o que contribuiu com a elevação da receita líquida.

### . Atendimento ao Associado

A Cooperluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação e acesso, entre eles:

- ✓ Atendimento telefônico pelo nº **08000 51 74 92** gratuito e com atendimento 24 horas, para comunicação de falta de energia e serviços de emergência;

- ✓ Postos de atendimento presenciais na sede administrativa em Santa Rosa que atende diariamente e em Senador Salgado Filho que atende nas quartas feiras.
- ✓ Postos de arrecadação, em convênio com 9 (nove) Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo uma referência da cooperativa nos municípios;
- ✓ Site no endereço eletrônico <http://www.cooperluz.com.br>, que possibilita o acesso pelo computador ou celular (smartphone), podendo informar falta de energia, obter dados de sua fatura, desligamentos programados da sua unidade consumidora, e outras informações relevantes.
- ✓ Software P3 – Useall que permite o protocolo, a juntada de documentos e o andamento do processo de Geração Distribuída (GD).

Nestes canais de comunicação, os associados obtêm informações sobre seus direitos e deveres, podem efetuar sugestões e reclamações, ter informações sobre sua conta de energia, pedidos de ligação e corte, danos elétricos, entre outros.

Em 2023 damos sequência em campanhas para os associados das áreas urbanas de Santa Rosa, onde reforçamos e incentivamos o recebimento da fatura por e-mail (conta digital), o débito em conta e o pagamento instantâneo pelo QRCode **PIX**, assim como a divulgação dos canais de comunicação e de atendimento 24h.

No quadro abaixo apresentamos alguns indicadores de atendimento ao associado/consumidor:

<b>Atendimento ao consumidor</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Total de ligações atendidas (Call center)	13.502	10.623
Número de atendimentos nos escritórios regionais	7.965	24.310
Número de atendimentos por meio da Internet	26.121	19.779
Números de Reclamações	9.412	5.905
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	69,71	55,59
<b>Reclamações – Principais motivos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Referentes a interrupções (%)	95,03	93,23
Referentes à emergência (%)	4,32	5,59
Referentes a prazos na execução de serviços (%)	0	0
Referentes ao fornecimento inadequado de energia (%)	0,04	0,03
Referentes ao consumo/leitura (%)	0,20	0,52
Referentes ao corte indevido (%)	0,01	0
Reclamações por conta não entregue (%)	0	0
Referentes a serviço mal executado (%)	0	0
Referentes a danos elétricos (%)	0,39	0,61
Referentes a irregularidades na medição	0	0
Outros (%)	0	0,02
<b>Reclamações solucionadas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Durante o atendimento (%)	1,23	0,34
Até 30 dias (%)	98,66	99,41
Entre 30 e 60 dias (%)	0,05	0,10
Mais que 60 dias (%)	0,05	0,15
Reclamações julgadas procedentes X total de reclamações recebidas (%)	87,19	88,09
Reclamações solucionadas X número de reclamações procedentes (%)	100,00	100,00



## 7. GESTÃO DA QUALIDADE ISO 9001 E INDICADORES REGULATÓRIOS

### . SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade – Normas de Qualidade NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 10.002:2005

A Cooperluz desde 2017 é certificada pela empresa TÜV NORD Avaliações da Qualidade (BRTUV) certificadora das Normas de Qualidade NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 10.002:2005. Os processos certificados foram para aplicação na área de coleta de dados, apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, qualidade do atendimento comercial na distribuição de energia elétrica e tratamento das reclamações dos associados/consumidores na forma dos regramentos da ANEEL.

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Cooperluz tem como política da qualidade a satisfação do associado, a melhoria contínua, o investimento em tecnologia, a eficiência no atendimento, o cumprimento de requisitos legais e a sustentabilidade econômica.

Em 2023 o Comitê da Qualidade da Cooperluz em conjunto com a assessoria contratada deu seguimento ao programa de qualidade, com avaliações periódicas do desempenho, treinamentos e auditoria interna.

Em 08/11/2023 o Organismo de Certificação TÜV NORD Brasil confirmou pelo relatório de certificação que o resultado da auditoria, avaliação e decisão de certificação está de acordo com a norma ISO/IEC 17021-1:2016 e a Cooperluz opera um sistema de gestão em conformidade com os requisitos da ISO 9001:2015 e será avaliado quanto à conformidade dentro do prazo de validade de 3 anos do certificado TNBR.26954-001 - validade 26/12/2026.



### . Indicadores ANEEL de Avaliação das Distribuidoras

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL como órgão regulador e de fiscalização do setor elétrico, determina que as distribuidoras de energia enviem uma série de dados e informações (mensais, plurimensais e anuais) que possibilitam monitorar a qualidade do produto entregue ao consumidor de energia, bem como, a qualidade dos serviços que as distribuidoras prestam aos seus consumidores, entre outros.

Deste monitoramento a ANEEL divulga os indicadores em seu site para conhecimento das distribuidoras de energia, da sociedade, dos consumidores e público em geral, os quais reproduzimos alguns destes indicadores para avaliação dos associados quanto a performance da Cooperluz como permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica.

### . Qualidade do Produto (Energia Elétrica)

#### Indicadores DEC - FEC

A ANEEL monitora a **qualidade dos serviços prestados** pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica, através dos indicadores: o **DEC** - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor e o **FEC** - Frequência Equivalente de Interrupções, definindo metas/limites máximos para cada distribuidora de energia.

A melhoria destes indicadores nos últimos anos deve-se aos investimentos realizados em meados de 2016 com a construção da linha de transmissão e da Subestação 69 kV que possibilitou a conexão na rede básica (DIT), e recentemente em 2020, melhoramos estes indicadores com a desativação da última rebaixadora ligada na concessionária local, possibilitando que nosso sistema opere interligado e 99,5% conectado na rede básica.

Também contribuiu com a melhoria destes indicadores a vistoria mensal nos alimentadores, eliminando preventivamente possíveis problemas com galhos, chaves, isoladores e outros. Outro fator preponderante são os religadores automatizados e monitorados 24 horas, que permite a operação remota, reduzindo o tempo de restabelecimento da energia. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC Apurado	DEC Limite	FEC Apurado	FEC Limite
2.023	17,84	55,00	9,36	23,00
2.022	14,72	58,00	10,94	24,00
2.021	19,92	61,00	12,42	25,00
2.020	17,44	64,00	12,48	26,00
2.019	32,65	67,00	19,27	27,00

Fonte: [https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores\\_de\\_qualidade/resultado.cfm](https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/resultado.cfm)

#### . Pesquisa IASC/Aneel – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realiza anualmente por amostragem a Pesquisa IASC/ANEEL com o objetivo de avaliar o grau de satisfação em relação aos serviços ofertados pelas distribuidoras de energia quanto a percepção dos consumidores residenciais urbanos e rurais, nos quesitos da qualidade percebida, o valor na dimensão econômica, a satisfação do consumidor, a confiança na empresa e a fidelidade.

Os resultados da 24ª edição da pesquisa referente ao ano de 2023 foram divulgados em março/2024. Para esta pesquisa a ANEEL através de empresa contratada entrevistou 155 associados/consumidores residenciais urbanos e rurais da Cooperluz. Em Santa Rosa foram 86 entrevistas, 18 em Senador Salgado Filho, 21 em Campina das Missões e 30 pesquisas em Candido Godoi.

No quadro abaixo apresentamos os resultados da pesquisa dos últimos cinco anos, e em 2023 o índice de satisfação obtido foi de **75,69** sendo classificado como “**bom**”, em 2022 obtivemos o índice de **72,88** também classificados como “**bom**”. A cooperativa tem mantido uma regularidade destes índices, tanto que em 2023, pelo ranking da ANEEL entre as 104 distribuidoras de energia no Brasil (Concessionárias e Permissionárias) a Cooperluz é a 10ª com melhor índice de satisfação do consumidor.

Ano	Nota	Avaliação	Ranking Aneel
2023	75,69	Bom	10º
2022	72,88	Bom	13º
2021	72,91	Bom	9º
2020	78,29	Bom	13º
2019	81,27	Excelente	20º

Fonte: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/consumidores/iasc>

### . Pesquisa Interna de Satisfação Associado da Cooperluz

Pesquisa realizada a cada 3 anos, em conformidade ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Cooperluz, com o objetivo de avaliar a percepção e o grau de satisfação do associado em relação aos serviços prestados pela cooperativa nas áreas de qualidade de energia, nível de tensão, interrupções e tempo de retorno, atendimento telefônico, atendimento presencial e dos postos conveniados, confiabilidade da fatura de energia, preço das tarifas, leituristas e meios de comunicação aos associados, entre outros temas.

A primeira pesquisa foi realizada em 2017 e devido a pandemia e as restrições sanitárias não foi possível realizá-la em 2020. Retornamos com uma nova pesquisa nos meses de setembro a novembro/2022 nos 11 municípios de maior atuação da Cooperluz. A pesquisa foi realizada com 710 Associados de todas as classes de consumo pelos postos de arrecadação conveniados e na sede administrativa da Cooperativa. Na avaliação geral o índice ficou em 81,20 considerado excelente.

Ano	Nota	Avaliação	Amostra
2022	81,20	Excelente	710
2017	82,60	Excelente	758

## 8. CAPACITAÇÃO E TREINAMENTO

### . Ações de Segurança

A Cooperluz tem uma grande preocupação com a segurança e as condições de trabalho oferecidas aos seus colaboradores. A estrutura vem sendo renovada e atualizada e as ações desenvolvidas são constantes e de caráter permanente e temos investido em treinamento, capacitação e principalmente na conscientização das pessoas envolvidas nos processos em áreas de risco. Em 2023 tivemos 4 (quatro) acidentes e em 2022 tivemos 1 (um) acidente de trabalho, conforme quadro abaixo:

Área	2023		2022	
	Com afastamento	Sem Afastamento	Com afastamento	Sem Afastamento
Operacional	3	1	0	0
Comercial	0	0	1	0
Administrativa	0	0	0	0
<b>Total Ano:</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Índice TF (Taxa Frequência)</b>	<b>10,32</b>	<b>0</b>	<b>37,93</b>	<b>0</b>
<b>Índice TG (Taxa Gravidade)</b>	<b>633,06</b>	<b>0</b>	<b>2.275,61</b>	<b>0</b>

### . Capacitação, Treinamento e Valorização do Colaborador

Em 2023, nas áreas de construção e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, proporcionamos aos nossos colaboradores 8 eventos de capacitação, reciclagem e/ou treinamento com 143 inscrições e 25 horas/médias por evento, especialmente em NR – Normas Regulamentadoras de segurança em serviços de eletricidade (10), segurança em trabalho em altura(35), operação de máquinas e equipamentos(12), além de capacitação formação de eletricitista, ligação em unidades consumidoras em BT e capacitação para membros da CIPA.

Também proporcionamos 5 eventos de capacitação e treinamento com 22 inscrições e 11 horas/médias por evento em operação de cesto aéreo, guindauto e escavadeira hidráulica.

Para os colaboradores do almoxarifado, foram proporcionados 2 eventos com 11 inscrições e 10 horas/média por evento de capacitação e treinamento na NR 20 – Combustíveis e RT 15 – Brigada de Incêndio.

Também proporcionamos um evento de orientações técnicas para manejo de vegetação em redes de distribuição com 10 inscrições com 2 horas/médias de treinamento.

No Centro de Operações da Distribuição (COD), capacitamos uma nova colaboradora com 490 horas de treinamento.

Na área administrativa proporcionamos 7 eventos sobre legislação tributária e contábil com 10 inscrições e 8 horas/médias por treinamento;

A tradicional Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), em sua 32ª edição, contou com a participação de 117 colaboradores e foram ministradas palestras sobre ginástica laboral, ergonomia, assédio/bullying, prevenção uso de drogas, relações interpessoais e destinação resíduos sólidos. Também proporcionamos a todos os colaboradores exame de sangue e agendamento na rede pública de exames de mamografia e pré-cancer para as colaboradoras.

Em 2023 investimos R\$ 31 mil em capacitação e treinamento de nossos colaboradores, R\$ 9 mil em auxílio educação, além de investir R\$ 142 mil em EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

## **9. ESTRUTURA DE GOVERNANÇA**

A Cooperluz dentro da sua estrutura de governança e como cooperativa possui diversas instâncias de tomada de decisões e de compartilhamento das informações, além de fomentar e incentivar a participação de seus associados na gestão e rumos da cooperativa.

A Assembleia Geral Ordinária foi realizada no dia 02/03/2023 na modalidade presencial e contou com a participação de 91 associados, associadas e convidados além das deliberações na forma da Lei, tivemos as eleições para membros da Diretoria Executiva tendo sido reconduzidos aos cargos o Presidente Sr. Querino Volkmer, Vice-Presidente - Vicente Czcza e Secretário - Eliseu Luis Stein e membros do Conselho de Administração para um mandato de 4 (quatro) anos, também tivemos eleições do Conselho Fiscal para o mandato de um ano.



**Foto:** Diretoria Executiva e Conselho Administração – Mandato 2023/2027



O Conselho de Administração se reúne uma vez ao mês, enquanto que o Conselho Fiscal se reúne duas vezes ao mês, com acompanhamento de um assessor contratado.

A Cooperluz tem contratado a empresa Dickel e Maffi-Auditoria e Consultoria para os serviços de auditoria independente para as demonstrações contábeis e ao final dos trabalhos emite relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

### **. Nucleação de Associados**

A Cooperluz possui 27 núcleos constituídos em sua área de atuação e na forma do Estatuto Social foram realizadas em Santa Rosa/RS as duas reuniões semestrais nos dias 28/06/2023 e 19/12/2023 com a presença dos representantes dos núcleos, a Diretoria executiva, os conselheiros administrativos e fiscais, além de coordenadores de setores para tomar conhecimento e analisar os resultados econômicos e financeiros, a evolução de alguns indicadores, os investimentos realizados no sistema de distribuição (redes), os trabalhos e demandas da cooperativa nas áreas de distribuição, comercial e administrativa.

Nos meses de janeiro/23 e fevereiro/2023 as reuniões em preparação a Assembleia Geral foram realizadas de forma centralizada nas sedes municipais dos 27(vinte e sete) núcleos e contou com a presença da Presidência, conselheiros administrativos e fiscais e associados(as) tendo como pauta a prestação de contas do exercício de 2022.

## **10. COMUNICAÇÃO - PROGRAMAS SOCIAIS E AÇÕES INSTITUCIONAIS**

### **. Comunicação**

No ano de 2023 buscou-se manter o diálogo com o quadro social da cooperativa através dos tradicionais meios de comunicação: Boletins informativos, site, além da divulgação de informações e notícias da cooperativa por meio dos programas de rádios dos sindicatos conveniados, além de rádios e jornais com atuação regional. Os programas institucionais também seguiram sendo desenvolvidos e aprimorados.

### **. Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE)**

No ano de 2023, por meio do Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE), foram atendidas 21 escolas, de 8 municípios, somando 640 alunos. Devido a ampliação do número de escolas e de acordo com avaliação realizada em conjunto pelo grupo de colaboradores do programa, educadores e direções escolares, se optou por uma nova formatação do programa, focando apenas nas duas turmas finais do ensino fundamental, ou seja, 8º e 9º anos. Foi um momento de intensificação das atividades presenciais, iniciando o ano com o planejamento das ações e a formação continuada de educadores e educadoras do PCE, que seguiu ao longo do ano.

Atividades teóricas foram realizadas no espaço das salas de aula, além de ações socioambientais. Os alunos do 8º anos realizaram viagem de estudos regional e tiveram a oportunidade de conhecer e compreender melhor como funciona a destinação dos resíduos(lixo) gerado em nossa região, por meio de visitas na empresa CRVR - Companhia Riograndense de valorização de resíduos e na Coopervida – Cooperativa de recicladores, ambas de Giruá, além de visita na CGH Santo Antônio da Cooperluz, enquanto as turmas dos 9º anos realizaram uma viagem de estudos para Ametista do Sul/RS onde conheceram a

Cooperametista, cooperativa de agricultores familiares voltada para produção de vinhos e sucos e a Coogamai – a primeira cooperativa de garimpeiros do Brasil.

O ano também foi marcado pela celebração dos 30 anos do PCE, este programa que é pioneiro a nível de país no desenvolvimento prático de educação cooperativista. Um documentário foi gravado para retratar e registrar as ações deste programa, além de uma programação especial realizada na IRCE – Integração Regional das Cooperativas Escolares que aconteceu em meio as programações oficiais do 34º Encontro Estadual de Hortigranjeiros em Santa Rosa, contando com a presença de diversas autoridades.



### **. Incentivo à Cultura**

A Cooperluz em 2023, na forma da Lei 13.490/2010 de Apoio e Fomento as Atividades Culturais (Pró-Cultura/RS) e por meio do Pró- Esporte RS, destinou parte dos recursos do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) para patrocinar 2 eventos, de acordo com as demandas dos municípios da área de atuação da Cooperativa.

## **11. MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO AMBIENTAL**

Em 2023 as atividades de educação ambiental na área de abrangência da Cooperluz foram retomadas de forma presencial. As ações compõem o rol de atividades desenvolvidas no PCE, estando atrelados ao mesmo.

Adicionalmente, participamos em projetos e demandas na forma de doação ou fornecimento de mudas de árvores para projetos locais de recuperação ambiental, encaminhadas por entidades parceiras, como Prefeituras, escolas e associações. No ano de 2023 foram doadas 1.465 mudas de árvores nativas que foram plantadas em propriedades rurais, no entorno de nascentes de água e rios, ou em áreas de APP (Área de Preservação Permanente).

### **. Programa de Reposição Florestal Obrigatória (RFO)**

Em decorrência do procedimento de licenciamento ambiental para manejo da vegetação no entorno das redes de energia elétrica, denominada de faixa de segurança e para o atendimento das medidas de compensação ambiental, reposição florestal e medidas socioeducativas perante a FEPAM/RS, a Cooperluz possui 4 áreas rurais que totalizam 63,2 hectares, localizadas em Santo Cristo, Alecrim, Porto Lucena e Três de Maio, que foram destinadas ao plantio de mudas e áreas de preservação permanente.

Dessa forma, a Cooperluz atende a todos os requisitos técnicos e legais quanto ao manejo necessário da vegetação, assim como às medidas de compensação ambiental, reposição florestal e medidas socioeducativas.

### **Responsabilidade Social - Gestão de Resíduos**

As atividades da empresa resultam em resíduos específicos de acordo com as atividades desenvolvidas pelos setores. Os procedimentos adotados visam à incorporação da prática diária de princípios sustentáveis, por todos os funcionários e de todos os setores e nas duas unidades da Cooperativa: Matriz (unidade operacional) e Sede Administrativa.

### . Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS)

Damos sequência no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que tem como objetivo de propor ações para a adequada gestão de resíduos sólidos gerados na unidade Matriz, visando a melhoria contínua da gestão de resíduos, auxiliando na educação ambiental de todos os colaboradores, e propondo ações de diagnósticos de geração e segregação/separação, acondicionamento temporário até a destinação final dos resíduos.

Os recipientes coletores de resíduos, existentes em pontos estratégicos da unidade foram mantidos de acordo com o diagnóstico feito, oportunizando a correta segregação de cada resíduo gerado nos processos internos. Outra importante ação foi a implementação de uma central de armazenamento temporário de resíduos, contando com uma estrutura específica e de acordo com as normas de segurança e facilidade de manejo. Na 32ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), houve a realização de palestra sobre gestão dos resíduos.

Destas práticas, em 2023 a área administrativa encaminhou para reciclagem 1.849 Kg de papel/papelão.

A Cooperluz é credenciada como PEV – Ponto de Entrega Voluntária no programa **Ecopapão** da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, para receber pilhas e baterias de celulares. Em 2023 recebemos 7.257 pilhas e mini pilhas e 3.887 baterias de celulares e mini baterias os quais foram encaminhados a Prefeitura para a correta armazenagem e destinação segura.

Dos resíduos gerados pelas nossas oficinas em 2023 entregamos 74 carcaças de pneus e 750 litros de óleo para reciclagem, além de 90 vasilhames (galões e baldes de óleos) para a correta destinação ambiental.

Também encaminhamos para empresa especializada 6,0 m<sup>3</sup> de resíduos das classes I – classificados como ‘Perigosos’ (contaminados com produtos perigosos à saúde e ao meio ambiente, como lodo contaminado, EPIs, EPCs, filtros, panos e estopas).

Encaminhamos 200 kg de equipamentos de informática para reciclagem, evitando a sua disposição em locais inadequados.

Os materiais desativados, descartados ou inutilizados nos serviços de construção e manutenção de redes, são recolhidos no campo pelas equipes e acondicionados em baias, com posterior separação e destinação à reciclagem e ou reaproveitamento. Em 2023, alienamos em processo específico 47,7 toneladas de sucatas de metais (partes, aparas, restos), considerados inservíveis a permissão e destinados para reciclagem.

Finalizando, queremos expressar nosso agradecimento aos membros da Diretoria Executiva, aos Conselheiros Administrativos e fiscais, representantes e lideranças dos núcleos pela participação nas reuniões, nos encontros e nas decisões e encaminhamentos do dia a dia da cooperativa durante o ano que ora finda. Nosso agradecimento ao quadro funcional pelo seu trabalho, esforço e dedicação. Agradecemos em especial a todo o quadro social que é a essência e a finalidade da Cooperluz, muito obrigado.

Santa Rosa/RS, 22 de março de 2024.

### **Conselho de Administração**

**Presidente:**

Querino Volkmer

**Vice-Presidente:**

Vicente Czcza

**Secretário:**

Eliseu Luis Stein

### **Conselheiros Efetivos:**

Paulo Kreutz

Celso Antônio Backes

Leomar Jose Becker

Auri Michelsen

Jaime Roberto Fabricio

Grazieli Terezinha Horn

Jair Robaldo Wolf

Claudemir Kurschner

Mateus Perini

Alcione Copetti

Jorge Inacio Lunkes

### **Conselheiros Suplentes:**

Jaime Rodrigues da Silva

Roque Alfonso Steinmetz

Angelina Kapron

Jose Carlos Perin

Arlindo Hillebrand

Adriana de Fátima Joner

Evaldir Rodrigues Pavão

Eder Jonatas Briske

Tiago Rafael Fritzen

Romeu Gross

Nair Preischartt



**Demonstrações Contábeis Societárias**  
**31 de dezembro de 2023 e 2022**

**Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>ATIVO</b>		<b>Em R\$:</b>	<b>Em R\$:</b>
		<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota</b>	<b>36.854.722,41</b>	<b>32.156.442,38</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	24.947.628,21	19.648.907,35
Associados, Consumidores, Permissionárias	6	4.747.386,86	5.216.601,20
Concessionários e Permissionários	6	50.687,84	57.857,69
Serviços em Curso	7	57.325,57	25.765,40
Tributos Compensáveis	8	905.645,41	894.063,02
Almoxarifado Operacional	9	1.191.085,85	1.250.950,70
Ativos Financeiros Setoriais	10	1.116.346,32	2.407.745,72
Despesas Pagas Antecipadamente	11	156.046,56	108.560,16
Bens Destinados a Alienação	12	85.018,65	-
Outros Ativos Circulantes	13	3.597.551,14	2.545.991,14
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>91.225.577,76</b>	<b>84.037.596,70</b>
Tributos Compensáveis	8	1.377.562,13	1.224.174,37
Depósitos Judiciais e Cauções	14	1.460.143,04	1.758.760,12
Ativos Financeiros Setoriais	10	-	750.746,45
Outros Ativos Não Circulantes	15	18.310.959,53	15.569.996,81
Bens/Atividades Não Vinc. Permissão Serv. Público de EE	16	1.030.056,28	901.014,00
Imobilizado em Curso	17	5.756.951,91	5.402.589,89
Intangível - Direitos da Permissão	18	63.289.904,87	58.430.315,06
<b>Total do Ativo</b>		<b>128.080.300,17</b>	<b>116.194.039,08</b>
<b>PASSIVO</b>		<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>Nota:</b>	<b>12.553.737,76</b>	<b>12.709.750,26</b>
Fornecedores	19	2.745.284,01	2.610.440,38
Empréstimos, Financiamentos	20	996.040,58	1.269.348,91
Obrigações Sociais e Trabalhistas	21	2.114.293,36	1.569.915,35
Tributos	22	2.298.964,18	1.832.398,74
Encargos Setoriais	23	597.968,85	548.021,02
Passivos Financeiros Setoriais	24	2.701.747,71	4.071.677,11
Outros Passivos Circulantes	25	1.099.439,07	807.948,75
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>18.348.354,30</b>	<b>18.747.473,28</b>
Empréstimos, Financiamentos	20	3.202.021,64	4.138.976,72
Tributos	14 a	1.368.909,32	1.717.205,86
Provisão Para Litígios	26	3.929.971,10	3.878.440,48
Obrigações Vinculadas a Permissão Serv. Público Energia Elétrica	27	9.847.452,24	9.012.850,22
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>97.178.208,11</b>	<b>84.736.815,54</b>
Capital Social	29 a	3.219.230,94	3.211.444,94
Reserva de Reavaliação	29 e	4.680,23	5.846,14
Reservas de Sobras	29 b/c/d	92.049.640,85	80.132.142,06
Saldo a Disposição Assembleia	29 f	1.904.656,09	1.387.382,40
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>128.080.300,17</b>	<b>116.194.039,08</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**DEMONSTRAÇÃO DE SOBRAS E OU PERDAS**

	Nota	2.023	2.022
<b>Ingressos/Receita Operacional:</b>		<b>71.406.490,24</b>	<b>61.866.120,99</b>
Fornecimento de Energia Elétrica	30	17.022.558,43	22.254.117,04
Disponibilização do Sistema de Distribuição	30	21.556.762,93	20.376.544,70
Ativos e Passivos Financeiros Setoriais	31	(156.907,44)	(7.824.784,99)
Serviços Cobráveis		7.788,75	9.002,01
Subvenções Vinculadas ao Serviço	32	32.976.287,57	27.051.242,23
<b>Deduções dos Ingressos/Receita Operacional</b>		<b>(10.522.577,39)</b>	<b>(9.834.186,18)</b>
<b>Tributos</b>		<b>(3.670.876,49)</b>	<b>(4.584.604,25)</b>
PIS Faturamento		(136.856,28)	(105.220,18)
COFINS		(631.644,52)	(485.631,61)
ICMS		(2.902.375,69)	(3.993.752,46)
<b>Encargos Setoriais</b>		<b>(6.851.700,90)</b>	<b>(5.249.581,93)</b>
CDE - Conta de Desenvolvimento Energético		(6.709.792,98)	(5.116.413,07)
TFSEE - Taxa Fiscalização Setor Elétrico		(141.907,92)	(133.168,86)
<b>Ingressos/Receita Operacional Líquida</b>		<b>60.883.912,85</b>	<b>52.031.934,81</b>
<b>Dispêndio/Custo com Energia Elétrica</b>	<b>33</b>	<b>(25.050.551,84)</b>	<b>(21.204.626,57)</b>
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(18.742.667,97)	(15.896.981,12)
Encargos de Conexão e Distribuição		(6.307.883,87)	(5.307.645,45)
<b>Dispêndios/Custo de Operação</b>		<b>(22.265.313,78)</b>	<b>(20.191.108,49)</b>
Pessoal e Administradores		(11.045.022,58)	(9.388.013,66)
Material		(2.435.329,52)	(2.281.565,98)
Serviço de Terceiros		(3.329.174,52)	(3.138.324,14)
Arrendamentos e Aluguéis		(272.400,00)	(272.850,00)
Seguros		(75.184,86)	(67.994,46)
Doações, Contribuições e Subvenções		(6.350,00)	(118.487,00)
Provisões e Reversões de Provisões	34	(29.762,79)	(252.154,52)
(-) Recuperação de Despesas		24.731,71	20.017,31
Tributos		(494.608,18)	(436.386,51)
Depreciação e Amortização	18 d)	(3.950.605,84)	(3.628.242,02)
Gastos Diversos	35	(651.607,20)	(627.107,51)
<b>Outros Ingressos e Dispêndios Operacionais</b>		<b>469.791,58</b>	<b>(93.038,56)</b>
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	36	1.279.901,30	532.530,00
Ingressos de Construção	18 i)	12.923.242,72	10.777.231,62
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	37	(810.109,72)	(625.568,56)
Custos de Construção	18 i)	(12.923.242,72)	(10.777.231,62)
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>14.037.838,81</b>	<b>10.543.161,19</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>		<b>1.961.882,16</b>	<b>1.339.511,11</b>
Receitas Financeiras		2.903.142,90	2.121.602,85
Despesas Financeiras		(941.260,74)	(782.091,74)
<b>Resultado Exercício Antes Impostos Sobre a Renda</b>		<b>15.999.720,97</b>	<b>11.882.672,30</b>
Provisão IRPJ e CSLL		(3.566.114,40)	(2.620.988,14)
<b>Sobras Líquidas do Exercício</b>		<b>12.433.606,57</b>	<b>9.261.684,16</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

**Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE**

Descrição das Contas	31/12/2023			31/12/2022
	TOTAL	ASSOCIADOS	TERCEIROS	TOTAL
<b>RECURSOS</b>				
<b>SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.433.606,57</b>	<b>7.385.128,34</b>	<b>5.048.478,23</b>	<b>9.261.684,16</b>
<b>DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES</b>				
Reversão da Reserva Reavaliação	1.165,91	627,48	538,43	96.888,54
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.434.772,48</b>	<b>7.385.755,82</b>	<b>5.049.016,66</b>	<b>9.358.572,70</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS**

<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.434.772,48</b>	<b>7.385.755,82</b>	<b>5.049.016,66</b>	<b>9.358.572,70</b>
Reversão do Fates cfe. NBC T 10.8	232.868,49	232.868,49	0,00	158.579,60
<b>SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>12.667.640,97</b>	<b>7.618.624,31</b>	<b>5.049.016,66</b>	<b>9.517.152,30</b>
<b>DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>10.762.984,88</b>	<b>5.713.968,22</b>	<b>5.049.016,66</b>	<b>8.129.769,90</b>
Fates - Resultado Operações c/3º-Art.87- Lei 5764/71	5.049.016,66	0,00	5.049.016,66	3.967.622,76
Fundo de Reserva - 10%	761.862,43	761.862,43	0,00	554.952,95
Fates - Fundo Assist. Téc. Educ. Social - 5%	380.931,21	380.931,21	0,00	277.476,47
Fundo de Expansão e Manutenção - 60%	4.571.174,58	4.571.174,58	0,00	3.329.717,72
<b>SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>1.904.656,09</b>	<b>1.904.656,09</b>	<b>0,00</b>	<b>1.387.382,40</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis



**Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Método Indireto**

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Sobras Líquidas do Exercício</b>	<b>12.433.606,57</b>	<b>9.261.684,16</b>
<b>Ajustes as Sobras e ou Lucro Líquido</b>		
Depreciação, amortização	3.950.605,84	3.628.242,02
Varição Monet. Ativa Depósitos Judiciais Trabalhista	(120.906,39)	(283.177,72)
Provisão de Contingência e Varição Monet. Passiva	449.478,59	409.424,83
Resultado Participação Soc. Cooperativa capitalizada	(128.742,28)	(97.244,86)
Juros Apropriados e não pagos	41.915,41	36.596,55
Resultado Desativações e Baixa Imobilizado	(250.949,61)	251.286,31
<b>Ajustes Variações das Contas de Ativo Operacional</b>		
Associados Fornecimento Energia	439.228,58	1.625.359,05
Serviços Taxados e Participação Financeira	59.841,10	306.501,66
Créditos de Energia	(9.709,15)	2.800,21
Serviços em Curso	(31.560,17)	(7.292,60)
Impostos a Recuperar	(164.970,15)	(222.532,47)
Estoques	59.864,85	(171.548,17)
Ativos Financeiros Setoriais	2.157.894,32	2.942.641,39
Despesas Antecipadas	(47.486,40)	(23.804,50)
Outros Créditos a Receber	(1.037.464,17)	(217.418,41)
Desativações e Alienações	(99.142,54)	(24.206,05)
Depósitos Judiciais	(86.859,52)	(14.017,24)
<b>Ajustes Variações das Contas de Passivo Operacional</b>		
Fornecedores	(86.589,92)	(2.121.414,44)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	544.378,01	159.892,69
Tributos	508.903,42	1.027.163,32
Encargos Setoriais	49.947,83	(1.360.211,40)
Passivos Financeiros Setoriais	(1.780.825,65)	3.355.687,22
Outros Passivos Circulantes	291.490,32	525.719,24
<b>Caixa Líquido Gerado das Atividades Operacionais</b>	<b>17.141.948,89</b>	<b>18.990.130,79</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento</b>		
Recebimento da Venda do Imobilizado	996.106,51	328.370,22
Pagamento pela Compra de Bem para Imobilizado	(12.729.575,60)	(11.130.665,18)
Participação Financeira -Cooperados/consumidores	1.134.633,88	1.983.595,17
<b>Caixa Líquido nas Atividades de Investimentos</b>	<b>(10.598.835,21)</b>	<b>(8.818.699,79)</b>
<b>Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento</b>		
Amortização de Empréstimos	(1.252.178,82)	(1.242.223,49)
Aumento de Capital pelos Sócios	7.786,00	8.822,00
<b>Caixa Líquido nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(1.244.392,82)</b>	<b>(1.233.401,49)</b>
<b>Aumento/Redução Líquida ao Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>5.298.720,86</b>	<b>8.938.029,51</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no início do período</b>	<b>19.648.907,35</b>	<b>10.710.877,84</b>
<b>Caixa e Equivalente de Caixa no fim do Período</b>	<b>24.947.628,21</b>	<b>19.648.907,35</b>
<b>Varição das Contas de Caixa e Equivalente de Caixa</b>	<b>5.298.720,86</b>	<b>8.938.029,51</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis.

Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

**DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO**

	<b>31/12/2023</b>		<b>31/12/2022</b>	
<b>INGRESSOS/RECEITAS</b>	<b>74.535.743,91</b>		<b>64.451.770,80</b>	
Receita de Operações c/Energia Elétrica	38.579.321,36		42.630.661,74	
(-) Provisão Créditos Liq. Duvidosa	12.948,28		-12.394,68	
Outros Ingressos e Receitas	32.827.168,88		19.235.459,25	
Outras Receitas/Despesas Operacionais	485.102,00		-82.190,25	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	2.631.203,39	Nota 39	2.680.234,74	
<b>(-) INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>	<b>33.289.351,81</b>		<b>29.458.588,76</b>	
Energia Elétrica Comprada para Revenda	25.050.551,84		21.204.626,57	
Materiais, Serviços de Terceiros, Outros Dispêndios Operacionais	8.238.799,97		8.253.962,19	
<b>(=) VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>41.246.392,10</b>		<b>34.993.182,04</b>	
(-) Depreciação, Amortização	3.950.605,84		3.628.242,02	
<b>(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO PELA EMPRESA</b>	<b>37.295.786,26</b>		<b>31.364.940,02</b>	
<b>(+) VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERENCIA</b>				
Ingressos e Receitas Financeiras	2.903.142,90		2.121.602,85	
<b>(=) VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>40.198.929,16</b>	<b>100%</b>	<b>33.486.542,87</b>	<b>100%</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>40.198.929,16</b>	<b>100%</b>	<b>33.486.542,87</b>	<b>100%</b>
<b>PESSOAL E ENCARGOS:</b>	<b>10.137.255,51</b>	<b>25,22%</b>	<b>8.738.842,02</b>	<b>26,10%</b>
Remunerações	7.738.997,79	19,25%	6.782.822,92	20,26%
Honorários Diretoria	590.603,97	1,47%	420.160,00	1,25%
Encargos Sociais (exceto INSS)	698.947,93	1,74%	603.666,59	1,80%
Benefícios (vale transporte, alimentação, outros)	1.108.705,82	2,76%	932.192,51	2,78%
<b>IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES</b>	<b>16.414.406,34</b>	<b>40,83%</b>	<b>14.431.524,95</b>	<b>43,10%</b>
<b>Federais</b>	<b>13.349.911,11</b>	<b>33,21%</b>	<b>10.336.028,45</b>	<b>30,87%</b>
INSS (sobre a folha de pagamento)	2.079.444,37	5,17%	1.801.693,99	5,38%
PIS Faturamento, PIS Folha e COFINS	852.627,32	2,12%	663.571,16	1,98%
IRPJ/CSLL	3.566.114,40	8,87%	2.620.988,14	7,83%
IOF - Imposto Operações Financeiras	24,12	0,00%	193,23	0,00%
Encargos Setoriais Setor Elétrico (CDE/Bandeiras Tarifárias)	6.709.792,98	16,69%	5.116.413,07	15,28%
Taxa Fiscalização ANEEL	141.907,92	0,35%	133.168,86	0,40%
<b>Estaduais</b>	<b>3.016.988,45</b>	<b>7,51%</b>	<b>4.070.147,52</b>	<b>12,15%</b>
ICMS	2.902.375,69	7,22%	3.993.752,46	11,93%
IPVA	114.612,76	0,29%	76.395,06	0,23%
<b>Municipais</b>	<b>47.506,78</b>	<b>0,12%</b>	<b>25.348,98</b>	<b>0,08%</b>
IPTU	32.421,55	0,08%	13.018,59	0,04%
ISS	6.902,07	0,02%	4.893,97	0,01%
TAXA COLETA LIXO	8.183,16	0,02%	7.436,42	0,02%
<b>FINANCIADORES</b>	<b>1.213.660,74</b>	<b>3,02%</b>	<b>1.054.491,74</b>	<b>3,15%</b>
Dispêndios e Despesas Financeiras	941.260,74	2,34%	782.091,74	2,34%
Aluguéis e Arrendamentos	272.400,00	0,68%	272.400,00	0,81%
<b>SOBRA LÍQUIDA EXERCÍCIO</b>	<b>12.433.606,57</b>	<b>30,93%</b>	<b>9.261.684,16</b>	<b>27,66%</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

Demonstrações Contábeis Levantadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	FATES	RESERVA EXPANSÃO E MANUTENÇÃO	RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	RESERVA DE REAValiaÇÃO	SOBRAS OU PERDAS A.G.O;	TOTAL
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>3.202.622,94</b>	<b>15.110.964,56</b>	<b>22.718.913,38</b>	<b>27.815.583,89</b>	<b>5.439.632,61</b>	<b>102.734,68</b>	<b>1.075.857,32</b>	<b>75.466.309,38</b>
DELIBERAÇÕES DA AGO-30/03/2022								
Destinação das Sobras cfe. AGO		1.075.857,32					(1.075.857,32)	-
EVENTOS DO EXERCICIO								-
Integralização	8.822,00							8.822,00
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO							9.261.684,16	9.261.684,16
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:								-
Realização Reserva Reavaliação						(96.888,54)	96.888,54	-
Reversão Fates Cobertura Gastos			(158.579,60)				158.579,60	-
DESTINAÇÕES:								-
FATES-Lucro Terceiros			3.967.622,76				(3.967.622,76)	-
FATES-5%			277.476,47				(277.476,47)	-
Fundo de Reserva - 10%		554.952,95					(554.952,95)	-
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				3.329.717,72			(3.329.717,72)	-
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>3.211.444,94</b>	<b>16.741.774,83</b>	<b>26.805.433,01</b>	<b>31.145.301,61</b>	<b>5.439.632,61</b>	<b>5.846,14</b>	<b>1.387.382,40</b>	<b>84.736.815,54</b>
DELIBERAÇÕES DA AGO-02/03/2023								
Destinação das Sobras cfe. AGO		1.387.382,40					(1.387.382,40)	-
EVENTOS DO EXERCICIO								-
Integralização	7.786,00							7.786,00
SOBRA LÍQUIDA DO EXERCÍCIO							12.433.606,57	12.433.606,57
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:								-
Realização Reserva Reavaliação						(1.165,91)	1.165,91	-
Reversão Fates Cobertura Gastos			(232.868,49)				232.868,49	-
DESTINAÇÕES:								-
FATES-Lucro Terceiros			5.049.016,66				(5.049.016,66)	-
FATES-5%			380.931,21				(380.931,21)	-
Fundo de Reserva - 10%		761.862,43					(761.862,43)	-
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				4.571.174,58			(4.571.174,58)	-
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>3.219.230,94</b>	<b>18.891.019,66</b>	<b>32.002.512,39</b>	<b>35.716.471,9</b>	<b>5.439.632,61</b>	<b>4.680,23</b>	<b>1.904.656,09</b>	<b>97.178.208,11</b>

As notas explicativas são partes integrantes das demonstrações contábeis

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Societárias em 31 de dezembro de 2023 e 2022

### Nota 01 – Contexto Operacional

A **COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** inscrita no CNPJ 95.824.322/0001-61, estabelecida na Rua Bela Vista, 62 em Santa Rosa/RS, é uma sociedade de pessoas, de natureza civil, fundada em 05/12/1970, regida pela Lei nº 5.764 de 16 de dezembro de 1971, que regulamenta o sistema cooperativista no país e tem como finalidade a prestação de serviços aos seus 20.851 associados. A Cooperativa atua no ramo de infraestrutura e tem como objetivo social principal, adquirir energia elétrica e distribuir aos seus associados em 15 (quinze) municípios, conforme definido em seu estatuto social.

A atividade de distribuição de energia elétrica sob a forma de permissão consiste nas atividades de aquisição da energia, a distribuição, a manutenção de redes e equipamentos e a administração. Complementando estas atividades, a cooperativa possui uma estrutura de apoio operacional composta de fábrica de postes, oficina mecânica e uma frota própria de veículos, além de equipes de colaboradores para construção das próprias redes de energia elétrica.

No Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE, a atividade de distribuição é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados, em tensões inferiores a 230 kV e tem por finalidade: (i) o serviço de distribuição de energia elétrica, que consiste no provimento do livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; (ii) o fornecimento de energia aos consumidores, e (iii) o suprimento de energia elétrica a outras Outorgadas.

### Nota 02 – Do Contrato de Permissão

O contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 032/2010, firmado no dia 31 de maio de 2010 entre a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste tem prazo de permissão de 30 (trinta) anos, com possibilidade de prorrogação por mais 30 (trinta) anos, a critério do Poder Concedente.

(i) Conforme estabelecido no Contrato de Permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica, as tarifas são reajustadas anualmente no mês de junho e revisadas a cada 4 (quatro) anos. Tanto os reajustes como as revisões possuem critérios e metodologias próprias, as quais são definidas pelo órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, assim como as tarifas, que são definidas uma para cada agente (concessão ou permissão) de distribuição de energia em função das particularidades de cada distribuidora e o seu mercado.

(ii) As tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. O contrato também prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos.

A receita anula requerida representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro sendo segregada em duas parcelas para fins de sua determinação:

**Parcela A:** Compreende os custos das distribuidoras “não gerenciáveis”, com a compra de energia, encargos de uso do sistema e os encargos setoriais. O agente não tem gerência ou influência sobre eles:

- Compra de Energia elétrica para revenda – da atual supridora;
- Encargos de Uso do Sistema de distribuição e/ou transmissão;
- Encargos Setoriais:
  - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
  - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico – TFSEE;
  - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA;



**Parcela B:** Compreende os custos “gerenciáveis” e inerentes às operações de distribuição de energia, e estão sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária, a saber:

- Custo de Administração, Operação e Manutenção (O&M);
- Custo Anual dos Ativos: Composto dos Custos Anuais dos Ativos Móveis e Imóveis, Quota de Reintegração (Depreciação dos ativos) e Remuneração adequada do capital;
- Receitas irrecuperáveis (inadimplência regulatória).

(iii) A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela metodologia do Proret 8.4 de reajustes e/ou revisão tarifária das permissionárias, procedeu em julho/2023 no processo de Reajuste Tarifário Anual (RTA) e através da REH nº 3232 de 25/07/2023 homologou o reajuste das tarifas de energia da Cooperluz, que trouxe um efeito tarifário médio negativo aos associados/consumidores de (-) 13,95%. A classe de alta tensão (AT) teve um efeito médio negativo de (-) 14,39% e a classe de baixa tensão (BT) teve um efeito médio negativo de (-) 13,90%. A tarifa rural (B) em 2023 teve a retirada da última parcela de 6% dos descontos conforme previsto no Decreto 9642/2018, e a tarifa rural está equiparada com a tarifa residencial.

### **Nota 03 – Apresentação das Demonstrações Contábeis**

(i) As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em Reais (R\$) e foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2024 e Conselho Fiscal no dia 08 de fevereiro de 2024.

(ii) As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas e pronunciamentos de contabilidade emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC. Tais demonstrações contábeis estão de acordo com a legislação fiscal e comercial em vigor e a Lei nº 5.764/1971 das sociedades cooperativas e a ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade, específica para as sociedades cooperativas, além de atender a legislação do setor elétrico e orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico-MCSE da Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL.

(iii) A Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, pela Resolução nº 605 de 11/03/2014 aprovou o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico- MCSE, com vigência a partir de 01/01/2015.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF pelo Despacho 2.904 de 17/09/2021 promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e instituiu o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico que contém o plano de contas, as instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

(iv) A preparação das demonstrações contábeis requer que a administração utilize estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, a divulgação de ativos e passivos contingentes na data das demonstrações contábeis, bem como os valores reconhecidos de receitas e despesas durante o exercício. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

### **Nota 04 – Sumário das Principais Práticas Contábeis**

#### **(a) Moeda Funcional**

A moeda funcional da entidade é o Real (R\$).

#### **(b) Caixa e Equivalentes de Caixa**

Os fluxos de caixa dos investimentos a curto prazo são demonstrados pelos valores líquidos (aplicações e resgates). As aplicações a curto prazo que possuem liquidez imediata e vencimento original em até 90 (noventa) dias são consideradas como caixa e equivalentes. Os demais investimentos, com vencimentos superiores a 90 (noventa) dias, são reconhecidos a valor justo e registrados em investimentos a curto prazo.

**(c) Associados, Consumidores, Permissionárias**

Engloba o fornecimento de energia faturada e estimativa da energia fornecida e não faturada até 31/12/2023 com base no regime de competência, registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, acrescidos das variações monetárias, quando aplicáveis, deduzidos de estimativas de perdas na sua realização.

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa são constituídas em montante considerado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas que venham a ocorrer na realização desses créditos. O valor estimado das perdas com créditos de liquidação duvidosa pode ser modificado em função das expectativas da Administração com relação à possibilidade de se recuperar os valores envolvidos, assim como por mudanças na situação financeira dos Associados/Consumidores.

**(d) Estoques**

Os estoques operacionais registrados no Ativo Circulante e o estoque destinado a obras registrado no Ativo Não Circulante – Imobilizado em Curso, estão registrados pelo custo médio de aquisição e demonstrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição ou produção e os valores de reposição ou realização. Quando aplicável, é constituída estimativa de perdas para estoques obsoletos ou de baixa movimentação.

**(e) Não Circulante**

Os direitos realizáveis e as obrigações vencíveis após os 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

**(f) Participações em Sociedades Cooperativas**

As participações em sociedades cooperativas estão avaliadas pelo custo de aquisição e seus resultados contabilizados de acordo com o princípio da competência, em conta de ingresso que integra a conta de investimento da Cooperativa em conformidade a ITG 2004 – item 10.

**(g) Intangível**

Os ativos intangíveis correspondentes aos direitos de permissão são originados dos investimentos na infraestrutura ITG 01(R1) – Contratos de Concessão e corresponde ao direito que a permissionária possui de cobrar dos usuários pelo uso da infraestrutura no prazo de exploração contratualmente definido. Estes ativos de infraestrutura, não podem ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa anuência da ANEEL, a qual define que a desvinculação destes bens quando considerados inservíveis a permissão é concedida anuência prévia de alienação, desde que o objeto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão. A permissionária utiliza-se das taxas de amortização definidas pela ANEEL, para determinar a vida útil econômica e estimada de cada bem, sendo reconhecida de forma linear dentro do prazo de permissão.

Os demais ativos intangíveis (*softwares*) são avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada, com taxas também definidas pela ANEEL e reconhecidas de forma linear.

**(h) Redução ao Valor Recuperável de Ativos - *Impairment***

Na forma da NBC TG 01(R4) – Redução ao Valor Recuperável dos Ativos, caso a entidade possua ativos avaliados por valores não recuperáveis ao longo de sua vida útil, deve reconhecer a desvalorização, mediante constituição de estimativa para perdas.

Considerando que o contrato de permissão prevê que os valores dos ativos serão recuperados na tarifa, através da amortização/depreciação, e ao final da permissão, os bens remanescentes serão indenizados, a administração da Cooperluz entende que não há evidências de ativos cujos valores não sejam recuperáveis.

**(i) Benefícios a Empregados**

Os pagamentos de benefícios tais como salários, férias vencidas ou proporcionais, bem como os respectivos encargos trabalhistas incidentes sobre estes benefícios, são reconhecidos mensalmente no resultado, obedecendo-se ao regime de competência.

**(j) Valor Presente de Ativos e Passivos de Longo Prazo**

Na forma da NBC TG 12 os ativos e passivos de longo prazo, quando aplicável, são ajustados a valor presente utilizando taxas de descontos que reflitam a melhor estimativa da Cooperativa. No exercício de 2023 não efetuamos ajustes a valor presente nas contas de ativo e passivo.

**(k) Empréstimos e Financiamentos**

Os saldos de empréstimos e financiamentos incluem o valor principal, os juros, variações monetárias e demais encargos contratuais até a data de balanço.

**(l) Provisão para Contingências**

Na forma da NBC TG 25(R2), os passivos contingentes são constituídos sempre que a perda for avaliada como provável o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança, levando em conta à opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e no posicionamento de tribunais. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, sendo apenas divulgados nas demonstrações financeiras, e os classificados como remotos não requerem provisão e nem divulgação. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados como dedução do valor do correspondente passivo constituído quando não houver possibilidade de resgate destes depósitos, a menos que ocorra desfecho favorável da questão para a entidade.

**(m) Obrigações Vinculadas à Concessão/Permissão do Serviço Público de Energia Elétrica**

As obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica conforme prevê a legislação do setor elétrico, constitui-se de valores e/ou bens recebidos de Municípios, Estados, da União Federal e de consumidores em geral, relativos a doações e participação de sua responsabilidade em investimentos vinculados a permissão, não sendo um passivo oneroso, nem tampouco créditos de cooperados. Inclui também recursos de Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e de Pesquisa de Eficiência Energética – PEE aplicados no ativo intangível. Esta conta é amortizada pela taxa média de depreciação da atividade, conforme as Instruções Contábeis – IC – 6.3.14 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

**(n) Receitas e Despesas**

Adotamos o regime de competência para o registro das mutações patrimoniais ocorridas no exercício, assim como reconhecimento dos ingressos/receitas e dispêndios/despesas e custos, independentemente de seu efetivo recebimento ou pagamento.

**(o) Receita não Faturada**

Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao associado/consumidor decorrente das diferentes datas de leitura. O cálculo da energia fornecida e não faturada, consiste na mensuração por estimativa entre a data da última medição mensal e o último dia do mês, com base na média histórica dos três últimos meses de faturamento de energia dos cooperados.

**(p) Reconhecimento de Ativos e Passivos Setoriais nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, através da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira emitiu os Despachos nº 4621 de 25/11/2014 e nº 4786 de 11/12/2014, que prevê adequação nos contratos de permissão e concessão, de forma a possibilitar o reconhecimento na contabilidade societária de ativos e passivos setoriais, que até então, em atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, não podiam ser reconhecidos.

Complementarmente o Conselho Federal de Contabilidade - CFC emitiu o CTG 08 – Comunicado Técnico Geral sobre o reconhecimento de Determinados Ativos e Passivos nos Relatórios Contábil-Financeiros de Propósito Geral das Distribuidoras de Energia Elétrica emitidos de acordo com as Normas Brasileiras e Internacionais de Contabilidade, que prevê que as empresas de distribuição de energia elétrica poderão reconhecer na contabilidade societária, os ativos e passivos setoriais, que até então eram refletidos apenas na contabilidade regulatória. A condição para adoção da norma pelas distribuidoras de energia elétrica é a celebração de termo aditivo aos contratos de concessão e permissão, mediante a inclusão de cláusula específica.

O Aditivo nº 001 ao Contrato de Permissão nº 032/2010, foi assinado em 02/12/2015 e publicado no D.O.U. em 24/12/2015, desta forma, foi sanada a condicionante para os ativos e/ou passivos setoriais serem reconhecidos nas demonstrações financeiras a partir do exercício de 2015.

#### **(q) Reconhecimento dos Componentes Financeiros nos Processos Tarifários – PRORET – Submódulo 8.6 aplicáveis as Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica**

A Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL pela Resolução Normativa nº 1028 de 26/07/2022, aprovou a estrutura e o Submódulo 8.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, consolidando a regulamentação e os procedimentos a serem utilizados nos processos tarifários na apuração dos Componentes Financeiros aplicáveis às permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Os componentes financeiros permitidos, abarcam as obrigações contraídas pelas permissionárias com a aquisição de energia elétrica por meio de Leilões e/ou Chamada Pública, são eles:

- (i) Encargos de Serviços de Sistema – ESS (Submódulo 4.2);
- (ii) Encargo de Energia de Reserva – EER (Submódulo 4.2);
- (iii) Custos de aquisição de energia elétrica (Submódulo 4.2);
- (iv) Garantias Financeiras de CCEARs (Submódulo 4.4);
- (v) Previsão de Risco Hidrológico (Submódulo 4.4); e
- (vi) Recálculo de Processo Tarifário Anterior (Submódulo 4.4)

#### **(r) Operações com Associados e Não Associados**

A Cooperluz na atividade regulada de distribuição de energia elétrica opera exclusivamente com associados. A instrução ITG 2004 do Conselho Federal de Contabilidade – CFC que trata da entidade cooperativa, define que as operações com não associados devem ser contabilizadas destacadamente de modo a permitir o cálculo e incidência de tributos.

Os rendimentos de aplicações financeiras estão contabilizados e demonstrados como operações com ato cooperativo e o resultado destas aplicações foram adicionadas a base de cálculo do imposto de renda e da contribuição social.

#### **(s) Subvenções Vinculadas Serviço Concedido - Recursos Conta Desenvolvimento Energético - CDE**

A Cooperativa recebe subvenções econômicas com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE definidas em legislação:

- i) Lei 12.983/2012, que instituiu a Tarifa Social de Energia - TSEE – (baixa renda);
- ii) Decreto 7.891/2013 que repôs as perdas de receita ocasionadas pela redução das tarifas de energia elétrica;
- iii) Lei 13.360/2016 que criou a subvenção para cooperativas permissionárias com baixa densidade de carga;
- iv) Lei 14.182/2021 – Artigo 4º, inciso I, definiu a CDE-Modicidade Tarifária – Eletrobrás destinando parte dos recursos da desestatização das Centrais Elétricas Brasileiras S/A-Eletrobrás.
- v) Lei 14.300/2022 – Artigo 22 definiu que as distribuidoras de energia elétrica com mercado inferior a 700 GWh/ano serão ressarcidas dos componentes tarifários não remunerados sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica (Geração Distribuída-GD).

Embora a cooperativa trabalhe com 100% de operações com associados, a Administração da Cooperativa tem o entendimento que estas subvenções devem ser consideradas como ato não cooperativo e vão compor a base de cálculo para fins de incidência de tributos, deduzido da proporcionalidade dos custos, dispêndios e despesas operacionais em relação aos totais de ingressos e receitas operacionais.

**(t) Realização do Fundo de Assistência Técnica Educacional e Social**

Os dispêndios com Assistência Técnica, Educacional e Social quando realizados, são lançados como dispêndios do exercício. No encerramento do exercício é efetuada a reversão destes valores diretamente na conta de Sobras e/ou Perdas conforme determina a Lei 5764/1971 e a ITG 2004 – das sociedades cooperativas e o Estatuto Social em seu Artigo 50, inciso II. No exercício de 2023 foram contabilizados como dispêndios desta natureza o montante de R\$ 232.868,49, correspondente aos gastos com Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE) e realizados na forma descrita.

**(u) Realização da Reserva de Reavaliação**

Os encargos de amortização/depreciação e o custo dos bens baixados dos bens reavaliados no Ativo Não Circulante foram contabilizados como dispêndios do exercício totalizando R\$ 1.165,91. Quando do encerramento do exercício foi realizada a Reserva de Reavaliação diretamente na conta de Sobras e ou Perdas do exercício na forma da legislação vigente.

**Nota 05 – Caixa e Equivalentes de Caixa**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Caixa	9.155,98	5.744,54
Depósitos Bancários	2.653.246,14	3.742.002,79
Numerário em Trânsito	13.071,92	1.922,83
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	22.272.154,17	15.899.237,19
<b>Total</b>	<b>24.947.628,21</b>	<b>19.648.907,35</b>

Incluem os saldos de caixa, depósitos em bancos, certificados de depósitos bancários e aplicações financeiras, as quais foram efetuadas em Instituições que operam no mercado nacional, tendo como característica a liquidez imediata, com baixo risco. As aplicações financeiras são remuneradas com base no Certificado de Depósito Interbancário - CDI.



**Nota 06 – Contas a Receber: Associados, consumidores, permissionárias**

Descrição	VALORES CORRENTES							VALORES RENEGOCIADOS					Total 2023	Total 2022	
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA				Provisão p/ Créditos Duvidosos	RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA		Provisão Créditos Duvidosos			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias				
<b>Fornecimento de Energia</b>															
Residencial Baixa Renda	12.909,79		6.406,16	38,92	108,95		(3.051,48)	65,36	32,68		4.490,64			21.001,02	20.996,22
Residencial	537.093,06		135.726,08	1.801,54	1.102,07									675.722,75	629.067,83
Industrial	31.716,59		9.108,42							747,65				41.572,66	37.827,07
Comercial, Serv. Outras	249.901,79		48.785,85	366,65	406,28		(406,28)							299.054,29	275.077,68
Rural	1.629.280,92		376.741,39	597,12	536,73			254,46	763,38	266,96				2.008.440,96	2.471.981,99
Poderes Públicos	36.767,01		1.218,66											37.985,67	44.319,16
Iluminação Pública	24.182,71													24.182,71	25.809,04
Serviço Público	115.986,64		4.702,36				-							120.689,00	117.965,05
<b>Subtotal</b>	<b>2.637.838,51</b>		<b>582.688,92</b>	<b>2.804,23</b>	<b>2.154,03</b>	<b>0,00</b>	<b>(3.457,76)</b>	<b>319,82</b>	<b>796,06</b>	<b>1.014,61</b>	<b>4.490,64</b>	<b>-</b>	<b>3.228.649,06</b>	<b>3.623.044,04</b>	
Renda Não Faturada (a)	1.368.288,00												1.368.288,00	1.401.097,00	
<b>Total</b>	<b>4.006.126,51</b>		<b>582.688,92</b>	<b>2.804,23</b>	<b>2.154,03</b>	<b>0,00</b>	<b>(3.457,76)</b>	<b>319,82</b>	<b>796,06</b>	<b>1.014,61</b>	<b>4.490,64</b>	<b>-</b>	<b>4.596.937,06</b>	<b>5.024.141,04</b>	
<b>Outros Créditos Energia</b>															
Serviços Taxado	591,28		496,41	50,37	23,62		(73,99)							1.087,69	1.624,85
Participação Financeira	20.067,37	18.867,96	15.247,62											54.182,95	110.316,26
Acréscimo Moratório	4.088,32		4.415,65	28,97	54,29		(416,47)							8.170,76	10.748,32
Multas S/Energia	11.938,21		9.352,89	34,90	46,23									21.372,23	17.870,43
Convênios CIP/Outros	53.152,85		12.195,42	150,51	137,39									65.636,17	51.900,30
<b>Subtotal</b>	<b>89.838,03</b>	<b>18.867,96</b>	<b>41.707,99</b>	<b>264,75</b>	<b>261,53</b>	<b>0,00</b>	<b>-490,46</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>150.449,80</b>	<b>192.460,16</b>	
<b>Total</b>	<b>4.095.964,54</b>	<b>18.867,96</b>	<b>624.396,91</b>	<b>3.068,98</b>	<b>2.415,56</b>	<b>0,00</b>	<b>-3.948,22</b>	<b>319,82</b>	<b>796,06</b>	<b>1.014,61</b>	<b>4.490,64</b>	<b>0,00</b>	<b>4.747.386,86</b>	<b>5.216.601,20</b>	
TUSD – Cons. Livre/Geração	50.687,84												50.687,84	57.857,69	
<b>Total a Receber</b>	<b>4.146.652,38</b>	<b>18.867,96</b>	<b>624.396,91</b>	<b>3.068,98</b>	<b>2.415,56</b>	<b>0,00</b>	<b>(3.948,22)</b>	<b>319,82</b>	<b>796,06</b>	<b>1.014,61</b>	<b>4.490,64</b>	<b>-</b>	<b>4.798.074,70</b>	<b>5.274.458,89</b>	

Os valores a receber são provenientes do fornecimento de energia elétrica aos associados da Cooperativa, incluso os impostos incidentes quando aplicável (ICMS e PIS/COFINS), bem como, outros créditos de energia a receber, todos registrados no ativo circulante.

**a) Renda não Faturada**

Na forma da Instrução Contábil – IC, 6.3.2, item 4. do MCSE, o cálculo da energia fornecida e não faturada, consiste na mensuração por estimativa da média histórica dos três últimos meses de faturamento de energia dos cooperados. Desta prática/cálculo, em 31/12/2023 está registrado e demonstrado no Balanço Patrimonial no Ativo Circulante – Associados, Consumidores, Permissionárias (Nota 06) o montante de R\$ 1.368.288,00 e R\$ 1.401.097,00 em 2022 e no Demonstrativo de Resultado (Sobras ou Perdas) – Fornecimento de Energia Elétrica (Nota 30) Ingressos/Receitas Operacionais o montante de R\$ (-) 32.809,00 em 2023 e (-) R\$ 380.449,00 em 2022.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela Resolução Normativa nº 863 de 23/12/2019 definiu que a partir de 01/01/2021 o faturamento das unidades consumidoras do Grupo A devem considerar o período de leitura correspondente ao mês civil. A ANEEL/SGT/SRD/SFF pelos ofícios nºs 30 e 31/2020 reforçou este entendimento que o faturamento das unidades consumidoras com período de leitura coincidente com o mês civil deve ser considerado na competência do mês da leitura e não na competência do mês da emissão da fatura. Buscando adaptar-se a esta normativa, a partir do mês civil novembro/2020, as faturas de energia do Grupo A (Alta Tensão), o período de leitura, mês civil e competência tem a mesma relação.

**b) Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa**

As perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa foram mensuradas e reconhecidas a partir da experiência da Administração da Cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas, considerando também os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, Instrução Contábil – IC, 6.3.3, item 2, em razão que os valores pendentes de recebimentos não são relevantes e inclui os créditos junto aos associados da classe de consumo residencial que apresentam débitos vencidos há mais de 90 dias; associados da classe comercial vencidos há mais de 180 dias; e associados da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais de 360 dias.

O valor constituído de R\$ 3.976,28 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber.

No exercício de 2023 a Cooperluz baixou para perdas por contas incobráveis o montante de R\$ 15.855,02 correspondente a 156 contas de energia elétrica.

**Nota 07 - Serviços em Curso**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
Serviços Próprios em Curso	57.325,57	25.765,40
<b>Total</b>	<b>57.325,57</b>	<b>25.765,40</b>

**Nota 08 – Tributos e Contribuições Sociais - Compensáveis**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>Ativo Circulante:</b>		
ICMS a Recuperar	15.000,00	21.000,00
ICMS a Recuperar - Ativo Imobilizado	890.645,41	873.063,02
<b>Total</b>	<b>905.645,41</b>	<b>894.063,02</b>
<b>Ativo Não Circulante:</b>		
ICMS a Recuperar - Ativo Imobilizado	1.112.769,67	1.224.174,37
ICMS a Recuperar - Ativo Imobilizado em Curso	264.792,46	0,00
<b>Total</b>	<b>1.377.562,13</b>	<b>1.224.174,37</b>

Os valores de ICMS a recuperar referem-se a créditos decorrentes de aquisição de ativos imobilizados e ou intangíveis relacionados exclusivamente as atividades de distribuição de energia, instituído pela Lei Complementar nº 87/1996, que serão recuperados mensalmente na razão de 1/48 conforme determina a Lei Complementar nº 102/2000 e legislação estadual.

**Nota 09 – Almoxarifado Operacional**

**Materiais para Manutenção, Uso e ou Consumo:**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Almoxarifado – Emergência	603.099,70	582.358,70
Uso e ou Consumo	372.173,35	341.919,88
Reposição Oficinas de Transf. e Medidores	8.737,15	8.988,17
Matéria Prima	163.087,95	292.057,37
Resíduos e Sucatas	43.987,70	25.626,58
<b>Total</b>	<b>1.191.085,85</b>	<b>1.250.950,70</b>

Os estoques de materiais para manutenção, uso e ou consumo são destinados à operação e manutenção das redes de distribuição de energia elétrica. O estoque de materiais – obras, destinados aos novos investimentos estão classificados no ativo imobilizado em curso (Nota 15).

**Nota 10 - Ativos Financeiros Setoriais**

**Ativo Circulante**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Neutralidade Encargos Setoriais - Em Curso	166.962,40	592.027,35
Sobrecontratação de Energia - Em Curso	4.001,52	151.101,69
Sobrecontratação de Energia - Amortização	82.055,70	0,00
Bandeiras Tarifárias	16.878,35	17.833,17
Componentes Financeiros - PIS/COFINS - Em Curso	207.558,85	171.923,51
Componentes Financeiros - PIS/COFINS - Amortizar	563.220,00	903.348,00
Variação Preço Energia - Em Curso	74.994,48	0,00
Variação Preço Energia - Amortização	0,00	221.580,00
Encargos ESS/EER - Em Curso	592,02	0,00
Encargos ESS/EER - Amortização	0,00	349.932,00
Programa de Redução Voluntária Energia Elétrica	83,00	0,00
<b>Total</b>	<b>1.116.346,32</b>	<b>2.407.745,72</b>

**Ativo Não Circulante**

Componentes Financeiros - PIS/COFINS - RGE - Diferido	0,00	750.746,45
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>750.746,45</b>

**Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

a) O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a neutralidade da Parcela A - custos não gerenciáveis, relacionados à compra de energia e dos encargos setoriais. Esse mecanismo pode originar diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Seguindo orientação do Órgão Regulador, a empresa contabiliza estas variações como ativos e passivos financeiros setoriais, constituindo-se:

- i) um direito a receber pela permissionária nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou;
- ii) uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais são homologados pelo poder concedente (ANEEL) e quando este autorizar ocorre o repasse na base tarifária da empresa através do processo de reajuste tarifário anual ou na revisão tarifária periódica que é realizada a cada 4 anos.

A condicionante para reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais nas demonstrações financeiras societárias das permissionárias de distribuição de energia foram sanadas com a assinatura do Aditivo de nº 001 ao Contrato de Permissão nº 032/2010 de 02/12/2015 (D.O.U. 24/12/2015), desta forma, os ativos e/ou passivos setoriais estão sendo reconhecidos desde o exercício de 2015.

### b) Componentes Financeiros – Aquisição de Energia em Leilões e Chamada Pública

A Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL pela Resolução Normativa nº 1028 de 26/07/2022, aprovou a estrutura e o Submódulo 8.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, consolidando a regulamentação e os procedimentos aplicáveis estritamente relativo às obrigações contraídas em função da aquisição de energia elétrica por meio de Leilões e/ou Chamada Pública a serem utilizados nos processos tarifários na apuração dos Componentes Financeiros aplicáveis às permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Nota 4(q) e 24 tratam do mesmo tema.

c) Os Ativos Financeiros Não Circulante, são valores de PIS/COFINS do período de setembro/2015 a julho/2018, homologados pela ANEEL no processo de Reajuste Tarifário Anual de 30/07/2020 e diferidos em 4 (quatro) ciclos tarifários de 2020 a 2023. A quarta parcela foi homologada pela REH nº 3232 de 25/07/2023 no processo de reajuste tarifário e transferida para curto prazo.

#### Nota 11 - Despesas Pagas Antecipadamente

	2023	2022
Seguros Pagos	36.031,20	16.283,64
IPVA - Imposto Propriedade Veículos Automotores	120.015,36	92.276,52
<b>Total</b>	<b>156.046,56</b>	<b>108.560,16</b>

#### Nota 12 - Bens Destinados a Alienação

	2023	2022
Veículos	85.018,65	0,00
<b>Total</b>	<b>85.018,65</b>	<b>0,00</b>

#### Nota 13 – Outros Ativos Circulantes

	2023	2022
Adiantamento de Férias	191.752,07	181.039,16
Adiantamentos a Funcionários e outros	5.442,50	6.575,67
Empregados por conta salários	257,69	727,76
Adiantamento a Fornecedores	74.601,28	86.444,48
Serviços Próprios Prestados Terceiros	18.687,63	16.985,82
CCEE - DMR Recursos CDE	6.774,01	8.810,90
CCEE - CDE - Decreto 7891/13	55.320,88	221.500,56
CCEE - CDE - Lei 13.360/2016	2.986.704,33	1.990.682,96
CCEE - CDE - SCEE - Sistema de Compensação EE	210.395,17	0,00
Cheques devolvidos a apresentar	356,91	89,34
Cobrança Diferença ICMS	28,35	0,00
(-) PCLD	(28,06)	0,00
Desativações em Curso	47.258,38	33.134,49
<b>Total</b>	<b>3.597.551,14</b>	<b>2.545.991,14</b>

#### Nota 14 - Depósitos Judiciais

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais / Tributários	Total
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>34.025,40</b>	<b>7.528,86</b>	<b>1.717.205,86</b>	<b>1.758.760,12</b>
Constituição	36.889,14	15.588,00	42.337,98	94.815,12
Saques/Alvará	-	(7.955,60)	-	(7.955,60)
Atualização Monetária	4.203,25	954,67	114.980,56	120.138,48
Transferência Passivo Não Circulante	-	-	(505.615,08)	(505.615,08)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>75.117,79</b>	<b>16.115,93</b>	<b>1.368.909,32</b>	<b>1.460.143,04</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>75.117,79</b>	<b>16.115,93</b>	<b>1.368.909,32</b>	<b>1.460.143,04</b>
<b>Nota 14 a) Tributos Passivo Não Circulante</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1.368.909,32</b>	<b>1.368.909,32</b>

A nota 26 c1) trata do tema de transferência de depósitos judiciais do Ativo Não Circulante para Passivo Não Circulante.

**Nota 15 – Ativo Financeiro Indenizável**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Terrenos	429.101,58	429.101,58
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	231.975,17	231.975,17
Máquinas e Equipamentos	17.348.624,88	14.607.662,16
Servidões	301.257,90	301.257,90
<b>Total</b>	<b>18.310.959,53</b>	<b>15.569.996,81</b>

A Indenização da Permissão a Receber trata-se de um Ativo Financeiro Indenizável e corresponde a parcela dos bens e instalações que em função de suas vidas úteis, ultrapassa o prazo de permissão, os quais não estarão amortizados ao final da permissão e na forma do Contrato o valor será objeto de indenização, caso não ocorra a prorrogação.

**16 - Participações Societárias Permanentes – Custo Aquisição**

<b>Participações Societárias Permanente - Não Vinculadas á Permissão</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2022</b>	<b>Adições</b>	<b>Valor Bruto em 31/12/2023</b>
<b>Distribuição</b>	<b>901.014,00</b>	<b>129.042,28</b>	<b>1.030.056,28</b>
Ações CRT	30.062,19		30.062,19
Participações Fecoergs	549,87		549,87
Participações Sicredi	784.408,80	111.958,53	896.367,33
Participações Certhil	25,35		25,35
Participações Cresol - SC	84.045,00	6.710,00	90.755,00
Participações Cresol - GM	54,00	1,00	55,00
Participações Unicredi Missões	1.868,79	10.372,75	12.241,54
<b>Total Participações</b>	<b>901.014,00</b>	<b>129.042,28</b>	<b>1.030.056,28</b>



## Nota 17 – Imobilizado em Curso

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	<b>5.402.589,89</b>	<b>18.342.032,71</b>	<b>(17.987.670,69)</b>	<b>5.756.951,91</b>	<b>354.362,02</b>	<b>5.756.951,91</b>	<b>5.402.589,89</b>
Máquinas e Equipamentos	-	238.853,80	(29.003,80)	209.850,00	209.850,00	209.850,00	-
Material em Depósito	5.373.713,15	6.258.634,94	(6.224.753,50)	5.407.594,59	33.881,44	5.407.594,59	5.373.713,15
Outros	28.876,74	11.844.543,97	(11.733.913,39)	139.507,32	110.630,58	139.507,32	28.876,74
<b>Administração</b>	<b>-</b>	<b>1.111.514,88</b>	<b>(1.111.514,88)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Máquinas e Equipamentos	-	78.030,58	(78.030,58)	-	-	-	-
Outros	-	1.033.484,30	(1.033.484,30)	-	-	-	-
<b>Total Ativo Imobilizado em Curso</b>	<b>5.402.589,89</b>	<b>19.453.547,59</b>	<b>(19.099.185,57)</b>	<b>5.756.951,91</b>	<b>354.362,02</b>	<b>5.756.951,91</b>	<b>5.402.589,89</b>

## Nota 18 – Intangível

### a) Direitos da Permissão - Infraestrutura de Distribuição em Serviço

Ativo Intangível em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transf. Ativo Financeiro (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	<b>88.506.516,42</b>	<b>10.232.560,70</b>	<b>(2.660.975,35)</b>	<b>(2.738.621,26)</b>	<b>93.339.480,51</b>	<b>4.832.964,09</b>	<b>(33.689.753,51)</b>	<b>59.649.727,00</b>	<b>57.389.221,53</b>
Softwares	190.574,35	9.252,00	-	-	199.826,35	9.252,00	(167.088,15)	32.738,20	34.840,55
Terrenos	457.793,21	156.332,35	-	-	614.125,56	156.332,35	-	614.125,56	457.793,21
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.337.053,65	-	-	-	1.337.053,65	-	(377.744,96)	959.308,69	1.014.572,26
Máquinas e Equipamentos	83.736.513,81	9.491.946,42	(2.441.372,36)	(2.737.221,26)	88.049.866,61	4.313.352,80	(31.861.968,22)	56.187.898,39	54.211.372,58
Veículos	2.430.198,26	467.374,37	(218.474,80)	-	2.679.097,83	248.899,57	(1.203.000,36)	1.476.097,47	1.371.427,18
Móveis e Utensílios	354.383,14	107.655,56	(1.128,19)	(1.400,00)	459.510,51	105.127,37	(79.951,82)	379.558,69	299.215,75
<b>Administração</b>	<b>1.581.892,68</b>	<b>544.384,60</b>	<b>(22.889,61)</b>	<b>(2.341,46)</b>	<b>2.101.046,21</b>	<b>519.153,53</b>	<b>(1.108.157,91)</b>	<b>992.888,30</b>	<b>577.124,25</b>
Softwares	225.524,97	720,00	-	-	226.244,97	720,00	(217.436,39)	8.808,58	12.378,03
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	363.563,12	-	-	-	363.563,12	-	(169.963,70)	193.599,42	205.706,07
Máquinas e Equipamentos	635.523,64	54.804,60	(22.889,61)	(2.341,46)	665.097,17	29.573,53	(410.083,58)	255.013,59	256.761,70
Veículos	244.391,05	488.860,00	-	-	733.251,05	488.860,00	(214.899,60)	518.351,45	78.839,89
Móveis e Utensílios	112.889,90	-	-	-	112.889,90	-	(95.774,64)	17.115,26	23.438,56
<b>Subtotal</b>	<b>90.088.409,10</b>	<b>10.776.945,30</b>	<b>(2.683.864,96)</b>	<b>(2.740.962,72)</b>	<b>95.440.526,72</b>	<b>5.352.117,62</b>	<b>(34.797.911,42)</b>	<b>60.642.615,30</b>	<b>57.966.345,78</b>

**b) Direitos da Permissão - Infraestrutura de Distribuição em Serviço**

Ativo Intangível em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	<b>463.969,28</b>	<b>12.374.285,52</b>	<b>(10.190.965,23)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.647.289,57</b>	<b>2.183.320,29</b>	-	<b>2.647.289,57</b>	<b>463.969,28</b>
Máquinas e Equipamentos	463.969,28	8.803.586,85	(8.773.379,60)		494.176,53	30.207,25		494.176,53	463.969,28
Outros	0,00	3.570.698,67	(1.417.585,63)		2.153.113,04	2.153.113,04		2.153.113,04	0,00
<b>Administração</b>	<b>0,00</b>	<b>1.111.514,88</b>	<b>(1.111.514,88)</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	-		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
Máquinas e Equipamentos	0,00	78.030,58	(78.030,58)		0,00	-		0,00	0,00
Outros		1.033.484,30	(1.033.484,30)		0,00	-		0,00	0,00
<b>Subtotal</b>	<b>463.969,28</b>	<b>13.485.800,40</b>	<b>(11.302.480,11)</b>	<b>0,00</b>	<b>2.647.289,57</b>	<b>2.183.320,29</b>	-	<b>2.647.289,57</b>	<b>463.969,28</b>
<b>C) Total Ativo Intangível em Serviço e em Curso</b>	<b>90.552.378,38</b>	<b>24.262.745,70</b>	<b>(13.986.345,07)</b>	<b>(2.740.962,72)</b>	<b>98.087.816,29</b>	<b>7.535.437,91</b>	<b>(34.797.911,42)</b>	<b>63.289.904,87</b>	<b>58.430.315,06</b>

i) Contrato de Concessão – ITG 01(R1): Com as alterações na legislação societária brasileira que desencadeou o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade (IAS e IFRS), e a regulamentação das cooperativas de eletrificação rural como permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica na forma do contrato de permissão de maio/2010. Esta interpretação define a forma de contabilização dos ativos de concessões e permissões quando atendidas determinadas condições: i) Controle e regulamentação de quais serviços devem ser prestados com a infraestrutura; ii) a quem os serviços devem ser prestados e o seu preço. O impacto nas Demonstrações Contábeis se dá com a transferência dos saldos do (a) Ativo Imobilizado para o Ativo Intangível referente ao direito de cobrança de tarifa dos consumidores (direito de exploração da Permissão), e/ou (b) eventual registro de um Ativo Financeiro, representando um direito incondicional da Cooperativa de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da permissão. Desta prática, a permissionária deve reconhecer receitas e custos na forma da NBC TG 47 relativos à prestação de serviços de construções e melhorias na infraestrutura (serviços de construção e melhoria), desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração de resultado do exercício de 2023 nos mesmos montantes de R\$ 12.923.242,72 e em 2022 R\$ 10.777.231,62.

ii) Na forma dos regramentos do setor elétrico brasileiro, os bens e instalações utilizados principalmente na infraestrutura de distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL.

iii) A Resolução Normativa nº 948 de 16/11/2021 da ANEEL, regulamentou a desvinculação de bens das concessões e permissões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à permissão, quando destinados à alienação, devendo constituir dossiê de desvinculação e que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

iv) A NBC TG 20 (R2) (Custos de Empréstimos), define que os encargos de financiamentos que tenham a finalidade para investimentos devem ser apropriados como custo das imobilizações até a entrada em operação das obras. Os encargos de financiamentos contabilizados na demonstração de sobras e/ou perdas de 2023, são originários de empréstimos contratados de obras finalizadas anteriormente ao exercício de 2023.

#### d) Vidas Úteis e Taxas de Amortização e Depreciação

A amortização e depreciação dos ativos/bens no exercício de 2023 foram realizadas pelo método linear com base nas taxas anuais determinadas pela ANEEL na Resolução Normativa 674 de 11/08/2015.

#### Principais Taxas de amortização e ou depreciação utilizadas:

UC/UAR	VU - Vida Útil	Taxa %	UC/UAR:	VU - Vida Útil	Taxa %:
Condutor classe Inferior a 69 KV	28 anos	3,57%	Regulador de Tensão Inf. 69 KV	23 anos	4,35%
Equipamento Geral	16 anos	6,25%	Religador de Distribuição	25 anos	4,00%
Equipamento Geral Informática	6 anos	16,67%	Transformador de Distribuição	25 anos	4,00%
Estrutura Postes	28 anos	3,57%	Transformador de Força	35 anos	2,86%
Medidor Eletromecânico	25 anos	4,00%	Veículos Adm. e Operacional	7 anos	14,29%
Medidor Eletrônico	13 anos	7,69%	Software	5 anos	20,00%

UC/UAR - Unidades de Cadastros/Unidades de Adição e Retirada

Os valores contabilizados como dispêndios de depreciação e ou amortização nos exercícios de 2023 e 2022 foram de R\$ 3.950.605,84 e R\$ 3.628.242,02 respectivamente.

#### e) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos - *Impairment*

A Administração entende ter direito contratual assegurado quanto ao equilíbrio econômico-financeiro da permissão, sendo que a atividade de distribuição de energia é remunerada pelas tarifas reguladas que devem cobrir os custos necessários e a remuneração de seus ativos em serviço. No que diz respeito à indenização dos bens vinculados ao final da permissão de serviço público, admitindo, por hora, e até que se edite regulamentação sobre o tema, a valorização dessa indenização pelo valor dos livros. Assim, a premissa de valoração do ativo residual ao final da permissão ficou estabelecida nos valores registrados contabilmente. Diante dessas premissas, a Cooperativa não identificou necessidade de constituição de provisão para *impairment*.

#### Nota 19 – Fornecedores

##### Passivo Circulante

	2023	2022
Concessionários – Encargos Uso Rede Elétrica	444.589,75	335.553,10
Concessionários – Suprimento Energia	1.650.380,69	1.605.859,55
Fornecedores – Materiais e Serviços	650.313,57	669.027,73
<b>Total</b>	<b>2.745.284,01</b>	<b>2.610.440,38</b>

**Nota 20 – Empréstimos e Financiamentos**

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente?	Data Captação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vecto Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>17.882,13</b>	<b>978.158,45</b>	<b>3.202.021,64</b>	<b>4.198.062,22</b>											
BRDE - Contrato 63800 - FINAME	75,06	25.272,35	0,00	25.347,41	Sim	dez-15	Recebíveis	7%	0,00%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/01/24	Mensal	SAC
BRDE - Contrato 64293	8.929,52	490.239,97	1.593.279,90	2.092.449,39	Sim	mar-16	Recebíveis	TJLP	4,1% a.a	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/03/28	Mensal	SAC
BRDE - Contrato 64582	6.634,49	350.494,91	1.197.524,28	1.554.653,68	Sim	abr-16	Recebíveis	TJLP	4,1% a.a	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/05/28	Mensal	SAC
BRDE - Contrato 65070	2.243,04	112.150,22	411.217,46	525.610,72	Sim	ago-16	Recebíveis	TJLP	4,1% a.a	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/08/28	Mensal	SAC
Sicredi União - Crédito Rotativo	0,02	1,00	0,00	1,02	Sim	jun-16	Não há	CDI	9,12% a.a	31/01/24	Mensal	31/01/24	31/05/24	Mensal	SAC

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
	2025	2026	2027	2028	Total
BRDE - Contrato 63800 - FINAME	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
BRDE - Contrato 64293	490.239,96	490.239,96	490.239,96	122.560,02	<b>1.593.279,90</b>
BRDE - Contrato 64582	350.494,80	350.494,80	350.494,80	146.039,88	<b>1.197.524,28</b>
BRDE - Contrato 65070	112.150,20	112.150,20	112.150,20	74.766,86	<b>411.217,46</b>
Sicredi União - Crédito Rotativo	0,00	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>952.884,96</b>	<b>952.884,96</b>	<b>952.884,96</b>	<b>343.366,76</b>	<b>3.202.021,64</b>

**a) Garantias**

Para garantia dos empréstimos e financiamentos de longo prazo com o Banco BRDE/RS, a Cooperativa deu os seus recebíveis, que foram devidamente autorizados pela Agência Nacional de Energia Elétrica- ANEEL, na forma do Despacho SFF/ANEEL nº 59 de 13/01/2016.

**b) Atualização e Classificação de Saldos de Financiamentos**

Os valores dos empréstimos e financiamentos encontram-se atualizados de acordo com as taxas contratuais pactuadas em cada contrato e classificados entre Passivo Circulante e Não Circulante de acordo com os respectivos prazos de vencimento.

**Nota 21 – Obrigações Sociais e Trabalhistas**

**Passivo Circulante**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Folha Pagamento Líquida	538.002,18	267.084,15
Provisões de Férias e Encargos Sociais	1.320.459,19	1.143.023,78
Tributos e Contribuições Retidas Fonte	236.797,35	141.623,29
Consignações em favor de Terceiros	19.034,64	18.184,13
<b>Total</b>	<b>2.114.293,36</b>	<b>1.569.915,35</b>

**Nota 22 – Tributos**

**Passivo Circulante:**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
IRPJ a Recolher	1.424.199,99	1.139.648,40
CSLL – Contribuição Social Sobre o Lucro	369.318,80	290.506,97
PIS Faturamento a Recolher	12.970,39	11.858,24
COFINS a Recolher	59.863,31	54.730,32
ICMS Energia Elétrica a Recolher	76.548,08	54.197,15
ISS - Próprio	659,72	534,08
INSS a Recolher	204.229,68	164.872,07
FGTS a Recolher	87.539,57	72.670,51
PIS Folha de Pagamento	12.173,56	10.488,92
IR/PIS/COFINS/CSLL – Retenções Terceiros	39.851,53	21.409,32
ISSQN – Retenção Terceiros	4.442,14	5.490,61
INSS Retenção Terceiros	7.167,41	5.992,15
<b>Total</b>	<b>2.298.964,18</b>	<b>1.832.398,74</b>

**Nota 23 – Encargos Setoriais**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
CDE – Conta de Desenvolvimento Energético	585.645,13	536.693,42
TFSEE - Taxa de Fiscalização Aneel	12.323,72	11.327,60
<b>Total</b>	<b>597.968,85</b>	<b>548.021,02</b>

**a) Conta de Desenvolvimento Energético - CDE**

A Conta de Desenvolvimento Energético - CDE foi criada pela Lei 10.438/2002, alterada pela Lei 12.783/2013, visando a promoção da universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional, e visa garantir recursos para atendimento da subvenção econômica destinada à modicidade da tarifa dos consumidores finais, da competitividade da energia produzida a partir de fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas, biomassa, gás natural e carvão mineral nacional, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados.

**b) Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE**

Criada pela Lei 9.427/96, alterada pela Lei 12.783/13, sua arrecadação serve para custear o funcionamento da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, e representa 0,4% do benefício econômico anual dos agentes, inserida no custo das tarifas de energia que é aplicada aos consumidores.

**c) Bandeiras Tarifárias**

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela Resolução Normativa nº 547 de 16/04/2013, estabeleceu os procedimentos comerciais para aplicação do sistema de bandeiras tarifárias. Para as Permissionárias de Distribuição de Energia Elétrica a obrigação de aplicar aos seus consumidores/cooperados ocorreu a partir de 01/07/2015. Em 2023 não tivemos a cobrança adicional de bandeiras tarifárias.

**d) Programa de Eficiência Energética – PEE e Pesquisa e Desenvolvimento - P&D:**

O PEE e o P&D são programas de investimentos estabelecidos em lei e regulamentados pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, para as concessionárias de energia elétrica, calculados em 1% da receita operacional líquida das empresas, sendo 0,50% destinados ao P&D e 0,50% ao PEE.



A Lei 13.280/2016 desobrigou as permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado inferior a 500 GWh de aplicar recursos no Programa de Eficiência Energética - PEE e no Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.

**Nota 24 – Passivos Financeiros Setoriais**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Neutralidade Encargos Setoriais - A Amortizar	89.299,80	119.506,80
Sobrecontratação de Energia - A Amortizar	0,00	47.616,00
Outros Passivos Financeiros Setoriais - Em Curso	3.701,32	268,20
Outros Passivos Financeiros Setoriais - A Amortizar	9.422,40	2.964,30
Encargo ESS/EER - Em Curso	0,00	440.177,50
Encargo ESS/EER – A Amortização	319.611,00	0,00
Encargos Risco Hidrológico - Em Curso	666.954,04	605.125,29
Encargos Risco Hidrológico - A Amortizar	630.249,00	391.338,00
Créditos PIS/COFINS- ICMS Exclusão Base - A Amortizar	0,00	476.304,00
CDE - Eletrobrás - Modicidade Tarifária - A Amortizar	81.269,95	609.186,00
CDE - Eletrobrás - A Amortizar	53.268,00	0,00
Variação Preço Energia - Em Curso	0,00	1.379.191,02
Variação Preço Energia – A Amortizar	847.972,20	0,00
<b>Total</b>	<b>2.701.747,71</b>	<b>4.071.677,11</b>

**a) Passivos Financeiros Setoriais**

Passivos financeiros setoriais são constituídos quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos efetivamente incorridos. A nota 4 (q) e 10, tratam do mesmo tema.

**b) Modicidade Tarifária:**

i) A CDE-Eletrobrás – Modicidade Tarifária – Lei 14.182 de 12/07/2021 – Desestatização da Eletrobrás, regulamentado pelo Despacho ANEEL nº 1.959 de 21/07/2022 destinou parte do resultado para as distribuidoras de energia para a modicidade tarifária, reconhecido no processo de reajuste tarifário anual de julho/2022 amortizável no período de 12 meses.

ii) O componente financeiro créditos PIS/COFINS– ICMS exclusão da base é resultado da ação judicial movida pela Cooperativa em conformidade com a decisão do Superior Tribunal Federal – STF (RE 574706) de repercussão geral, que definiu que o ICMS deve ser excluído da base de cálculo do PIS/COFINS, o que possibilitou a recuperação de parte destas contribuições do período de março/2017 a setembro/2021, crédito reconhecido pela Receita Federal do Brasil-RFB. A Lei 14.385 de 27/06/2022 promoveu a destinação integral destes créditos para a modicidade tarifária, reconhecido pela ANEEL no processo tarifário de julho/2023 beneficiando os consumidores/associados da cooperativa.

**Nota 25 – Outros Passivos Circulantes**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Contas Pagas em Duplicidade	2.585,90	1.760,68
Faturas Retificadas	470,92	1.764,12
Recebimentos a Classificar	446,76	0,00
Crédito Bônus Itaipu Res. 313/08	70,39	0,00
Multas Violação de Indicadores	316,02	0,00
Créditos de Microgeração a Compensar	977.558,78	608.729,80
Bônus Redução Consumo Energia	83,00	18,00
Devolução ICMS S/TUSD	2,76	102.995,30
Convênios com Hospitais	2.971,00	2.942,50
Convênios CIP – Iluminação Pública	114.933,54	89.738,35
<b>Total</b>	<b>1.099.439,07</b>	<b>807.948,75</b>

**Nota 26 - Provisões para Litígios**

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais / Tributários	Total
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>(60.000,00)</b>	<b>(75.290,00)</b>	<b>(3.743.150,48)</b>	<b>(3.878.440,48)</b>
Constituição	(180.000,00)		-	(180.000,00)
Atualização Monetária	0,00		(212.739,34)	(212.739,34)
Baixas/Reversão	5.000,00	10.031,00	326.177,72	341.208,72
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>(235.000,00)</b>	<b>(65.259,00)</b>	<b>(3.629.712,10)</b>	<b>(3.929.971,10)</b>
<b>Circulante</b>	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>	<b>(235.000,00)</b>	<b>(65.259,00)</b>	<b>(3.629.712,10)</b>	<b>(3.929.971,10)</b>

A Cooperativa é parte em ações trabalhistas, fiscais e cíveis e está discutindo estas questões tanto na esfera administrativa quanto na judicial, as quais, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais. As provisões para as perdas decorrentes destes processos quando consideradas como prováveis são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião da Assessoria jurídica da Cooperativa.

**a) Trabalhistas**

A Cooperativa é parte em ações movidas por ex-funcionários envolvendo a cobrança de diferenças salariais, horas-extras, periculosidade e outros. Com base no relatório da assessoria jurídica, sobre as ações com prognóstico de possíveis perdas não foram constituídas provisões. Para as ações com prognóstico de prováveis perdas é necessária à constituição de provisões, conforme requerido nas normas contábeis.

No exercício de 2023 o relatório apresenta processos com prognósticos de possíveis perdas, não sendo necessário à constituição de provisões para estes processos. Para os processos com prognósticos de prováveis perdas, constituímos novas provisões e os valores estão aderentes ao relatório jurídico conforme quadro acima.

**b) Cíveis**

A cooperativa é parte em ações cíveis de cobrança e reparação de danos movidas por associados e não associados. Com base no relatório da Assessoria jurídica as ações com prognóstico de perdas possíveis ou remotas, não foram constituídas provisões. No exercício de 2023 o relatório apresenta ações com prognóstico de prováveis perdas e as provisões foram constituídas em anos anteriores, sendo necessário em 2023 reverter parcialmente as provisões adequando ao relatório jurídico.

**c) Tributárias/Fiscais**

A cooperativa é parte em ações de matérias fiscais e tributárias e com base nos relatórios das Assessorias jurídicas, sobre as ações com prognósticos de possíveis ou remotas perdas não foram constituídas provisões.

No exercício de 2023 os relatórios não apresentam ações com prognóstico de possíveis perdas e/ou prováveis perdas.

As provisões para contingência do Auto de Lançamento descritas no item "c2" foram constituídas anteriormente ao exercício de 2023, sendo necessário somente a atualização dos valores.

**c1) PIS/COFINS – Reversão da Contingência Fiscal**

A Cooperluz no ano de 2000 ingressou na Justiça federal – 1ª Vara de Santo Ângelo/RS, processo nº 2000.71.05.001073-0, discutindo a legitimidade da Medida Provisória 1858-9 de 24/09/1999 que revogou o inciso I do Artigo 6º da LC 70/91 que estabelecia a isenção da COFINS para sociedades cooperativas. No período de abril/2000 a novembro/2003 a cooperativa efetuou os depósitos judiciais sobre o entendimento da base de cálculo e foram atualizados em conformidade aos extratos e saldos informados pela instituição financeira depositária até a data de 30/09/2023.

Com a edição da Lei 10.684/2003 e a Instrução Normativa RFB 358/2003 trouxeram alterações na base de cálculo para estas contribuições, em especial para as cooperativas de eletrificação rural, retroagindo seus efeitos

aos exercícios de 1999 a 2003. A Cooperativa por prudência e por orientação da Assessoria Jurídica reconheceu no exercício de 2004 os efeitos retroativos desta norma e constituiu no Passivo Não Circulante - Provisão para Contingências Fiscais para o COFINS no valor de R\$ 125.971,63 e PIS Faturamento o valor de R\$ 27.283,35, estes valores foram atualizados pela taxa Selic até a data de 30/09/2023.

O STF reconheceu a matéria como de repercussão geral e em decisão de Recurso Extraordinário-RE nº 598.085-5\_RJ e pelo Tema STF 177 – que são legítimas as alterações introduzidas pela Medida Provisória nº 1858/1999 e o TRF 4ª Região certificou que o processo transitou em julgado em 13/05/2022 e a baixa definitiva em 18/07/2022. A Assessoria orientou a reversão da contingência contábil e o Conselho de Administração em novembro/2023 aprovou a reversão desta provisão. Os depósitos judiciais dos processos não foram objeto de análise da repercussão geral e foram reclassificados do Ativo Não Circulante para conta redutora no Passivo Não Circulante nos mesmos valores, ficando estes registros e controles até que os depósitos sejam revertidos em renda para a União. A nota 14 trata do tema de depósitos judiciais.

## **c2) Cobrança de ICMS sobre Subvenção Econômica - Decreto 7891/2013 – Recursos CDE**

O Grupo Setorial de Energia da SEFAZ/RS em reunião em Porto Alegre no dia 23/08/2018 com as cooperativas permissionárias de distribuição de energia comunicou que estaria atuando os agentes pelo não recolhimento do ICMS do período de abril/2013 a agosto/2018 referente as parcelas recebidas da subvenção definidas no Decreto 7891/2013 das classes rurais, irrigantes e serviço público de água e esgoto.

Por orientação da assessoria jurídica contratada, encaminhamos consulta formal a SEFAZ/RS para termos o embasamento legal desta cobrança a qual tomamos ciência da resposta em 01/11/2018, paralelamente em 08/11/2018, foi impetrado mandado de segurança através do processo nº 9065472-97.2018.8.21.0001 na 6ª Vara Pública de Porto Alegre/RS referente a ilegalidade da incidência de ICMS sobre a subvenção criada através da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE, com pedido de liminar que em recurso foi deferida, determinando a suspensão de qualquer ato de lançar ou cobrar o tributo discutido até decisão final.

Em 17/12/2018 recebemos da SEFAZ/RS o Auto de Lançamento nº 42237645 – Processo Administrativo nº 18/1404-0029950-3 no valor de R\$ 2.862.456,58 (principal R\$ 1.546.280,68, Multa R\$ 927.768,16 e Juros R\$ 388.407,74), sobre o qual também foi apresentado administrativamente impugnação.

Embora o prognóstico jurídico favorável, a Cooperativa por prudência e por orientação da Assessoria Jurídica reconheceu no exercício de 2018 no Passivo Não Circulante - Provisão para Contingências Fiscais referente aos efeitos do Auto de Lançamento nº42237645 e as diferenças dos meses de setembro/2018 a dezembro/2018 e as respectivas multas e juros legais.

O Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul em dezembro/2019 em decisão de Recurso Especial definiu que a cobrança do ICMS sobre a subvenção advinda da Conta de Desenvolvimento Energético, criada pela Lei nº 10.438/2002, passe a incidir somente após a notificação já realizada à impetrante acerca da modificação de entendimento do Fisco Estadual, sem a possibilidade de cobrança pretérita. O processo segue aguardando decisão do STJ. A Cooperluz desde a competência Janeiro/2019 vem efetuando o depósito judicial do valor do ICMS sobre a parcela de subvenção econômica. A nota 14 trata do tema dos depósitos judiciais.

**Nota 27 - Obrigações Vinculadas Permissão Serviço Público Energia Elétrica**

Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>(10.673.178,68)</b>	<b>(1.370.111,46)</b>	-	<b>(12.043.290,14)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(238.863,86)	(58.609,10)	-	(297.472,96)
Participação Financeira do Consumidor	(7.921.409,91)	(1.311.502,36)	-	(9.232.912,27)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(7.158,00)	-	-	(7.158,00)
Pesquisa e Desenvolvimento	(67.589,78)	-	-	(67.589,78)
Universalização Serviço Público Energia Elétr	(2.438.157,13)	-	-	(2.438.157,13)
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>2.139.895,92</b>	<b>300.031,86</b>	-	<b>2.439.927,78</b>
Participação da União, Estados e Municípios	41.827,21	11.197,70	-	53.024,91
Participação Financeira do Consumidor	1.093.821,26	185.834,94	-	1.279.656,20
Programa de Eficiência Energética - PEE	2.401,06	284,89	-	2.685,95
Pesquisa e Desenvolvimento	61.913,38	5.676,40	-	67.589,78
Universalização Serviço Público Energia Elétr.	939.933,01	97.037,93	-	1.036.970,94
<b>Em curso</b>	<b>(479.567,46)</b>	<b>(2.706.902,96)</b>	<b>2.942.380,54</b>	<b>(244.089,88)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(0,00)	(41.214,01)	41.214,01	(0,00)
Participação Financeira do Consumidor	(256.865,53)	(1.785.813,55)	2.008.875,36	(33.803,72)
Valores Pendentes de Recebimento	(72.795,15)	(390.802,06)	416.907,81	(46.689,40)
Valores Não Aplicados	(149.906,78)	(489.073,34)	475.383,36	(163.596,76)
<b>Total</b>	<b>(9.012.850,22)</b>	<b>(3.776.982,56)</b>	<b>2.942.380,54</b>	<b>(9.847.452,24)</b>

As obrigações vinculadas representam os recursos relativos à participação financeira do consumidor, das dotações orçamentárias da União, verbas federais, estaduais e municipais e de créditos especiais destinados aos investimentos aplicados nos empreendimentos vinculados à permissão e não são passivos onerosos, tampouco créditos dos cooperados.

Na forma da IC - 6.3.14, item 5 do Manual de Contabilidade Setor Elétrico-MCSE, o saldo das Obrigações Vinculadas à Concessão do Serviço Público (Obrigações Especiais) será amortizado pela taxa média da atividade conforme regulamento específico.

**Nota 28 – Instrumentos Financeiros**

**a) Considerações Gerais e Gerenciamento de Riscos**

A Cooperativa mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de controles de limites de exposição aos mesmos. Todas as operações estão reconhecidas na contabilidade e os principais instrumentos financeiros são:

- i) Caixa e equivalentes de caixa: apresentados na nota 05;
- ii) Contas a receber: apresentadas na nota 06;
- iii) Empréstimos e financiamentos: apresentados na nota 20.

**b) Valor Justo**

Instrumentos Financeiros	2023		2022	
	Valor Contábil	Valor de Mercado	Valor Contábil	Valor de Mercado
Caixa e Equivalentes de Caixa	24.947.628,21	24.947.628,21	19.648.907,35	19.648.907,35
Contas a Receber	4.798.074,70	4.798.074,70	5.274.458,89	5.274.458,89
Empréstimos e Financiamentos	4.198.062,22	4.198.062,22	5.408.325,63	5.408.325,63

**c) Classificação dos Instrumentos Financeiros**

31 de dezembro de 2023	2023				
	Mantidos para Negociação	Mantidos até o Vencimento	Destinado a Venda	Empréstimos e Recebíveis	Total
<b>Ativos Financeiros:</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	0,00	24.947.628,21	0,00	0,00	24.947.628,21
Contas a Receber	0,00	4.798.074,70	0,00	0,00	4.798.074,70
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>29.745.702,91</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>29.745.702,91</b>
<b>Passivos Financeiros:</b>					
Empréstimo e Financiamentos	0,00		0,00	4.198.062,22	4.198.062,22
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4.198.062,22</b>	<b>4.198.062,22</b>

**d) Fatores de Risco que Podem Afetar os Negócios**

**Risco de Taxas de Juros:** esse risco é oriundo da possibilidade de a empresa vir a sofrer perdas (ou ganhos) por conta de flutuações nas taxas de juros que são aplicadas aos seus passivos e ativos captados (aplicados) no mercado. Para minimizar possíveis impactos advindos de oscilações em taxas de juros, a empresa adota a política de diversificação, alternando a contratação de taxas fixas e variáveis (CDI), com repactuações periódicas de seus contratos, visando adequá-los ao mercado.

**Risco de Concentração de Créditos:** Os instrumentos financeiros que potencialmente poderiam sujeitar a Cooperativa a risco de crédito ou de concentração referem-se a saldos em bancos, créditos com cooperados e clientes, no entanto os saldos encontram-se distribuídos de tal forma que nenhum banco, cooperado ou cliente detenha individualmente valor superior a 10% do seu respectivo grupo, exceto em relação ao Caixa e Equivalentes de Caixa, situação que no entendimento da cooperativa não gera riscos, pela idoneidade das instituições.

**Risco de Gerenciamento de Capital:** advém da escolha da Cooperativa em adotar uma estrutura de financiamentos para suas operações.

**Nota 29 – Patrimônio Líquido**

**a) Capital Social**

O capital social da Cooperativa, no valor de R\$ 3.219.230,94 é formado por cotas-partes referente a 20.851 associados em 31 de dezembro de 2023.

**Natureza e Finalidade das Reservas**

**b) Fundo de Reserva:** é indivisível para distribuição entre os cooperados e sua constituição é obrigatória conforme a Lei nº 5.764/1971. Sendo constituído de 10% (dez por cento) das sobras do exercício social, além de eventuais destinações a critério da Assembleia Geral, e destina-se à cobertura de perdas decorrentes dos atos cooperativos e não cooperativos.

**c) Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social:** é indivisível entre os cooperados, e sua constituição é formada de 5% (cinco por cento) das sobras líquidas do exercício social, conforme previsão estatutária e pelo resultado das operações com terceiros conforme estabelece a Lei 5764/1971. Destina-se à cobertura de gastos com assistência técnica, educacional e social dos cooperados, familiares e seus próprios colaboradores.

**d) Fundo de Manutenção e Expansão:** Conforme previsão estatutária é constituído por 60% (sessenta por cento) das sobras líquidas do exercício social, além de eventuais destinações da Assembleia Geral, e destina-se a cobrir dispêndios de manutenção, operação, investimentos, ampliação e melhoramentos do sistema de distribuição de energia elétrica, podendo ainda ser aplicado em todas as iniciativas que visem o desenvolvimento social ou econômico da Cooperativa.

As sobras apuradas após a constituição das reservas ficam à disposição da Assembleia Geral Ordinária para deliberação quanto a sua destinação.



**e) Outros Resultados Abrangentes**

**Ajuste de Avaliação Patrimonial**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Reserva Reavaliação Máquinas e Equipamentos	-0,62	776,98
Reserva Reavaliação Terrenos	3.717,19	3.717,19
Reserva Reavaliação Edificações, Obras e benfeitorias	963,66	1.351,97
	<b>4.680,23</b>	<b>5.846,14</b>

**f) Resultado Abrangente e Destinações Legais e Estatutárias**

**Sobras Líquidas do Exercício**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
<b>Demais Resultados Abrangentes</b>		
Reversão de Reservas – Reavaliação	1.165,91	96.888,54
<b>Resultado Abrangente do Exercício</b>	<b>12.434.772,48</b>	<b>9.358.572,70</b>

**Demonstrações das Destinações Legais e Estatutárias**

**Resultado Abrangente do Exercício**

Reversão do Fates - cfe. NBC T 10.8	232.868,49	158.579,60
-------------------------------------	------------	------------

**Saldo Antes das Destinações Legais e Estatutárias**

	<b>12.667.640,97</b>	<b>9.517.152,30</b>
--	----------------------	---------------------

**Destinações Legais e Estatutárias**

Fates – Fundo Assist. Educacional Social - Ato não cooperativo	5.049.016,66	3.967.622,76
Fundo de Reserva – 10%	761.862,43	554.952,95
Fates – Fundo de Assistência, Educacional e Social – 5%	380.931,21	277.476,47
Fundo de Manutenção e Expansão – 60%	4.571.174,58	3.329.717,72

**Saldo a Disposição da Assembleia Geral Ordinária**

	<b>1.904.656,09</b>	<b>1.387.382,40</b>
--	---------------------	---------------------

**Nota 30 – Ingressos/Receitas Operacionais**

Fornecimento Faturado	Nº Unidades Consumidoras		MWh Faturado		R\$ Faturado	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Residencial	5.468	5.132	12.675,950	10.912,569	7.023.811,19	7.705.386,86
Industrial	34	38	1.028,492	1.272,163	571.382,36	834.358,17
Comercial	753	736	5.819,095	4.810,787	3.332.748,42	3.450.216,54
Rural	10.599	10.723	52.148,923	51.973,898	24.851.290,70	27.844.736,72
Poderes Públicos	116	115	739,029	660,040	443.483,00	484.881,22
Serviço Público	101	102	2.976,669	2.947,474	1.583.057,24	1.909.495,99
Iluminação Pública	10	10	986,345	930,484	308.674,63	361.000,27
<b>Subtotal</b>	<b>17.081</b>	<b>16.856</b>	<b>76.374,503</b>	<b>73.507,415</b>	<b>38.114.447,54</b>	<b>42.590.075,77</b>
Fornecimento Não Faturado					-32.809,00	-380.449,00
<b>Subtotal</b>	<b>17.081</b>	<b>16.856</b>	<b>76.374,503</b>	<b>73.507,415</b>	<b>38.081.638,54</b>	<b>42.209.626,77</b>
Uso Sistema-Cons. Livre/Gerador	4	3			497.682,82	421.034,97
<b>Total</b>	<b>17.085</b>	<b>16.859</b>			<b>38.579.321,36</b>	<b>42.630.661,74</b>

**Nota 31 – Ativos e Passivos Financeiros Setoriais**

**Neutralidade Parcela A (CDE/PROINFA/TFSEE)**

	<b>2023</b>	<b>2022</b>
(+) Constituição	(603.468,81)	372.134,38
(-) Amortização	208.806,42	235.212,43

**Demais Ativos e Passivos e CVA**

(+) Constituição	(1.211.017,01)	(4.912.083,19)
(-) Amortização	1.229.482,55	(1.039.365,50)

**Bandeiras Tarifárias - Constituição**

	<b>219.289,41</b>	<b>(2.480.683,11)</b>
--	-------------------	-----------------------

<b>Total</b>	<b>(156.907,44)</b>	<b>(7.824.784,99)</b>
--------------	---------------------	-----------------------

### Reclassificação de Contas – MCSE – Manual de Contabilidade Setor Elétrico – Versão 2022

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL, pelo Despacho 2.904 de 17/09/2021 promoveu a revisão do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e trouxe algumas alterações a exemplo da reclassificação dos registros com a conta bandeiras tarifárias de dedução dos ingressos/receitas e a partir do exercício de 2022 em conformidade com as Instruções Contábeis 6.3.28 – Bandeiras Tarifárias, combinado com as Técnicas de Funcionamento 7.2.22 – Ativos Financeiros Setoriais e 7.2.95 – Passivos Financeiros Setoriais a classificação passa a ser no grupo de Ingressos/Receitas Operacionais – 6101.3.09.01 – Fornecimento – Diferimento ou Devolução Tarifária – (-) Constituição.

#### Nota 32 – Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido

	2023	2022
DMR - Diferença Mensal de Receita - Baixa Renda	53.227,91	52.919,66
CCEE - Subvenção Econômica - Decreto 7891/13	1.660.928,64	3.145.824,18
CCEE - Subvenção Lei 13.360/2016	29.864.323,74	22.634.125,62
CCEE - Subvenção Eletrobrás - Modicidade Tarifária	135.436,26	1.218.372,77
CCEE - Subvenção SCEE - Sistema Compensação- Lei 14300/2022	1.262.371,02	0,00
	<b>32.976.287,57</b>	<b>27.051.242,23</b>

Os valores a título de Subvenção Econômica, são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e repassados pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE e foram determinados: i) Lei 12.212/2010 e Resolução ANEEL nº 472/2012 que instituiu a Tarifa Social de Energia Elétrica – TSEE; ii) Decreto 7.891/2013 que instituiu a modicidade tarifária e a compensação pela perda de receita das distribuidoras; iii) Lei 13.360/2016 que instituiu a Subvenção para cooperativas permissionárias com baixa densidade, que são definidos pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL nos processos de revisão tarifária da principal concessionária/supridora em quotas mensais atualizadas a cada processo de reajuste/revisão pela Resolução Homologatória nº 3.089 de 26/07/2022; iv) Lei 14.182 de 12/07/2021 – Desestatização da Eletrobrás – Despacho ANEEL 1.959 de 21/07/2022 definiu os valores a cada distribuidora de energia com a finalidade de modicidade tarifária nos processos tarifários de 2022. v) Lei 14.300/2022 – Artigo 22 definiu que as distribuidoras de energia elétrica com mercado inferior a 700 GWh/ano serão ressarcidas dos componentes tarifários não remunerados sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do SCEE – Sistema de Compensação de Energia Elétrica. A Nota 4, (s) itens “i a v” tratam do mesmo tema.

#### Nota 33 – Energia Elétrica Comprada para Revenda

	2023	2022	2023	2022
	MWh	MWh	R\$	R\$
Suprimento Energia Faturada	61.239,750	59.195,708	9.938.996,31	10.802.271,65
Suprimento Usinas Cotistas - CCGF	15.772,217	21.428,669	2.574.407,74	2.498.014,19
Suprimento Angra I e II - CCEN	3.642,407	2.439,678	1.196.289,85	764.473,38
Proinfra	2.279,710	1.247,130	989.960,96	781.313,68
Mercado Curto Prazo - CCEE/Outros	0	0	163.112,14	222.110,89
Microgeração	8.667,122	4.873,089	3.901.495,97	2.317.400,96
<b>Totais</b>	<b>91.601,206</b>	<b>89.184,274</b>	<b>18.764.262,97</b>	<b>17.385.584,75</b>
Provisão/Reversão Suprimento			-21.595,00	-1.488.603,63
<b>Total Suprimento Energia</b>			<b>18.742.667,97</b>	<b>15.896.981,12</b>
Encargos e Uso Sistema Distribuição			144.322,76	63.775,67
Uso Sistema Transmissão			4.240.766,04	3.331.030,79
Encargos de Serviço do Sistema-ESS e Energia Reserva-EER			1.822.295,07	1.857.997,63
Provisão/Reversão Encargos e Uso Sistema Distribuição			100.500,00	54.841,46
<b>Total Encargos e Uso Sistema Distribuição</b>			<b>6.307.883,87</b>	<b>5.307.645,55</b>
<b>Total Custo Energia Elétrica e Encargos Transmissão e Distribuição</b>			<b>25.050.551,84</b>	<b>21.204.626,67</b>

A Cooperluz adquiriu em outubro/2020 através de processo licitatório de Leilão Conjunto de Compra de Energia Elétrica CCVEE nº 001/2020 para aquisição de energia no Ambiente de Contratação Livre - ACL para

suprimento do seu mercado no montante de 7,5 MW médios para o período de 01/01/2022 á 31/12/2040 tendo como Vendedora/Vencedora a Electra Comercializadora de Energia S/A, processo aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL através do Despacho nº 3256 de 18/11/2020, trazendo efeito redutor nas tarifas de suprimento e fornecimento em parte na Revisão Tarifária Periódica – RTP com data base de 30/07/2021 e no reajuste tarifário anual de 30/07/2022.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela Resolução Normativa nº 863 de 23/12/2019 definiu que a partir de 01/01/2021 o faturamento das unidades consumidoras do Grupo A devem considerar o período de leitura correspondente ao mês civil, assim, as faturas (notas de energia) de suprimento e cotas (CCEN-CCGF) além das faturas das transmissoras da rede básica, são emitidas no mês seguinte a competência (mês civil), desta forma, é necessário constituir provisão para as faturas de suprimento, bem como de uso do sistema (TUST/TUSD). Desta prática tivemos efeitos no resultado do exercício e no Passivo Circulante.

### Nota 34 - Estimativas de Perdas Ativas e Provisões Passivas

Estimativas de Perdas Ativas	2.023			2.022		
	Constituição	Reversão	Total	Constituição	Reversão	Total
Estimativa PCLD	179.530,62	(192.478,90)	(12.948,28)	250.626,23	(238.231,55)	12.394,68
<b>Subtotal</b>	<b>179.530,62</b>	<b>(192.478,90)</b>	<b>(12.948,28)</b>	<b>250.626,23</b>	<b>(238.231,55)</b>	<b>12.394,68</b>
<b>Provisões Passivas</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Total</b>	<b>Constituição</b>	<b>Reversão</b>	<b>Total</b>
Causas Trabalhistas	180.000,00	(5.000,00)	175.000,00	-	(30.000,00)	(30.000,00)
Causas Cíveis	-	(10.031,00)	(10.031,00)	75.290,00	-	75.290,00
Causas Fiscais Tributárias	203.919,79	(326.177,72)	(122.257,93)	194.469,84	-	194.469,84
<b>Subtotal</b>	<b>383.919,79</b>	<b>(341.208,72)</b>	<b>42.711,07</b>	<b>269.759,84</b>	<b>(30.000,00)</b>	<b>239.759,84</b>
<b>Total</b>	<b>563.450,41</b>	<b>(533.687,62)</b>	<b>29.762,79</b>	<b>520.386,07</b>	<b>(268.231,55)</b>	<b>252.154,52</b>

### Nota 35 – Gastos Diversos

	2023	2022
Indenizações Perdas e Danos Elétricos	32.888,93	34.855,97
Consumo Próprio Energia	3.103,05	11.587,60
Taxas Bancárias e de Arrecadação	35.422,86	33.437,98
Penalidades Contratuais e Regulatórios	1.558,05	19.834,83
Indenizações Trabalhistas e Cíveis	43.417,31	34.758,19
Devolução Tarifária	2.939,80	106.668,80
Perdas Contas Incobráveis	15.855,02	13.567,83
Jornais, Revistas e Publicações	4.967,10	4.595,60
Despesas Legais e Processuais	2.292,39	0,00
Associações e Entidades de Classes	121.665,25	113.295,30
Outras Taxas	1.918,62	1.315,21
Gastos Assembleias, Conselhos e Institucional	208.893,21	116.833,00
Eventos PCE-Programa Coop Escolas	97.479,13	79.337,90
Contribuição Associativa - CCEE	8.129,13	3.345,54
Contribuição Associativa - O.N.S	71.077,35	53.673,76
<b>Total</b>	<b>651.607,20</b>	<b>627.107,51</b>

### Nota 36 – Outros Ingressos/Receitas Operacionais

	2023	2022
Renda de Prestação de Serviços	230.069,90	163.133,12
Tributos Sobre Receita	-15.299,63	-10.848,31
Ganhos na Alienação de Bens e Materiais	995.656,51	328.370,22
Outros Ingressos - Recuperação Créditos	9.854,02	8.083,43
Créditos Ultrapassagem DIC/FIC	20.535,20	2.443,58
Sobras Inventário	36.680,26	41.347,96
Créditos Microgeração não Compensados	2.405,04	0,00
<b>Total</b>	<b>1.279.901,30</b>	<b>532.530,00</b>

### Nota 37 – Outros Dispendios/Despesas Operacionais

	2023	2022
Perdas na Alienação e Desativação	745.156,90	579.656,53
Outras Despesas Comerciais	30.732,66	0,00
Perdas e Faltas em Inventário	34.220,16	45.912,03
<b>Total</b>	<b>810.109,72</b>	<b>625.568,56</b>

### Nota 38 – Demonstração dos Fluxos de Caixa

Na montagem da demonstração dos fluxos de caixa de investimentos e financiamentos foram efetuados ajustes entre os saldos das contas patrimoniais para eliminar efeitos de variações que efetivamente não representaram movimentação de caixa.

### Nota 39 - Demonstração do Valor Adicionado

Os valores relacionados a construção de ativos próprios (fábrica postes e redes de energia elétrica) em 2023 no valor de R\$ 2.631.203,39 foram reconhecidos como "Receitas Relativas à Construção de Ativos Próprios", em atendimento à NBC TG 09, aprovada pela Resolução CFC nº 1.138, de 21/11/2009. Para fins de comparabilidade das demonstrações, o mesmo procedimento foi adotado para o exercício de 2022, apurando-se um valor de R\$ R\$ 2.680.234,74.

### Nota 40 – Segregação Ato Cooperativo e Ato Não Cooperativo

	2023	Ato Cooperativo	Ato Não Cooperativo
<b>Ingresso/Receita Operacional</b>	<b>71.406.490,24</b>	<b>38.430.202,67</b>	<b>32.976.287,57</b>
Fornecimento Energia Elétrica	38.579.321,36	38.579.321,36	-
Outros Ingressos e Receitas Operacionais	(149.118,69)	(149.118,69)	-
Subvenções Vinculadas Serviço Concedido	32.976.287,57	-	32.976.287,57
<b>Deduções Ingressos/Receitas:</b>	<b>(10.522.577,39)</b>	<b>(6.961.148,05)</b>	<b>(3.561.429,34)</b>
Contribuições Sociais (PIS/COFINS)	(768.500,80)	(413.598,84)	(354.901,96)
Impostos Estadual (ICMS)	(2.902.375,69)	(2.860.037,71)	(42.337,98)
Encargos Setoriais	(6.851.700,90)	(3.687.511,50)	(3.164.189,40)
<b>Ingressos/Receita Operacional Líquida:</b>	<b>60.883.912,85</b>	<b>31.469.054,62</b>	<b>29.414.858,23</b>
<b>Dispendios/Custo do Serviço Energia Elétrica</b>	<b>(25.050.551,84)</b>	<b>(13.481.936,74)</b>	<b>(11.568.615,10)</b>
<b>Dispendios/Custo de Operação</b>	<b>(22.265.313,78)</b>	<b>(11.832.169,02)</b>	<b>(10.433.144,76)</b>
Pessoal e Administradores	(11.045.022,58)	(5.945.210,65)	(5.099.811,93)
Material	(2.435.329,52)	(1.310.668,07)	(1.124.661,45)
Serviços de Terceiros	(3.329.174,52)	(1.791.725,81)	(1.537.448,71)
Arrendamento e Aluguéis	(272.400,00)	(146.602,74)	(125.797,26)
Seguros	(75.184,86)	(40.582,98)	(34.601,88)
Doações, Subvenções e Contribuições	(6.350,00)	(3.417,50)	(2.932,50)
Provisões e Reversões de Provisões	(29.762,79)	135.663,27	(165.426,06)
(-) Recuperação de Despesas	24.731,71	13.310,34	11.421,37
Tributos	(494.608,18)	(266.073,48)	(228.534,70)
Amortização e Depreciação	(3.950.605,84)	(2.126.173,44)	(1.824.432,40)
Gastos Diversos	(651.607,20)	(350.687,96)	(300.919,24)
<b>Outros Ingressos e Dispendios Operacionais</b>	<b>469.791,58</b>	<b>(263.931,51)</b>	<b>733.723,09</b>
Outros Ingressos/Receitas Operacionais	1.279.901,30	174.231,00	1.105.670,30
Ingressos de Construção	12.923.242,72	12.923.242,72	-
Outros Dispendios/Despesas Operacionais	(810.109,72)	(438.162,51)	(371.947,21)
Custos de Construção	(12.923.242,72)	(12.923.242,72)	-
<b>Resultado da Atividade</b>	<b>14.037.838,81</b>	<b>5.891.017,35</b>	<b>8.146.821,46</b>
<b>Resultado Financeiro Líquido</b>	<b>1.961.882,16</b>	<b>2.396.198,52</b>	<b>(434.316,36)</b>
Rendas de Aplicações Financeira	2.390.381,69	2.390.381,69	-
Multas e Acréscimos Moratórios	155.085,10	158.919,25	(3.834,15)
Ativo/Passivo Financeiro Setorial	(295.147,78)	(105.391,46)	(189.756,32)
Variações Monetárias	(4.394,63)	(321,67)	(4.072,96)
Juros S/Capital Próprio	102.103,21	102.103,21	-
Resultado de Participações Societárias	53.278,12	53.278,12	-
Encargos de Dívidas	(512.445,65)	(275.792,72)	(236.652,93)
Outros Ingressos/Dispendios Financeiros	73.022,10	73.022,10	-
<b>(=) RESULTADO EXERCICIO ANTES IMPOSTOS SOBRE A RENDA</b>	<b>15.999.720,97</b>	<b>8.287.215,87</b>	<b>7.712.505,10</b>
(-) Provisão CSLL e IRPJ	(3.566.114,40)	(902.087,53)	(2.664.026,87)
<b>(=) SOBRAS LIQUIDA DO EXERCICIO</b>	<b>12.433.606,57</b>	<b>7.385.128,34</b>	<b>5.048.478,23</b>

#### Nota 41 – Avais

A Cooperativa não constituiu e não concedeu avais em nome da própria cooperativa, de funcionários, diretores, associados, terceiros, pessoas físicas e ou jurídicas.

#### Nota 42 – Partes Relacionadas

Parte Relacionada Natureza da Operação	2023			2022		
	Ativo	Passivo	Resultado	Ativo	Passivo	Resultado
<b>Ativo</b>						
Conc. e Permissionários - Geração	805,65	0,00	25.389,35	1.633,86	0,00	21.633,47
Diretores e Conselho Administração	7.049,43	0,00	95.041,68	8.452,75	0,00	102.085,57
	<b>7.855,08</b>	<b>0,00</b>	<b>120.431,03</b>	<b>10.086,61</b>	<b>0,00</b>	<b>123.719,04</b>
<b>Passivo</b>						
Fornecedores - Contratos de Locação	0,00	22.700,00	272.400,00	0,00	22.700,00	272.400,00
Diretores e Conselho de Administração	0,00	68.640,00	805.783,47	0,00	37.156,10	621.958,00
	<b>0,00</b>	<b>91.340,00</b>	<b>1.078.183,47</b>	<b>0,00</b>	<b>59.856,10</b>	<b>894.358,00</b>

As partes relacionadas compreendem a Diretoria Executiva e os Conselheiros de Administração, suas atribuições, poderes e mandatos são definidos no Estatuto Social. As operações com partes relacionadas são realizadas no contexto das atividades operacionais de distribuição de energia elétrica.

#### Nota 43 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de aprovação das demonstrações contábeis para fins de divulgação em 07/02/2024 e de revisão dos auditores independentes em 08/03/2024 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

#### Nota 44 - Balanço Social

As informações de natureza social e ambiental, identificadas como balanço social, não fazem parte das demonstrações contábeis e não foram auditadas.

Santa Rosa/RS, 31 de dezembro de 2023.

Querino Volkmer  
Presidente-Cooperluz

Eliseu Luis Stein  
Secretário

Ivar Pacheco de Souza  
Contador CRCRS 43674/O

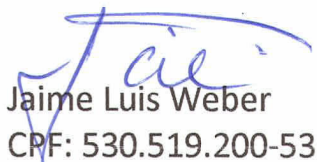
## PARECER DO CONSELHO FISCAL

Nós abaixo assinados, membros do Conselho Fiscal da **COOPERLUZ – COOPERATIVA DISTRIBUIDORA DE ENERGIA FRONTEIRA NOROESTE**, inscrita no CNPJ: 95.824.322/0001-61, com sede em Santa Rosa/RS, em cumprimento ao que determina o Art. 49, inciso XI do Estatuto Social, tendo examinado os lançamentos e documentos contábeis, o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis relativas ao exercício de 2023, os mesmos refletem a realidade e somos do parecer de que merecem a aprovação dos Senhores Associados.

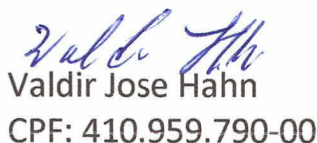
Santa Rosa (RS), 08 de fevereiro de 2024.



Elizandra Kuspke  
CPF: 933.364.970-00



Jaime Luis Weber  
CPF: 530.519.200-53



Valdir Jose Hahn  
CPF: 410.959.790-00



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos  
Administradores, Conselheiros Fiscais e Associados da  
**COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**  
Santa Rosa – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da **COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado, apresentada para propiciar informações suplementares, não é requerida como parte integrante das demonstrações contábeis. Essa demonstração foi elaborada sob a responsabilidade da administração da cooperativa e submetida aos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo que trata da responsabilidade dos auditores independentes e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

### Auditoria do período anterior

As demonstrações contábeis de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 17 de fevereiro de 2023, sem modificação.

### Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis foi submetida para fins de apreciação e manifestação.

### **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis. A administração elaborou as demonstrações contábeis valendo-se do pressuposto da continuidade operacional.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- d) Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Porto Alegre/RS, 08 de março de 2024.

**José Roberto Simas - Resp. Técnico**  
Contador CRC RS 062801/O-1



**José Carlos Faccio Suzin**  
Contador CRC RS 049550/O-4

**DICKEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA SS**  
Registro CRC RS 3.025





# Relatório de Administração Regulatório/2023

## **RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO REGULATÓRIO - 2023**

### **Senhoras e Senhores:**

O sistema cooperativo é um modelo diferenciado de sociedade, formada por pessoas onde o interesse coletivo e que beneficia a todos, se sobrepõe ao interesse individual, sendo a finalidade principal de uma cooperativa a prestação de serviço ao seu associado.

A Cooperluz de forma transparente e desde a década de 1990 propicia a participação de nossos associados na gestão democrática da nossa cooperativa através das várias instâncias: Assembleia Geral, Conselho de Administração, Conselho Fiscal, reuniões anuais nos Núcleos Cooperativos e os encontros semestrais com os representantes de núcleos, proporcionando aos associados canais e oportunidades de participação no planejamento e nas principais decisões da cooperativa.

O resultado destas ações se refletem e comprovam na construção da subestação 69 kV e a conexão na rede básica (DIT), sendo um divisor de águas para a cooperativa, além dos investimentos realizados ao longo dos últimos anos no sistema de distribuição de energia que tornaram um sistema mais robusto, mais seguro, eficiente e menos vulnerável, o que foi comprovado nos últimos dois temporais em novembro e dezembro/2023, que atingiram ao mesmo tempo toda a área nos 15 municípios em que atuamos. Adicionalmente a estas conquistas, estamos propiciando nos últimos anos uma tarifa módica aos nossos associados e recentemente tivemos o reconhecimento pela pesquisa IASC/ANEEL de 2023 com o índice de satisfação de 75,69 que nos coloca entre as 104 concessionárias e permissionárias de energia no País como a 10ª melhor distribuidora de energia no índice de satisfação do associado/consumidor.

Ao completarmos 53 anos de fundação, levamos para apreciação do quadro social, da sociedade, parceiros e demais órgãos o relatório regulatório da administração das principais atividades desenvolvidas e que em conjunto com as demonstrações contábeis elaboradas de acordo com a legislação societária e regulatória os quais consideramos importante para divulgar o desempenho da **Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** no ano de 2023.

### **1. Distribuição de Energia**

#### **. Perfil**

A Cooperluz é uma sociedade cooperativa, regida pela Lei 5764/71, fundada em 05/12/1970, com sede em Santa Rosa/RS, com o objetivo social de prestar serviços aos seus 20.851 associados, atuando na área de distribuição de energia elétrica, que consiste nas atividades de aquisição da energia, a distribuição, a manutenção de redes e equipamentos e a administração, com área de permissão em 15 municípios do noroeste gaúcho, sendo uma sede municipal e seus associados compostos essencialmente por pequenos produtores rurais que produzem em regime de agricultura familiar.

#### **. Contexto Setorial**

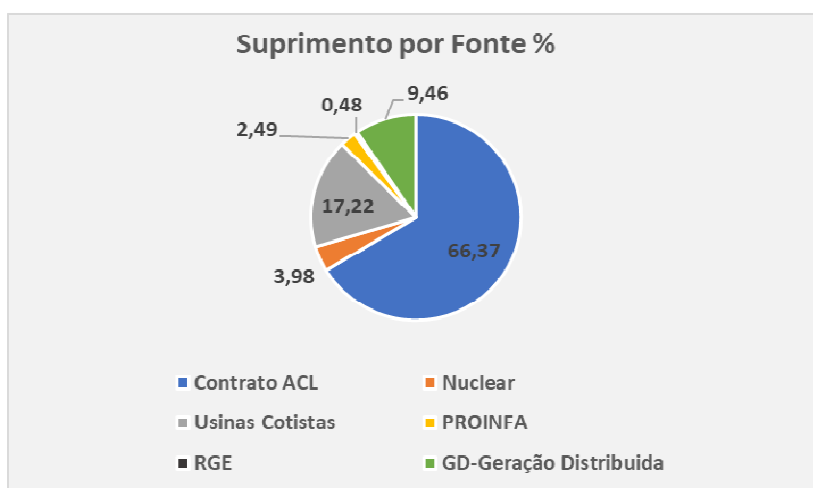
O setor elétrico brasileiro está estruturado em geração, transmissão e distribuição de energia elétrica sendo regulado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A distribuição de energia elétrica no Brasil é composta de 52 concessionárias de energia elétrica e 52 cooperativas de eletrificação rural que atuam neste setor anteriormente a década de 1970 e por força da Lei 9.074/1995, foram enquadradas como permissionárias de distribuição de energia elétrica, permanecendo ainda 16 cooperativas como autorizadas.



A Cooperluz distribui energia a 15 municípios da região noroeste do RS e atende no mercado cativo 17.081 unidades consumidoras, dois consumidores livres e duas unidades de geração de energia incentivada conectadas as nossas redes.

### . Suprimento Energia Mercado Livre

Nos reportamos ao início de 2022 quando consolidamos o processo iniciado em 06/10/2020 de Chamada Pública 01/2020 (leilão eletrônico) de aquisição de energia e migração para o mercado Livre em Ambiente de Contratação Livre (ACL), onde adquirimos energia mais barata em relação ao que estávamos adquirindo da supridora local. O início do suprimento nesta modalidade se deu em 01/01/2022 e por força da legislação, as distribuidoras de energia de forma compulsória e proporcional ao mercado recebem cotas de suprimento das grandes Usinas (CCGF), cotas de Angra I e II (Nuclear), PROINFA e mantivemos pequenos montantes contratados com a concessionária local. A geração distribuída (GD) refere-se a energia injetada pelos nossos associados nas redes da cooperativa no Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE).



Suprimento de energia por fonte – Ano 2023

### . Ligação de Consumidores/Cooperados

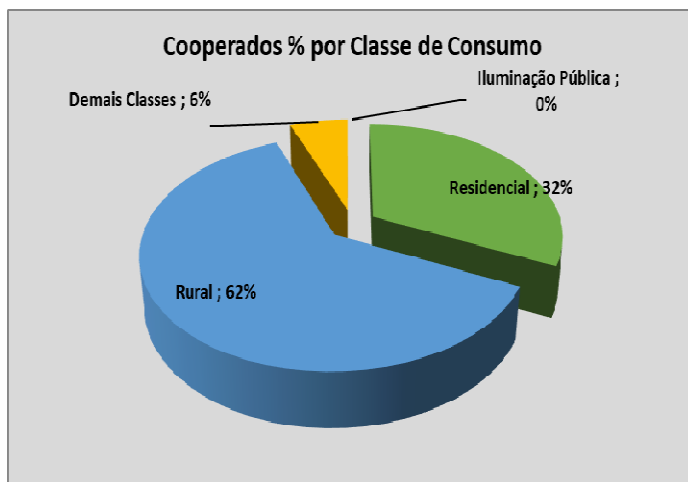
Em 2023, tivemos um incremento de 225 novas unidades consumidoras, uma evolução de 1,33% em relação a 2022. A classe residencial registrou o maior crescimento, seguido da classe comercial e na classe rural tivemos um pequeno decréscimo.

Consumidores Cativos	2019	2020	2021	2022	2023
Residencial	4.078	4.426	4.767	5.132	5.468
Comercial	675	688	727	736	753
Industrial	30	29	36	38	34
Rural	10.861	10.859	10.830	10.723	10.599
Poderes Públicos	108	111	109	115	116
Serviço Público	92	93	94	102	101
Iluminação Pública	64	11	10	10	10
<b>Total</b>	<b>15.908</b>	<b>16.217</b>	<b>16.573</b>	<b>16.856</b>	<b>17.081</b>
<b>Variação</b>	<b>1,37%</b>	<b>1,94%</b>	<b>2,20%</b>	<b>1,71%</b>	<b>1,33%</b>

Consumidores Livres	2019	2020	2021	2022	2023
Industrial	-	-	1	1	1
Rural	-	-	-	-	1
Tusd G	1	1	1	2	2
<b>Total</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>



No gráfico abaixo apresentamos a participação (%) de unidades consumidoras por classe de consumo.



### . Comportamento do Mercado

Em 2023 distribuimos energia elétrica aos nossos associados(as) no montante de 76,37 GWh, em 2022 distribuimos 73,51 GWh, representando um crescimento de 3,90%.

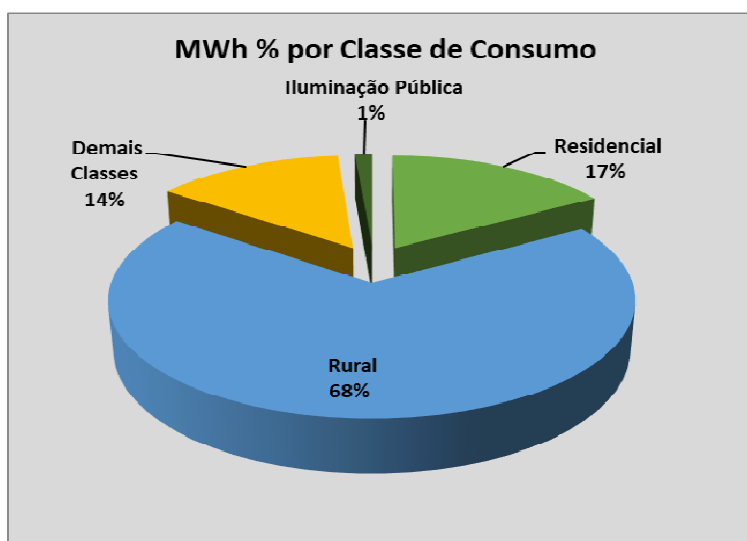
O crescimento verificado no consumo em 2023 foi impulsionado pela classe residencial com 16,22%, que representa 17% de nosso mercado, as demais classes tiveram um acréscimo de 8,85% e representam 14%, e a classe rural que representa 68% cresceu 0,18%.

A seguir apresentamos os resultados do consumo e sua variação no período:

Mercado Atendido - GWh	2019	2020	2021	2022	2023
<b>Energia Faturada</b>	<b>64,41</b>	<b>70,38</b>	<b>70,83</b>	<b>73,51</b>	<b>76,37</b>
Fornecimento	64,41	70,38	70,83	73,51	76,37
Residencial	7,75	9,05	9,70	10,91	12,68
Comercial	4,59	4,40	4,13	4,81	5,82
Industrial	2,45	3,45	2,60	1,27	1,03
Rural	46,19	49,52	50,29	51,97	52,15
Poderes Públicos	0,70	0,53	0,53	0,66	0,74
Serviço Público	1,93	2,55	2,70	2,95	2,98
Iluminação Pública	0,80	0,87	0,87	0,93	0,99
<b>Variação Mercado Cativo</b>	<b>6,63%</b>	<b>9,26%</b>	<b>0,65%</b>	<b>3,78%</b>	<b>3,90%</b>
<b>Uso da Rede de Distribuição</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>1,50</b>	<b>2,28</b>	<b>2,83</b>
Consumidores Livres/Dist./Ger. <sup>1</sup>	0,00	0,00	1,50	2,28	2,83
<b>Total</b>	<b>64,41</b>	<b>70,38</b>	<b>72,33</b>	<b>75,79</b>	<b>79,21</b>
<b>Variação</b>	<b>6,63%</b>	<b>9,26%</b>	<b>2,78%</b>	<b>4,78%</b>	<b>4,51%</b>

Nota 1: Valor retificado em 2022

No gráfico abaixo apresentamos o (%) de participação de cada classe de consumo.



Energia Requerida - GWh	2019	2020	2021	2022	2023
Venda de Energia	64,41	70,38	70,83	73,51	76,37
- Fornecimento	64,41	70,38	70,83	73,51	76,37
Consumidores Livres/Dist./Ger. <sup>1</sup>	-	-	1,50	2,28	2,83
<b>Mercado Atendido</b>	<b>64,41</b>	<b>70,38</b>	<b>72,33</b>	<b>75,79</b>	<b>79,21</b>
Perdas na Rede Básica <sup>1</sup>			-	3,61	2,29
Pernas na Distribuição (GWh)	9,44	11,34	11,50	10,29	14,74
Perdas Técnicas (GWh)	9,44	11,34	11,50	10,29	14,74
Perdas não Técnicas - PNT (GWh)	-	-	-	-	-
PNT / Energia Requerida %	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%	0,0%
<b>Perdas Totais - PT (GWh)</b>	<b>9,44</b>	<b>11,34</b>	<b>11,50</b>	<b>13,90</b>	<b>17,03</b>
<b>PT / Energia Requerida %</b>	<b>12,78%</b>	<b>13,87%</b>	<b>13,72%</b>	<b>15,50%</b>	<b>17,70%</b>
<b>Total</b>	<b>73,85</b>	<b>81,71</b>	<b>83,83</b>	<b>89,69</b>	<b>96,24</b>

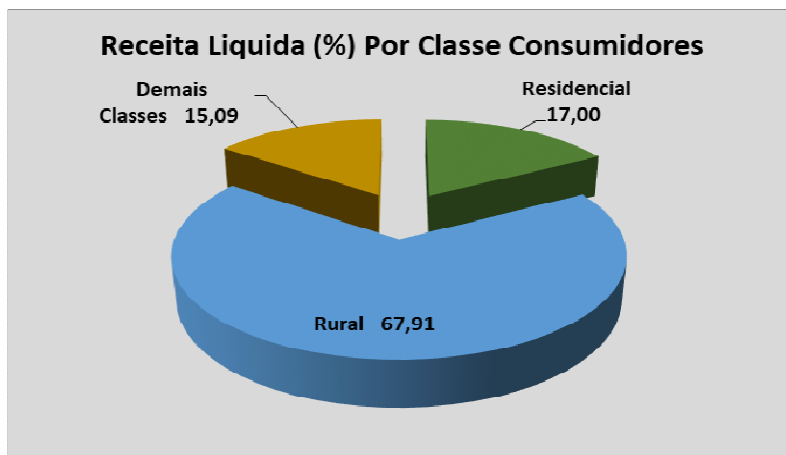
Nota 1: As perdas regulatórias definidas no último RTA/2023 foi de 13,89% + 2,29% rede básica.

### . Receita Líquida de Fornecimento de Energia Elétrica

A receita de fornecimento de energia elétrica com consumidores cativos no exercício de 2023, excluído os impostos (ICMS/PIS/COFINS) e as bandeiras tarifárias alcançou R\$ 34,5 milhões, conforme quadro a seguir:

#### Receita Líquida em R\$ Mil (excluído Impostos ICMS/PIS/COFINS e Bandeiras Tarifárias)

Classe	2023	2022	Δ%	%
Residencial	5.876	5.525	6,35	17,00
Comercial	2.805	2.512	11,68	8,11
Industrial	482	626	(22,91)	1,40
Rural	23.473	23.514	(0,17)	67,91
Outros	1.927	1.951	(1,23)	5,57
<b>Total</b>	<b>34.563</b>	<b>34.127</b>	<b>1,28</b>	<b>100,00</b>



### . Tarifas

As tarifas médias de fornecimento de energia elétrica em 2023 atingiram R\$ 452,57/MWh uma redução de (-) 2,52% em relação a 2022. No primeiro semestre as tarifas de energia praticadas pela Cooperluz estavam sob a vigência da Resolução Homologatória nº 3.089 de 26/07/2022 onde foi homologado um reposicionamento médio de 2,88% com vigência até 29/07/2023, enquanto que no segundo semestre as tarifas estavam sob a vigência da Resolução Homologatória nº 3.232 de 25/07/2023 onde foi homologado um reposicionamento médio negativo de (-)13,95% com vigência até 29/07/2024, estas variações foram percebidas nas tarifas médias praticadas conforme quadro abaixo:

Tarifa Média de Fornecimento em R\$/MWh

Classe	2023	2022	Δ %
Residencial	463,55	506,32	(8,45)
Comercial	473,31	514,55	(8,01)
Industrial	472,81	512,18	(7,69)
Rural	450,32	457,39	(1,55)
Outros	409,77	429,87	(4,68)
<b>Total</b>	<b>452,57</b>	<b>464,26</b>	<b>(2,52)</b>

Excluído Impostos (ICMS/PIS/COFINS) e bandeiras tarifárias

### . Atendimento ao Cooperado/Consumidor

A Cooperluz disponibiliza aos seus associados diversos canais de comunicação e acesso, entre eles:

- ✓ Atendimento telefônico pelo nº 08000 517492 gratuito e com atendimento 24 horas, para comunicação de falta de energia e serviços de emergência;
- ✓ Postos de atendimento presenciais na sede administrativa em Santa Rosa que atende diariamente e em Senador Salgado Filho com atendimento nas quartas feiras;
- ✓ Postos de arrecadação, em convênio com 9 (nove) Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, sendo uma referência da cooperativa nos municípios;
- ✓ Site no endereço eletrônico <http://www.cooperluz.com.br>, que possibilita o acesso pelo computador ou celular (smartphone), podendo informar falta de energia, obter dados de sua fatura, desligamentos programados da sua unidade consumidora, e outras informações relevantes.
- ✓ Software P3 – Useall que permite o protocolo, a juntada de documentos e o andamento do processo de Geração Distribuída (GD).

Nestes canais de comunicação, os associados obtêm informações sobre seus direitos e deveres, podem efetuar sugestões e reclamações, ter informações sobre sua conta de energia, pedidos de ligação e corte, danos elétricos, entre outros.

Em 2023 damos sequência em campanhas para os associados das áreas urbanas de Santa Rosa, onde reforçamos e incentivamos o recebimento da fatura por e-mail (conta digital), o débito em conta e o pagamento instantâneo pelo QRCode **PIX**, assim como a divulgação dos canais de comunicação e de atendimento 24h.

No quadro abaixo apresentamos alguns indicadores de atendimento ao associado/consumidor:

<b>Atendimento ao consumidor</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Total de ligações atendidas (Call center)	13.502	10.623
Número de atendimentos nos escritórios regionais	7.965	24.310
Número de atendimentos por meio da Internet	26.121	19.779
Números de Reclamações	9.412	5.905
Reclamações em relação ao total de ligações atendidas (%)	69,71	55,59
<b>Reclamações – Principais motivos</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Referentes a interrupções (%)	95,03	93,23
Referentes à emergência (%)	4,32	5,59
Referentes a prazos na execução de serviços (%)	0	0
Referentes ao fornecimento inadequado de energia (%)	0,04	0,03
Referentes ao consumo/leitura (%)	0,20	0,52
Referentes ao corte indevido (%)	0,01	0
Reclamações por conta não entregue (%)	0	0
Referentes a serviço mal executado (%)	0	0
Referentes a danos elétricos (%)	0,39	0,61
Referentes a irregularidades na medição	0	0
Outros (%)	0	0,02
<b>Reclamações solucionadas</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>
Durante o atendimento (%)	1,23	0,34
Até 30 dias (%)	98,66	99,41
Entre 30 e 60 dias (%)	0,05	0,10
Mais que 60 dias (%)	0,05	0,15
Reclamações julgadas procedentes X total de reclamações recebidas (%)	87,19	88,09
Reclamações solucionadas X número de reclamações procedentes (%)	100,00	100,00

## **. SGQ – Sistema de Gestão da Qualidade – Normas de Qualidade NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 10.002:2005**

A Cooperluz desde 2017 é certificada pela empresa TÚV NORD Avaliações da Qualidade (BRTUV) certificadora das Normas de Qualidade NBR ISO 9001:2015 e NBR ISO 10.002:2005. Os processos certificados foram para aplicação na área de coleta de dados, apuração de indicadores de continuidade individuais e coletivos, qualidade do atendimento comercial na distribuição de energia elétrica e tratamento das reclamações dos associados/consumidores na forma dos regimentos da ANEEL.

O Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Cooperluz tem como política da qualidade a satisfação do associado, a melhoria contínua, o investimento em tecnologia, a eficiência no atendimento, o cumprimento de requisitos legais e a sustentabilidade econômica.

Em 2023 o Comitê da Qualidade da Cooperluz em conjunto com a assessoria contratada deu seguimento ao programa de qualidade, com avaliações periódicas do desempenho, treinamentos e auditoria interna.

Em 08/11/2023 o Organismo de Certificação TÜV NORD Brasil confirmou pelo relatório de certificação que o resultado da auditoria, avaliação e decisão de certificação está de acordo com a norma ISO/IEC 17021-1:2016 e a Cooperluz opera um sistema de gestão em conformidade com os requisitos da ISO 9001:2015 e será avaliado quanto à conformidade dentro do prazo de validade de 3 anos do certificado TNBR.26954-001 - validade 26/12/2026.



### . Qualidade do Serviço

#### Indicadores DEC - FEC

A ANEEL monitora a **qualidade dos serviços prestados** pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica, através dos indicadores: o **DEC** - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor e o **FEC** - Frequência Equivalente de Interrupções, definindo metas/limites máximos para cada distribuidora de energia.

A melhoria destes indicadores nos últimos anos deve-se aos investimentos realizados em meados de 2016 com a construção da linha de transmissão e da Subestação 69 kV que possibilitou a conexão na rede básica (DIT), e recentemente em 2020, melhoramos estes indicadores com a desativação da última rebaixadora ligada na concessionária local, possibilitando que nosso sistema opere interligado e 99,5% conectado na rede básica.

Também contribuiu com a melhoria destes indicadores a vistoria mensal nos alimentadores, eliminando preventivamente possíveis problemas com galhos, chaves, isoladores e outros. Outro fator preponderante são os religadores automatizados e monitorados 24 horas, que permite a operação remota, reduzindo o tempo de restabelecimento da energia. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC Apurado	DEC Limite	FEC Apurado	FEC Limite
2.023	17,84	55,00	9,36	23,00
2.022	14,72	58,00	10,94	24,00
2.021	19,92	61,00	12,42	25,00
2.020	17,44	64,00	12,48	26,00
2.019	32,65	67,00	19,27	27,00

Fonte: [https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores\\_de\\_qualidade/resultado.cfm](https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/resultado.cfm)

#### . Pesquisa IASC/Aneel – Índice Aneel de Satisfação do Consumidor

A ANEEL monitora a **qualidade dos serviços prestados** pela avaliação das interrupções no fornecimento de energia elétrica, através dos indicadores: o **DEC** - Duração Equivalente de Interrupções por Consumidor e o **FEC** - Frequência Equivalente de Interrupções, definindo metas/limites máximos para cada distribuidora de energia.

A melhoria destes indicadores nos últimos anos deve-se aos investimentos realizados em meados de 2016 com a construção da linha de transmissão e da Subestação 69 kV que possibilitou a conexão na rede básica (DIT), e recentemente em 2020, melhoramos estes indicadores com a desativação da última rebaixadora ligada na concessionária local, possibilitando que nosso sistema opere interligado e 99,5% conectado na rede básica.

Também contribuiu com a melhoria destes indicadores a vistoria mensal nos alimentadores, eliminando preventivamente possíveis problemas com galhos, chaves, isoladores e outros. Outro fator

preponderante são os religadores automatizados e monitorados 24 horas, que permite a operação remota, reduzindo o tempo de restabelecimento da energia. A evolução desses indicadores é apresentada no quadro a seguir:

Ano	DEC Apurado	DEC Limite	FEC Apurado	FEC Limite
2.023	17,84	55,00	9,36	23,00
2.022	14,72	58,00	10,94	24,00
2.021	19,92	61,00	12,42	25,00
2.020	17,44	64,00	12,48	26,00
2.019	32,65	67,00	19,27	27,00

Fonte: [https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores\\_de\\_qualidade/resultado.cfm](https://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/indicadores_de_qualidade/resultado.cfm)

### . Pesquisa IASC/ANEEL – Índice Anel de Satisfação do Consumidor

A Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) realiza anualmente por amostragem a Pesquisa IASC/ANEEL com o objetivo de avaliar o grau de satisfação em relação aos serviços ofertados pelas distribuidoras de energia quanto a percepção dos consumidores residenciais urbanos e rurais, nos quesitos da qualidade percebida, o valor na dimensão econômica, a satisfação do consumidor, a confiança na empresa e a fidelidade.

Os resultados da 24ª edição da pesquisa referente ao ano de 2023 foram divulgados em março/2024. Para esta pesquisa a ANEEL através de empresa contratada entrevistou 155 associados/consumidores residenciais urbanos e rurais da Cooperluz. Em Santa Rosa foram 86 entrevistas, 18 em Senador Salgado Filho, 21 em Campina das Missões e 30 pesquisas em Candido Godoi.

No quadro abaixo apresentamos os resultados da pesquisa dos últimos cinco anos, e em 2023 o índice de satisfação obtido foi de **75,69** sendo classificado como “**bom**”, em 2022 obtivemos o índice de **72,88** também classificados como “**bom**”. A cooperativa tem mantido uma regularidade destes índices, tanto que em 2023, pelo ranking da ANEEL entre as 104 distribuidoras de energia no Brasil (Concessionárias e Permissionárias) a Cooperluz é a 10ª com melhor índice de satisfação do consumidor.

Ano	Nota	Avaliação	Ranking Anel
2023	75,69	Bom	10º
2022	72,88	Bom	13º
2021	72,91	Bom	9º
2020	78,29	Bom	13º
2019	81,27	Excelente	20º

Fonte: <https://www.gov.br/aneel/pt-br/consumidores/iasc>

### . Pesquisa Interna de Satisfação Associado da Cooperluz

Pesquisa realizada a cada 3 anos, em conformidade ao Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) da Cooperluz, com o objetivo de avaliar a percepção e o grau de satisfação do associado em relação aos serviços prestados pela cooperativa nas áreas de qualidade de energia, nível de tensão, interrupções e tempo de retorno, atendimento telefônico, atendimento presencial e dos postos conveniados, confiabilidade da fatura de energia, preço das tarifas, leituristas e meios de comunicação aos associados, entre outros temas.

A primeira pesquisa foi realizada em 2017 e devido a pandemia e as restrições sanitárias não foi possível realizá-la em 2020. Retornamos com uma nova pesquisa nos meses de setembro a novembro/2022 nos 11 municípios de maior atuação da Cooperluz. A pesquisa foi realizada com 710



Associados de todas as classes de consumo pelos postos de arrecadação conveniados e na sede administrativa da Cooperativa. Na avaliação geral o índice ficou em 81,20 considerado excelente.

Ano	Nota	Avaliação	Amostra
2022	81,20	Excelente	710
2017	82,60	Excelente	758

#### . Desempenho Econômico-Financeiro (societário)

Em 2023 as sobras líquidas foram de R\$ 12,43 milhões, enquanto que em 2022 foi de R\$ 9,26 milhões. Nossa receita operacional líquida em 2023 atingiu R\$ 60,8 milhões, enquanto em 2022 situou-se em R\$ 52,03 milhões uma elevação de 17,01%, apesar que nossas tarifas tiveram uma redução no último reajuste de julho/2023, tivemos crescimento no KWh distribuído que minimizou estes efeitos. Comparativamente, os ativos e passivos setoriais contribuíram mais significativa com essa elevação, em razão que em 2023 não tivemos cobrança de bandeiras tarifárias, enquanto que 2022 tivemos valores expressivos tanto de bandeiras como encargos EER/ESS. Contribuindo, tivemos a elevação dos valores das subvenções a exemplo da baixa densidade de carga criada pela Lei 13.360/2016 e da subvenção do Sistema de Compensação Energia Elétrica (SCEE).

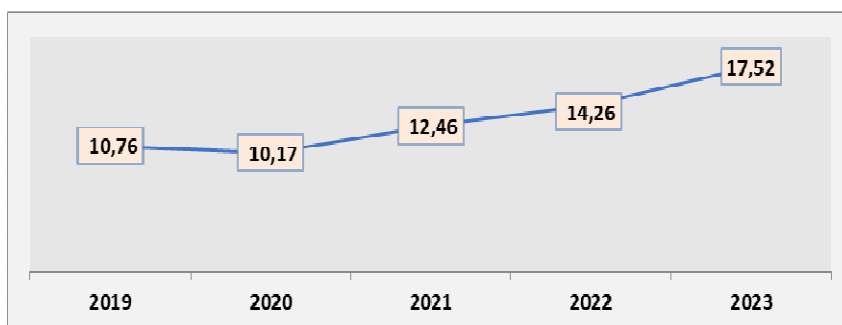
Os dispêndios/despesas operacionais totalizaram em 2023 o montante de R\$ 47,31 milhões e em 2022, R\$ 41,39 milhões e compreendem:

- i) Os custos com energia comprada para revenda e encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição (Parcela A), em 2023 somaram R\$ 25 milhões e em 2022 R\$ 21,2 milhões uma elevação de 18,13%. Os custos com suprimento de energia tiveram uma pequena elevação de 1,36%, enquanto que os custos com encargos e uso do sistema de transmissão (TUST) tiveram uma elevação de 18,84% e a maior elevação foi o registro da energia injetada pela GD-Geração Distribuída (painéis fotovoltaicos) em relação a 2022;
- ii) Os dispêndios/custos de operação e manutenção (pessoal, material, serviços terceiros, depreciação e outros, excluídas os custos com construção da infraestrutura da permissão despesas operacionais) em 2023 somaram R\$ 22,2 milhões e em 2022 R\$ 20,1 milhões as maiores variações foram em pessoal, seguido de depreciação, materiais e serviços de terceiros.

A rentabilidade do Patrimônio Líquido do exercício em 2023 foi de 10,93% e em 2022 era de 10,93%.

O demonstrativo EBITDA ou LAJIDA é as sobras do exercício antes dos juros, impostos, depreciação e amortização. Para fins de análises no EBITDA as receitas de construção e custos de construção da infraestrutura da permissão de valores idênticos e que não afetam o resultado não foram consideradas nos grupos de receitas operacionais e despesas operacionais.

### EBITDA OU LAJIDA – Legislação Societária

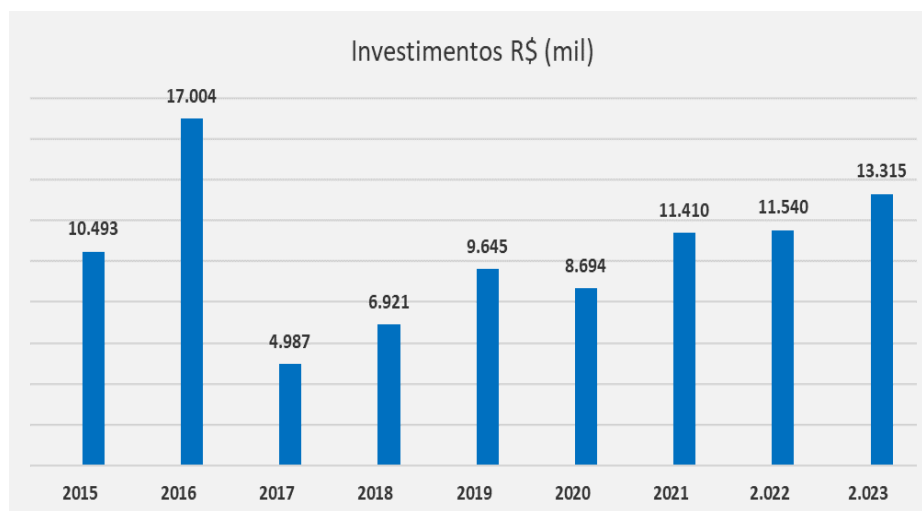


A geração operacional de caixa medido pelo EBITDA em 2023 foi de R\$17,52 milhões, um aumento de 22,81% em relação a 2022.

### . Investimentos e Melhorias

#### Sistema de Distribuição de Energia

Assim como nos últimos anos e dentro das condições técnicas e de estrutura operacional damos continuidade aos investimentos em nosso sistema de distribuição de energia definidos no PDD – Plano de Desenvolvimento da Distribuição, tendo como principal objetivo levar ao associado(a) uma energia com qualidade e confiabilidade. Os investimentos realizados nos últimos 9 (nove) anos, desde a implantação da subestação de 69 kV (quadro abaixo) somam mais de R\$ 94 milhões.



Em 2023 investimos em nosso sistema de distribuição de energia elétrica e demais ativos o montante de R\$ 13,3 milhões.

Em R\$ (mil)

Investimentos	2023	%	2022	%
No Sistema de Distribuição	8.015,90	60,20	7.513,94	65,11
Linha Transmissão e Subestação 69 kV	23,31	0,18	10,58	0,09
Em Rebaixadoras - adequações	116,36	0,87	1.125,41	9,75
Em Instalações e demais bens	694,39	5,22	1.276,36	11,06
Em Veículos Em serviço/em curso	4.123,27	30,97	1.585,99	13,74
No Intangível - Software	9,97	0,07	36,13	0,31
	<b>12.983,20</b>	<b>97,51</b>	<b>11.548,41</b>	<b>100,07</b>
Obras Em Curso - estoques	331,42	2,49	(8,19)	(0,07)
<b>Total</b>	<b>13.314,62</b>	<b>100,00</b>	<b>11.540,22</b>	<b>100,00</b>

Fontes de Recursos	2022	%	2021	%
Próprios	11.944,51	89,71	9.479,54	82,14
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação Financeira Associado	1.370,11	10,29	2.060,68	17,86
	<b>13.314,62</b>	<b>100</b>	<b>11.540,22</b>	<b>100</b>

Em 2023, investimos na transformação de rede monofásica em trifásica na localidade de Linha Timbaúva - Cândido Godói com 8,20 km de extensão, visando atender uma demanda crescente de carga, além de regularização dos desequilíbrio de corrente nas fases.

Outro projeto de destaque e de renovação de ativos é o recondutoramento da rede trifásica da localidade de Esquina União até Rincão Cascavel, no município de Giruá. A obra visa renovar os condutores desta rede em virtude da expansão de carga na região, o projeto contemplou uma extensão de 10,70 km, e parte do traçado foi deslocado para junto da via pública.

Em 2023 iniciamos a obra em Campina das Missões de interligação das redes de Classe 15kV/25KV por meio de transformador rebaixador. Esta obra consiste em recondutoramento de 7,40 km e a construção de 2,50 km de rede nova, totalizando 9,90 km.

Também entre as obras, destacamos a instalação de 3 novos religadores, implantamos 317 novos postes de concreto e substituímos outros 859 postes nas transformações, expansões e melhorias das redes.

Instalamos 78 novos transformadores e substituímos outros 158, o que aumentou a potência instalada em 3,65%, melhorando a qualidade da energia distribuída.

Em 2023, apesar dos temporais que tivemos em nossa região nos meses de novembro e dezembro/2023, apenas 31 transformadores foram substituídos por queima, o que representa 0,70% dos 4.430 transformadores instalados, um resultado do contínuo trabalho de proteção das redes e dos equipamentos instalados.

Ano	2023	2022	2021	2020	2019
<b>Transformadores Avariados</b>	<b>31</b>	<b>21</b>	<b>21</b>	<b>23</b>	<b>37</b>
<b>% Avariados S/Total</b>	<b>0,70%</b>	<b>0,48%</b>	<b>0,49%</b>	<b>0,54%</b>	<b>0,89%</b>
<b>Transformadores Instalados</b>	<b>4.430</b>	<b>4.352</b>	<b>4.294</b>	<b>4.198</b>	<b>4.125</b>

### Subestação 69/23 kV e Interligação Rebaixadoras

A subestação de 69/23 kV opera com 99,50% de nossa carga, sendo totalmente automatizada possibilitando o monitoramento, o controle e a operação remota dos equipamentos. A Subestação 69/23 kV com capacidade instalada de 37,50 MVA, possui 3 (três) transformadores de 12,5 MVA, sendo um deles de segurança/backup.

Com a configuração de nosso sistema elétrico, interligado diretamente na rede básica (DIT) através da subestação de 69/23 kV e alimentadores exclusivos, consolidamos um sistema de distribuição de energia confiável e com qualidade, reduzindo as interrupções e tempo de atendimento.



Foto: Subestação 69/23 kV – Potência Instalada 37,5 MVA - acervo Cooperluz

### **Manutenção Preventiva Subestação 69 kV - Módulo Conexão e Linha Transmissão 69 kV**

Realizamos mensalmente na SE 69 kV inspeção visual detalhada e semestralmente verificamos todas as conexões da subestação e no módulo 69KV com termovisor para identificar possíveis pontos quentes no sistema.

Em conformidade ao procedimento de operação e manutenção da Linha de Transmissão 69 kV, realizamos mensalmente com pessoal próprio inspeção visual na LT 69 kV e anualmente com empresa especializada a inspeção em toda a extensão da LT verificando as estruturas, conexões e termografia.

### **COS – Centro de Operação do Sistema**

Em 2023 com a instalação de 3 novos religadores automáticos, totalizamos 63 religadores automatizados e monitorados, informando em tempo real possíveis defeitos em nossas redes e ou a falta de energia, além de permitir a operação remota, diminuindo o tempo das interrupções e custos com deslocamentos.

No projeto de telemetria dos medidores de energia elétrica, todas as unidades consumidoras do grupo A4 (Alta Tensão) e os maiores associados/consumidores do grupo B (Baixa Tensão), além das unidades consumidoras sorteadas pela ANEEL conforme PRODIST Módulo 8, e os pontos de suprimento (DIT e RGE) estão monitoradas em tempo real.

### **Tecnologia da informação**

#### **Projeto Piloto de Telemedicação**

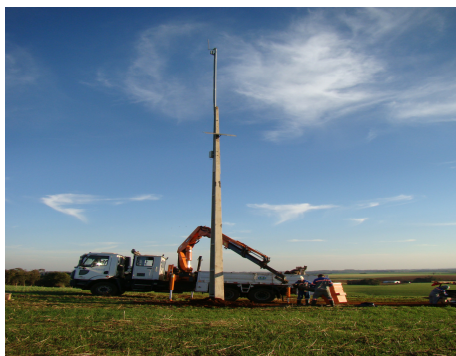
Em 2023 damos sequencia no projeto piloto de telemedicação no município de Senador Salgado Filho, com a instalação de 5 torres de comunicação via rádio a fim de abranger 185 km<sup>2</sup> de área de extensão do município, bem como suas divisas.

O projeto contemplou 1.480 unidades consumidoras, sendo 898 na área rural e 582 na área urbana, sendo necessário a substituição de 1.282 medidores que possibilitam a conexão do equipamento de coleta de leitura remota, denominados de “Postyou”, que são acoplados internamente na caixa de medição de cada unidade consumidora (foto abaixo). Concluídas as etapas de instalações e ajustes que garantiram a conectividade e a cobertura total da área, foi possível dar início a coleta das leituras para fins de faturamento.



O projeto foi avaliado positivamente e desde de outubro/2023 as 7(sete) rotas de leitura das unidades consumidoras participantes do projeto estão sendo faturadas com as leituras coletadas remotamente, dando confiabilidade e segurança na informação.

Abaixo imagem da antena instalada na localidade de Rincão dos Vieiros/Sete de Setembro e do equipamento Postyou instalado ao lado do medidor.



### . Equipamentos de Informática

Foi dada sequencia na renovação de equipamentos de informática com a aquisição de 8 novos computadores e 4 notebook.

### . Software

Adquirimos e implementamos o software P3 – Useall para recebimento e protocolo digital de projetos de terceiros de geração distribuída;

### Renovação Frotas de Veículos

Em 2023, damos sequência na renovação da frota de veículos conforme quadro abaixo. As principais aquisições destacamos a compra de 2 (dois) novos caminhões com maior potência e torque para os serviços de construção e manutenção de redes. Para os serviços de plantonistas foram adquiridas 5 (cinco) novas caminhonetes e todas equipadas. A aquisição de uma retroescavadeira com acoplamento de rompedor e caminhão para transporte (usados), o que vem para agilizar e auxiliar os serviços de construção e manutenção das redes em lugares de difícil acesso e aberturas de cavas. Adicionalmente, efetuamos reforma de 3 (três) guindastes hidráulicos instalados em caminhões.

Tipo/Modelo	Quant	Sector/Serviços
Caminhão Volkswagen 18.260 equipado com cabine adicional, guindaste hidráulico Madal, cesto aéreo e saca poste	2	Construção e manutenção de redes
Caminhão Iveco usado e plataforma para transporte Retro	1	Construção e manutenção de redes
Retroescavadeira Caterpillar usada com rompedor	1	Construção e manutenção de redes
Caminhonete Toyota Hilux – Cabine Simples - equipadas com caixas de ferramentas	5	Plantões
Caminhonete Fiat Strada	1	Qualidade Energia
Caminhonete Toyota Hilux – Cabine Dupla	1	Direção
Caminhonete Renault Duster	2	Administrativo e técnico
Motocicleta Honda 160 cc	1	Leituras



Fotos: Acervo Cooperluz - veículos adquiridos em 2023.



### Adequações Fábrica de Postes e Instalações

A Fábrica de Postes (prédio locado) está reestruturada e automatizada com a instalação de uma ponte rolante, melhorando as condições de operação e a movimentação das estruturas e postes de concreto.

### . Política de Reinvestimento dos Recursos

A Cooperluz dentro do seu princípio de cooperativa procura alavancar os recursos disponíveis e tem investido ao longo dos últimos anos na melhoria do seu sistema de distribuição e na infraestrutura da cooperativa, procurando sempre prestar um serviço de qualidade aos seus associados consumidores de energia. O associado(a) quando define que as sobras do exercício devem ser capitalizadas em fundos da cooperativa, tem a clareza que os recursos serão destinados para novos investimentos e/ou melhorias no sistema com capital próprio, sem a necessidade ou minimizando a busca de recursos de terceiros.

### Captação de Recursos

Dos recursos investidos em 2023, 89,71% foram próprios e 10,29% foram recursos de participações de associados na forma da legislação.

### . Valor Adicionado (societário)

O quadro abaixo demonstra a distribuição da riqueza gerada pela Cooperluz a partir do DVA - Demonstrativo de Valor Adicionado em 2023 que totalizou R\$ 40,1 milhões e foram partilhados com pessoal, governo, financiadores e associados. As receitas de construção e custos de construção da infraestrutura da permissão de valores idênticos, se anulam e não afetam o resultado e não foram consideradas nos grupos de receitas operacionais e (-) insumos-despesas operacionais.

Distribuição da Riqueza - Por Partes Interessadas R\$ Mil	2.023		2.022	
Empregados	10.137	25%	8.739	26%
Governo (impostos, taxas e contribuições, encargos setoriais)	16.414	41%	14.432	43%
Financiadores	1.214	3%	1.055	3%
Associados	12.434	31%	9.262	28%
<b>(=) Valor Adicionado Distribuído (Total)</b>	<b>40.199</b>	<b>100,00</b>	<b>33.487</b>	<b>100,00</b>

### . Composição do Capital Social

Em 31 de dezembro de 2023, a composição do capital social da permissionária era de R\$ 3,21 milhões, pulverizadas em cotas capitais de 20.851 associados(as).



## 2. Gestão

### . Estrutura de Tomada de Decisões e Canais de Comunicação

A Cooperluz dentro da sua estrutura de governança e como cooperativa possui diversas instâncias de tomada de decisões e de compartilhamento das informações, além de fomentar e incentivar a participação de seus associados na gestão e rumos da cooperativa.

A Assembleia Geral Ordinária foi realizada no dia 02/03/2023 na modalidade presencial e contou com a participação de 91 associados, associadas e convidados além das deliberações na forma da Lei, tivemos as eleições para membros da Diretoria Executiva tendo sido reconduzidos aos cargos o Presidente Sr. Querino Volkmer, Vice-Presidente - Vicente Czcza e Secretário - Eliseu Luis Stein e membros do Conselho de Administração para um mandato de 4 (quatro) anos, também tivemos eleições do Conselho Fiscal para o mandato de um ano.



Foto: Diretoria Executiva e Conselho Administração – Mandato 2023/2027

O Conselho de Administração se reúne uma vez ao mês, enquanto que o Conselho Fiscal se reúne duas vezes ao mês, com acompanhamento de um assessor contratado.

A Cooperluz tem contratado a empresa Dickel e Maffi-Auditoria e Consultoria para os serviços de auditoria independente para as demonstrações contábeis e ao final dos trabalhos emite relatório de opinião sobre a posição patrimonial, econômica e financeira da cooperativa.

### . Nucleação de Associados

A Cooperluz possui 27 núcleos constituídos em sua área de atuação e na forma do Estatuto Social foram realizadas em Santa Rosa/RS as duas reuniões semestrais nos dias 28/06/2023 e 19/12/2023 com a presença dos representantes dos núcleos, a Diretoria executiva, os conselheiros administrativos e fiscais, além de coordenadores de setores para tomar conhecimento e analisar os resultados econômicos e financeiros, a evolução de alguns indicadores, os investimentos realizados no sistema de distribuição (redes), os trabalhos e demandas da cooperativa nas áreas de distribuição, comercial e administrativa.

Nos meses de janeiro/23 e fevereiro/2023 as reuniões em preparação a Assembleia Geral foram realizadas de forma centralizada nas sedes municipais dos 27(vinte e sete) núcleos e contou com a presença da Presidência, conselheiros administrativos e fiscais e associados(as) tendo como pauta a prestação de contas do exercício de 2022.

## . Planejamento Estratégico e Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ)

O Planejamento estratégico da Cooperluz está integrado ao (SGQ) Sistema de Gestão da Qualidade e das normas de qualidade ISO 9001:2015.

Todo o direcionamento estratégico da Cooperluz é embasado em sua Missão, Visão, Valores e na Política da Qualidade e permite que os responsáveis pelo direcionamento do negócio, assim como os responsáveis pelos processos, possam conduzir de forma segura e eficiente, em consonância com as expectativas dos associados/consumidores, assim como todas as partes interessadas relevantes que possuam interesse direto no desempenho da mesma.

### Princípios Norteadores

A Cooperluz, como cooperativa e sociedade de pessoas atuando como permissionária do serviço público de distribuição de energia elétrica tem como objetivo principal a prestação de serviços aos seus associados(as). Como postura estratégica ser referência regional em distribuição de energia elétrica, e ser reconhecida pela qualidade dos seus serviços, como também, a cooperativa e a energia elétrica como agentes e fatores de desenvolvimento regional. Nas suas ações e interações com seus associados, colaboradores, fornecedores, mercado, órgão regulador, órgãos públicos e a comunidade em geral, temos como princípios e valores norteadores em nossas interações, a ética, a transparência, a valorização e a participação de nosso associado.

**Visão:** Ser referência regional em distribuição de energia elétrica e cooperativismo.

**Missão:** Distribuir energia elétrica com qualidade para o bem estar dos associados, colaboradores e comunidade.

**Princípios e Valores:** Ética, Valorização do associado e colaborador, Participação, Meio ambiente e Desenvolvimento regional.

## . Recursos Humanos

### Ações de Segurança e Valorização do Colaborador

A Cooperluz tem uma grande preocupação com a segurança e as condições de trabalho oferecidas aos seus colaboradores. A estrutura vem sendo renovada e atualizada e as ações desenvolvidas são constantes e de caráter permanente e temos investido em treinamento, capacitação e principalmente na conscientização das pessoas envolvidas nos processos em áreas de risco. Em 2023 tivemos 4 (quatro) acidentes e em 2022 tivemos 1 (um) acidente de trabalho, conforme quadro abaixo:

Área	2023		2022	
	Com afastamento	Sem Afastamento	Com afastamento	Sem Afastamento
Operacional	3	1	0	0
Comercial	0	0	1	0
Administrativa	0	0	0	0
<b>Total Ano:</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>0</b>
<b>Índice TF (Taxa Frequência)</b>	<b>10,32</b>	<b>0</b>	<b>37,93</b>	<b>0</b>
<b>Índice TG (Taxa Gravidade)</b>	<b>633,06</b>	<b>0</b>	<b>2.275,61</b>	<b>0</b>

## Capacitação e Treinamento

Em 2023, nas áreas de construção e manutenção de redes de distribuição de energia elétrica, proporcionamos aos nossos colaboradores 8 eventos de capacitação, reciclagem e/ou treinamento com 143 inscrições e 25 horas/médias por evento, especialmente em NR – Normas Regulamentadoras de segurança em serviços de eletricidade (10), segurança em trabalho em altura(35), operação de máquinas e equipamentos(12), além de capacitação formação de eletricista, ligação em unidades consumidoras em BT e capacitação para membros da CIPA.

Também proporcionamos 5 eventos de capacitação e treinamento com 22 inscrições e 11 horas/médias por evento em operação de cesto aéreo, guindauto e escavadeira hidráulica.

Para os colaboradores do almoxarifado, foram proporcionados 2 eventos com 11 inscrições e 10 horas/média por evento de capacitação e treinamento na NR 20 – Combustíveis e RT 15 – Brigada de Incêndio.

Também proporcionamos um evento de orientações técnicas para manejo de vegetação em redes de distribuição com 10 inscrições com 2 horas/médias de treinamento.

No Centro de Operações da Distribuição (COD), capacitamos uma nova colaboradora com 490 horas de treinamento.

Na área administrativa proporcionamos 7 eventos sobre legislação tributária e contábil com 10 inscrições e 8 horas/médias por treinamento;

A tradicional Semana Interna de Prevenção de Acidentes do Trabalho (SIPAT), em sua 32ª edição, contou com a participação de 117 colaboradores e foram ministradas palestras sobre ginástica laboral, ergonomia, assédio/bullying, prevenção uso de drogas, relações interpessoais e destinação resíduos sólidos. Também proporcionamos a todos os colaboradores exame de sangue e agendamento na rede pública de exames de mamografia e pré-cancer para as colaboradoras.

Em 2023 investimos R\$ 31 mil em capacitação e treinamento de nossos colaboradores, R\$ 9 mil em auxílio educação, além de investir R\$ 142 mil em EPI-Equipamentos de Proteção Individual.

## . Responsabilidade Social - Gestão de Resíduos

As atividades da empresa resultam em resíduos específicos de acordo com as atividades desenvolvidas pelos setores. Os procedimentos adotados visam à incorporação da prática diária de princípios sustentáveis, por todos os funcionários e de todos os setores e nas duas unidades da Cooperativa: Matriz (unidade operacional) e Sede Administrativa.

## PGRS - Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos

Damos sequência no Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, que tem como objetivo de propor ações para a adequada gestão de resíduos sólidos gerados na unidade Matriz, visando a melhoria contínua da gestão de resíduos, auxiliando na educação ambiental de todos os colaboradores, e propondo ações de diagnósticos de geração e segregação/separação, acondicionamento temporário até a destinação final dos resíduos.

Os recipientes coletores de resíduos, existentes em pontos estratégicos da unidade foram mantidos de acordo com o diagnóstico feito, oportunizando a correta segregação de cada resíduo gerado nos processos internos. Outra importante ação foi a implementação de uma central de armazenamento temporário de resíduos, contando com uma estrutura específica e de acordo com as normas de segurança e facilidade de manejo. Na 32ª Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho (SIPAT), houve a realização de palestra sobre gestão dos resíduos.

As atividades da empresa resultam em resíduos específicos, de acordo com os setores. Os procedimentos adotados visam à incorporação da prática diária de princípios sustentáveis por todos os funcionários e de todos os setores.

**Reciclagem de papel:** A área administrativa em 2023 encaminhou para reciclagem 1.849 Kg de papel oriundos das atividades diárias, além do descarte decadal de documentos e papéis conforme define a legislação.

**Recolhimento de pilhas e baterias de celulares:** A Cooperluz é credenciada como PEV – Ponto de Entrega Voluntária no programa **Ecopapão** da Prefeitura Municipal de Santa Rosa, para receber pilhas e baterias de celulares. Em 2023 recebemos 7.257 pilhas e mini pilhas e 3.887 baterias de celulares e mini baterias os quais foram encaminhados a Prefeitura para a correta armazenagem e destinação segura.

**Equipamentos de informática:** Encaminhamos para empresas credenciadas e reciclagem 200 kg de equipamentos de informática e eletrônicos considerados obsoletos ou inservíveis, evitando a sua disposição em locais inadequados.

**Resíduos gerados pelas oficinas:** Dos resíduos gerados pelas nossas oficinas em 2023 entregamos 74 carcaças de pneus e 750 litros de óleo para reciclagem, além de 90 vasilhames (galões e baldes de óleos) para a correta destinação ambiental. Também encaminhamos para empresa especializada 6,0 m<sup>3</sup> de resíduos das classes I – classificados como ‘Perigosos’ (contaminados com produtos perigosos à saúde e ao meio ambiente, como lodo contaminado, EPIs, EPCs, filtros, panos e estopas).

**Materiais desativados ou inutilizados nas redes distribuição:** Os materiais desativados, descartados ou inutilizados nos serviços de construção e manutenção de redes, são recolhidos no campo pelas equipes e acondicionados em baias, com posterior separação e destinação à reciclagem e ou reaproveitamento. Em 2023, alienamos em processo específico 47,7 toneladas de sucatas de metais (partes, aparas, restos), considerados inservíveis a permissão e destinados para reciclagem.

## . Programas - Educacional e Ambiental

### Comunicação

No ano de 2023 buscamos manter o diálogo com o quadro social da cooperativa através dos tradicionais meios de comunicação: Boletins informativos, site, além da divulgação de informações e notícias da cooperativa por meio dos programas de rádios dos sindicatos conveniados, além de rádios e jornais com atuação regional.

Também foram realizadas campanhas específicas, levando informações ao quadro social sobre novas possibilidades de formas de pagamento das tarifas.

### **Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE)**

No ano de 2023, por meio do Programa de Cooperativismo nas Escolas (PCE), foram atendidas 21 escolas, de 8 municípios, somando 640 alunos. Devido a ampliação do número de escolas e de acordo com avaliação realizada em conjunto pelo grupo de colaboradores do programa, educadores e direções escolares, se optou por uma nova formatação do programa, focando apenas nas duas turmas finais do ensino fundamental, ou seja, 8º e 9ª anos. Foi um momento de intensificação das atividades presenciais, iniciando o ano com o planejamento das ações e a formação continuada de educadores e educadoras do PCE, que seguiu ao longo do ano.

Atividades teóricas foram realizadas no espaço das salas de aula, além de ações socioambientais. Os alunos do 8º anos realizaram viagem de estudos regional e tiveram a oportunidade de conhecer e compreender melhor como funciona a destinação dos resíduos(lixo) gerado em nossa região, por meio de visitas na empresa CRVR - Companhia Riograndense de valorização de resíduos e na Coopervida – Cooperativa de recicladores, ambas de Giruá, além de visita na CGH Santo Antônio da Cooperluz, enquanto as turmas dos 9º anos realizaram uma viagem de estudos para Ametista do Sul/RS onde conheceram a Cooperametista, cooperativa de agricultores familiares voltada para produção de vinhos e sucos e a Coogamai – a primeira cooperativa de garimpeiros do Brasil.

O ano também foi marcado pela celebração dos 30 anos do PCE, este programa que é pioneiro a nível de país no desenvolvimento prático de educação cooperativista. Um documentário foi gravado para retratar e registrar as ações deste programa, além de uma programação especial realizada na IRCE – Integração Regional das Cooperativas Escolares que aconteceu em meio as programações oficiais do 34º Encontro Estadual de Hortigranjeiros em Santa Rosa, contando com a presença de diversas autoridades.



### **Meio Ambiente e Educação Ambiental**

Em 2023 as atividades de educação ambiental na área de abrangência da Cooperluz foram retomadas de forma presencial. As ações compõem o rol de atividades desenvolvidas no PCE, estando atrelados ao mesmo.

Adicionalmente, participamos em projetos e demandas na forma de doação ou fornecimento de mudas de árvores para projetos locais de recuperação ambiental, encaminhadas por entidades parceiras, como Prefeituras, escolas e associações. No ano de 2023 foram doadas 1.465 mudas de árvores nativas que foram plantadas em propriedades rurais, no entorno de nascentes de água e rios, ou em áreas de APP (Área de Preservação Permanente).

### **. Incentivo a Cultura**

A Cooperluz em 2023, na forma da Lei 13.490/2010 de Apoio e Fomento as Atividades Culturais (Pró-Cultura/RS) e por meio do Pró- Esporte RS, destinou parte dos recursos do ICMS (Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços) para patrocinar 2 eventos, de acordo com as demandas dos municípios da área de atuação da Cooperativa.

## . Cooperativa Permissionária em números

<b>Atendimento</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>
Número de Cooperados/consumidores	17.081	16.856	1,33
Número de empregados	123	122	0,82
Número de consumidores por empregado	139	138	0,51
Número de localidades atendidas	15	15	-
Número de postos de atendimento	2	2	-
Número de postos de arrecadação	10	10	-

<b>Mercado</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>
Área de permissão (km2)	2.704,00	2.704,00	-
Energia contratada (GWh)	82,93	84,31	(1,64)
Demanda Máxima (MW)	20.797	22.219	(6,40)
Energia Distribuída (GWh)	76,37	73,51	3,90
Consumo residencial médio (kWh/ano)	2.318	2.126	9,02
Consumo rural médio (kWh/Ano)	4.920	4.847	1,51
Tarifas médias de fornecimento (R\$ por MWh)	452,57	464,26	(2,52)
Residencial	463,55	506,32	(8,45)
Industrial	473,31	514,55	(8,01)
Comercial	472,81	512,18	(7,69)
Rural	450,32	457,39	(1,55)
Demais Classes	409,77	429,87	(4,68)
DEC (horas)	17,84	14,72	21,20
FEC (número de interrupções)	9,36	10,94	(14,44)
Número de Reclamações por 10 mil consumidores	0,9412	0,5905	59,39
População Atendida – Urbana (em milhares habitantes)	ND	ND	
População Atendida - Rural (em milhares habitantes)	ND	ND	

<b>Operacionais</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>
Número de Subestações 69/23 kV	1	1	-
Redes de Distribuição (km)	4.238,79	4.239,61	(0,02)
Postes Instalados	44.287	43.964	0,73
Postes Concretos (%)	99,85	99,87	(0,02)
Número de Transformadores	4.430	4.352	1,79
Capacidade instalada Trafos (MVA)	89.605,50	86.498,50	3,59
Consumidores p/Km Rede	4,03	3,98	1,35

<b>Financeiros - Societários</b>	<b>2023</b>	<b>2022</b>	<b>%</b>
Receita operacional bruta (R\$ mil)	71.406	61.866	15,42
Receita operacional líquida (R\$ mil)	60.883	52.031	17,01
Margem operacional do serviço líquida (%)	23,06	20,26	13,79
EBITDA OU LAJIDA (R\$ Mil)	17.519	14.264	22,81
Sobras líquidas (R\$ mil) ou resultado serviço	14.037	10.543	33,14
Patrimônio líquido (R\$ mil)	97.178	84.737	14,68
Rentabilidade do patrimônio líquido (%)	12,79	10,93	17,06
Endividamento do patrimônio líquido (%)	31,80	37,12	(14,34)
Em moeda Nacional (%)	31,80	37,12	(14,33)



Finalizando, queremos expressar nosso agradecimento aos membros da Diretoria Executiva, aos Conselheiros Administrativos e fiscal, representantes e lideranças dos núcleos pela efetiva participação nas reuniões, em encontros e nas decisões e encaminhamentos do dia a dia da cooperativa durante o ano que ora finda. Nosso agradecimento ao quadro funcional pelo seu trabalho, esforço e dedicação e em especial nosso reconhecimento a todo o quadro social que é a essência e a finalidade da Cooperluz, muito obrigado.

Santa Rosa/RS, 22 de março de 2024.

**Conselho de Administração**  
**Cooperluz – Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**

**DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS**

**31 de dezembro de 2023 e 2022**

**Balço Patrimonial Regulatório em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
<b>ATIVO</b>			
<b>Ativo circulante</b>		<b>36.572</b>	<b>31.985</b>
Caixa e equivalentes de caixa		24.948	19.649
Consumidores	4.	4.747	5.217
Concessionárias e permissionárias	4.	51	58
Serviços em curso		57	26
Tributos compensáveis		906	894
Almoxarifado operacional		1.191	1.251
Ativos Financeiros Setoriais	6.1	833	2.236
Despesas pagas antecipadamente		156	109
Ativos e Bens Destinados a Alienação		85	0
Outros ativos circulantes		3.598	2.546
<b>Ativo não circulante</b>		<b>99.830</b>	<b>93.993</b>
Tributos compensáveis		1.378	1.224
Depósitos judiciais e cauções	8.1	1.460	1.759
Ativos regulatórios	6.1	0	751
Bens e atividades não vinculado concessão		1.030	901
Imobilizado	5.	95.619	89.010
Intangível	5.1	343	348
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>136.401</b>	<b>125.978</b>
<b>PASSIVO</b>			
<b>Passivo circulante</b>		<b>12.271</b>	<b>12.538</b>
Fornecedores		2.745	2.610
Empréstimos, financiamentos	7.	996	1.269
Obrigações sociais e trabalhistas		2.114	1.570
Tributos		2.299	1.832
Encargos setoriais		598	548
Passivos Financeiros Setoriais	6.2	2.419	3.900
Outros passivos circulantes		1.099	808
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>18.348</b>	<b>18.747</b>
Empréstimos, financiamentos	7.	3.202	4.139
Tributos	8.1 a	1.369	1.717
Provisão para litígios	8.	3.930	3.878
Obrigações vinculadas à concessão	9.	9.847	9.013
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>30.619</b>	<b>31.285</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social		3.219	3.211
Outros resultados abrangentes	19.1	8.609	9.961
Reservas de Sobras		92.050	80.132
Sobras à disposição da Assembleia		1.905	1.387
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>10.</b>	<b>105.782</b>	<b>94.692</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>136.401</b>	<b>125.978</b>

**Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

	Notas	2023	2022
		Regulatório	Regulatório
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>71.406</b>	<b>61.866</b>
Fornecimento de energia elétrica		17.023	22.254
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		21.557	20.377
Ativos e Passivos Regulatórios		(157)	(7.825)
Serviços cobráveis		8	9
Doações e subvenções vinculadas ao serviço concedido		32.976	27.051
<b>Tributos</b>		<b>(3.671)</b>	<b>(4.585)</b>
ICMS		(2.902)	(3.994)
PIS-PASEP		(137)	(105)
COFINS		(632)	(486)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(6.852)</b>	<b>(5.250)</b>
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(6.710)	(5.116)
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica – TFSEE		(142)	(133)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>60.884</b>	<b>52.032</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(25.051)</b>	<b>(21.205)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(18.743)	(15.897)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(6.308)	(5.308)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>35.833</b>	<b>30.827</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(23.402)</b>	<b>(21.277)</b>
Pessoal e administradores	12	(11.045)	(9.388)
Material		(2.435)	(2.282)
Serviços de terceiros		(3.329)	(3.138)
Arrendamentos e aluguéis		(272)	(273)
Seguros		(75)	(68)
Doações, contribuições e subvenções		(6)	(118)
Provisões		(30)	(252)
(-) Recuperação de despesas		25	20
Tributos		(495)	(436)
Depreciação e amortização		(5.087)	(4.714)
Gastos diversos		(652)	(627)
<b>Outras receitas operacionais</b>		<b>1.280</b>	<b>533</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		<b>(1.025)</b>	<b>(951)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>12.686</b>	<b>9.132</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.962</b>	<b>1.340</b>
Despesas financeiras		(941)	(782)
Receitas financeiras		2.903	2.122
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>		<b>14.648</b>	<b>10.472</b>
Contribuição social		(950)	(700)
Imposto de renda		(2.616)	(1.921)
<b>Resultado líquido do exercício</b>		<b>11.082</b>	<b>7.851</b>

**Demonstração dos Fluxos de Caixa Regulatório  
dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores Expressos em Reais)

Método Indireto	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
<b>Resultado Líquido do Exercício</b>	<b>11.082</b>	<b>7.851</b>
<b>Ajustes as Sobras e ou Lucro Líquido</b>		
Depreciação, amortização	5.087	4.714
Varição Monetária Depósitos Judiciais/Enc Setoriais	(121)	(283)
Provisão de Contingência e Varição Monet.Passiva	449	409
Resultado Participação Soc Cooperativa capitalizada	(129)	(97)
Juros Apropriados e Não Pagos	42	37
Resultado Desativações e Baixa Imobilizado	(36)	576
<b>Variações das Contas de Ativo Operacional</b>		
Associados Fornecimento Energia	439	1.625
Serviços Taxados e Participação Financeira	60	307
Créditos de Energia	(10)	3
Serviços em Curso	(32)	(7)
Impostos a Recuperar	(165)	(223)
Estoques	60	(172)
Ativos Financeiros Setoriais	2.158	3.115
Despesas Antecipadas	(47)	(24)
Outros Créditos a Receber	(1.037)	(217)
Desativações e Alienações	(99)	(24)
Depósitos Judiciais	(87)	(14)
<b>Variações das Contas de Passivo Operacional</b>		
Fornecedores	(87)	(2.121)
Obrigações Sociais e Trabalhistas	544	160
Tributos	509	1.027
Encargos Setoriais	50	(1.360)
Passivos Financeiros Setoriais	(1.781)	3.184
Outros Passivos Circulantes	291	526
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>17.142</b>	<b>18.990</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Recebimento da Venda do Imobilizado	996	328
Pagamento pela Compra de Bem para Imobilizado	(12.730)	(11.131)
Participação Financeira -Cooperados/consumidores	1.135	1.984
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>	<b>(10.599)</b>	<b>(8.819)</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Amortização de Empréstimos	(1.252)	(1.242)
Integralização de Capital pelos Sócios	8	9
<b>CAIXA LÍQUIDO NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS</b>	<b>(1.244)</b>	<b>(1.233)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>5.299</b>	<b>8.938</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
<b>No início do período</b>	<b>19.649</b>	<b>10.711</b>
<b>No fim do Período</b>	<b>24.948</b>	<b>19.649</b>
<b>VARIAÇÃO DAS CONTAS CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>5.299</b>	<b>8.938</b>

**Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Regulatório dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022**  
(Valores Expressos em Milhares de Reais)

CONTAS	CAPITAL SOCIAL	FUNDO DE RESERVA	FATES	FUNDO EXPANSÃO MANUTENÇÃO	RESERVA DE EQUALIZAÇÃO	RESERVAS DE REAVALIAÇÃO		SOBRAS OU PERDAS A.G.O	TOTAL
						REAVALIAÇÃO	REAVALIAÇÃO REGULATÓRIA		
<b>Saldos em 31/12/2021</b>	<b>3.203</b>	<b>15.111</b>	<b>22.719</b>	<b>27.816</b>	<b>5.440</b>	<b>103</b>	<b>11.366</b>	<b>1.076</b>	<b>86.833</b>
DELIBERAÇÕES DA AGO-30/03/2022									
Destinação das Sobras cfe. AGO		1.076						(1.076)	0
EVENTOS DO EXERCÍCIO									
Integralização	9								9
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								7.851	7.851
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:									0
Realização FATES			(159)					159	0
Realização Reserva Reavaliação						(97)		97	0
Realização Reserva Reavaliação-VNR							(1.411)	1.411	0
<b>DESTINAÇÕES:</b>									
FATES-Lucro Terceiros			3.968					(3.968)	0
FATES-5%			277					(277)	0
Fundo de Reserva - 10%		555						(555)	0
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				3.330				(3.330)	0
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>3.211</b>	<b>16.742</b>	<b>26.805</b>	<b>31.145</b>	<b>5.440</b>	<b>6</b>	<b>9.955</b>	<b>1.387</b>	<b>94.692</b>
DELIBERAÇÕES DA AGO-02/03/2023									
Destinação das Sobras cfe. AGO		1.387						(1.387)	0
EVENTOS DO EXERCÍCIO									
Integralização	8								8
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO								11.082	11.082
DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES:									0
Realização FATES			(233)					233	0
Realização Reserva Reavaliação						(1)		1	0
Realização Reserva Reavaliação-VNR							(1.351)	1.351	0
<b>DESTINAÇÕES:</b>									
FATES-Lucro Terceiros			5.049					(5.049)	0
FATES-5%			381					(381)	0
Fundo de Reserva - 10%		762						(762)	0
Fundo de Expansão e Manutenção-60%				4.571				(4.571)	0
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>3.219</b>	<b>18.891</b>	<b>32.003</b>	<b>35.716</b>	<b>5.440</b>	<b>5</b>	<b>8.604</b>	<b>1.905</b>	<b>105.782</b>



**Demonstração do Resultado Abrangente Regulatório e Destinações Legais e Estatutárias dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição das Contas	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>RECURSOS</b>	<b>TOTAL</b>	<b>TOTAL</b>
<b>RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.082</b>	<b>7.851</b>
<b>DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Reserva Reavaliação	1	97
Reserva Reavaliação VNR - Regulatória	<u>1.351</u>	<u>1.411</u>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.435</b>	<b>9.359</b>

**Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022**

	<u>2023</u>	<u>2022</u>
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.435</b>	<b>9.359</b>
Reversão do Fates - cfe. ITG 2004	<u>233</u>	<u>159</u>
<b>SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>12.668</b>	<b>9.517</b>
<b>DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>10.763</b>	<b>8.130</b>
Fates Resultado Operações c/3º-Art.87- Lei 5764/71	5.049	3.968
Fundo de Reserva - 10%	762	555
Fates - 5%	381	277
Fundo de Expansão e Manutenção - 60%	4.571	3.330
<b>SOBRAS À DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>1.904</b>	<b>1.387</b>

## Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Regulatórias em 31 de dezembro de 2023 e 2022 (Valores expressos em milhares de reais)

### 1. Setor Elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (MME), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

A atividade de distribuição por definição no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE é composta de linhas, redes, subestações e demais equipamentos associados, em tensões inferiores a 230 kV e tem por finalidade: (i) o serviço de distribuição de energia elétrica, que consiste no provimento do livre acesso ao sistema para os fornecedores e consumidores; (ii) o fornecimento de energia aos consumidores, e (iii) o suprimento de energia elétrica a outras Outorgadas.

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL firmou com a Cooperluz - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste em 31/05/2010 o contrato de permissão para prestação do serviço público de distribuição de energia elétrica nº 032/2010, com prazo de permissão de 30 (trinta) anos, com possibilidade de prorrogação por mais 30 anos, a critério do Poder Concedente.

### 2. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidas pelo Órgão Regulador (ANEEL) e conforme as políticas e práticas contábeis estabelecidas.

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF pelo Despacho nº. 2.904 de 17/09/2021 promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais, resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2022.

As Demonstrações Contábeis regulatórias foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2024.

As Demonstrações Contábeis para fins regulatórios são separadas das Demonstrações Contábeis estatutárias societárias da outorgada.

A moeda funcional é o R\$ (Real), e as demonstrações contábeis regulatórias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados quando somados podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Existem diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos. Ocorrendo diferenças de valores pela

aplicação diferenciada de alguma norma contábil societária e regulatória, estas diferenças estão dispostas em notas explicativas, conforme apresentado nas Demonstrações Contábeis preparadas de acordo com estas práticas.

### 3. Principais Práticas Contábeis Regulatórias

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas Demonstrações Contábeis societárias, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

**3.1 Imobilizado em serviço:** Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescido dos valores de reavaliação societária registrada em 1999 e pela Reavaliação Compulsória Regulatória registrada em 2013 quando da homologação pelo órgão regulador (ANEEL) da Base de Remuneração Regulatória - BRR na 1ª – Revisão Tarifária Periódica - RTP. A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados conforme legislação vigente. As taxas anuais de depreciação estão determinadas nas tabelas anexas à Resolução vigente emitida pelo Órgão Regulador.

**3.1.1. Reavaliação Compulsória Valor Novo de Reposição (VNR):** A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela metodologia aprovada para a 1ª Revisão Tarifária Periódica- RTP das permissionárias através da Nota Técnica SRE/Aneel nº 250/2013 definiu os novos valores dos ativos que vão compor a Base de Remuneração e a respectiva depreciação acumulada. Por tratar-se de regramento regulatório, o Valor Novo de Reposição – VNR e respectiva depreciação acumulada, somente foram reconhecidos na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

A reavaliação compulsória regulatória (Valor Novo de Reposição – VNR) foi estabelecida pela Resolução nº 396/2009 e homologada pela ANEEL conforme Nota Técnica 250/2013 e Resoluções Homologatórias nº 1.548 de 28/06/2013 e 1.614 de 05/09/2013, quando da 1ª Revisão Tarifária Periódica - RTP com base no Laudo de Ativos da Cooperativa, valorados conforme metodologia do PRORET Submódulo 8.1 constituindo-se a Base de Remuneração Regulatória – BRR.

Em 2016 a ANEEL pelo Proret Submódulo 8.4 aprovou a nova metodologia de revisão tarifária aplicável ao segundo ciclo das permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica e houve flexibilização quanto a formação da parcela B – Custos Gerenciáveis. Nesta metodologia não ficou definido o procedimento que as permissionárias deveriam adotar quanto aos valores de Valor Novo de Reposição - VNR registrados em 2013, ou a constituição de uma nova Base de Remuneração - BRR, diante desta indefinição optamos por manter os registros de 2013 a título de VNR e respectivas depreciações.

**3.2 Imobilizado em curso:** Registrado ao custo de aquisição dos materiais e ou equipamentos com a alocação dos dispêndios diretos com pessoal, serviços de terceiros e transporte, conforme previsto no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de tarifas e preços.

Quando pertinente a permissionária agrega ao custo de aquisição do imobilizado em curso os juros e demais encargos financeiros incorridos sobre empréstimos e financiamentos, na fase de construção do ativo imobilizado, sendo encerrado quando o item do imobilizado encontra-se disponível para utilização (em serviço).

**3.3 Intangível:** Registrado ao custo de aquisição ou realização. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear.

**3.4 Obrigações especiais vinculadas à Permissão:** Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de cooperados/consumidores da permissionária, para realização de empreendimentos necessários ao

atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica na forma da legislação vigente. Conforme a Instrução Contábil – IC – 6.3.14 do Manual de Contabilidade Setor Elétrico MCSE, estas contas são amortizadas pela taxa média de depreciação da atividade.

### **3.5 Receita de Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo**

A Superintendência de Fiscalização Financeira - SFF da ANEEL no final de 2018 no endereço: <http://www.aneel.gov.br/gestao-de-dados-e-normatizacao-contabil>, emitiu comunicado às permissionárias de energia elétrica quanto a contabilização das Receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo, esclarecendo que as permissionárias não estão enquadradas nas regras estabelecidas nos Submódulos 2.1 Procedimentos Gerais e 2.1A – Procedimentos Gerais – Aditivo Contratual 2016, que alcançam exclusivamente as concessionárias de distribuição. Dessa maneira, as receitas com Ultrapassagem de Demanda e Excedente de Reativo devem ser contabilizadas como receita ordinária de fornecimento de energia elétrica, a crédito da conta contábil 6101.3.01.0X - Fornecimento – Faturado, nas subcontas apropriadas, tanto na contabilidade societária como na contabilidade regulatória.

**3.6 Reserva de Reavaliação:** As concessionárias e permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica nos termos da legislação regulatória da Revisão Tarifária e Resolução nº 396/2009, registraram contabilmente a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o Valor Novo de Reposição – VNR do Ativo Imobilizado em Serviço – AIS, ajustado pela respectiva depreciação acumulada.

Os encargos de amortização/depreciação e o custo dos bens baixados que haviam sido reavaliados, foram contabilizados como dispêndios do exercício e, quando do encerramento do exercício foi efetuada a realização da Reserva de Reavaliação diretamente na conta de Sobras e/ou Perdas do exercício na forma da legislação vigente.

Para fins da contabilidade societária, a Lei 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2007 até a sua efetiva realização.

**3.7 Reconhecimento de Receita:** A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida quando a energia é faturada. A receita não faturada corresponde a receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao associado/consumidor decorrente das diferentes datas de leitura. O cálculo consiste na mensuração por estimativa da média histórica dos três últimos meses de faturamento de energia dos cooperados. Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento.

**3.8 Equalização do Resultado Societário e Regulatório:** Em razão da aplicação das práticas contábeis societárias e regulatórias, o resultado societário e o regulatório do exercício no ano de 2023 restaram diferentes. Entretanto, o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais, deve corresponder ao que foi apurado na societária, enquanto na regulatória, requer que havendo diferença em relação ao resultado societário à disposição da assembleia, seja transferido para a conta intitulada “Equalização Resultado Regulatório e Societário” no Patrimônio Líquido.

## 4. Cooperados/Consumidores

Descrição	VALORES CORRENTES R\$ Mil						Provisão p/Créditos Duvidosos	VALORES RENEGOCIADOS				Total 2023	Total 2022
	CORRENTE A VENCER		CORRENTE VENCIDA					RENEGOCIADA A VENCER		RENEGOCIADA VENCIDA			
	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	De 91 a 180 dias	De 181 a 360 dias	Mais de 360 dias		Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 60 dias	Mais de 60 dias		
<b>Fornecimento de Energia</b>													
Residencial Baixa Renda	13		6				(3)				4	21	21
Residencial	537		136	2	1							676	629
Industrial	32		9						1			42	38
Comercial, Serv. Outras	250		49									299	275
Rural	1.629		377	1	1				1			2.008	2.472
Poderes Públicos	37		1									38	44
Iluminação Pública	24											24	26
Serviço Público	116		5				0					121	118
<b>Subtotal</b>	<b>2.638</b>		<b>583</b>	<b>3</b>	<b>2</b>		<b>(3)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>3.229</b>	<b>3.623</b>
Renda Não Faturada (a)	1.368											1.368	1.401
<b>Total</b>	<b>4.006</b>		<b>583</b>	<b>3</b>	<b>2</b>		<b>(3)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4.597</b>	<b>5.024</b>
<b>Outros Créditos Energia</b>													
Serviços Taxado	1											1	2
Participação Financeira	20	19	15									54	110
Acréscimo Moratório	4		4									8	11
Multas S/Energia	12		9									21	18
Convênios CIP/Outros	53		12									66	52
<b>Subtotal</b>	<b>90</b>	<b>19</b>	<b>42</b>									<b>150</b>	<b>192</b>
<b>Total</b>	<b>4.096</b>	<b>19</b>	<b>624</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>(4)</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4.747</b>	<b>5.217</b>
TUSD G - Consumidor Livre	51											51	58
<b>Total a Receber</b>	<b>4.147</b>	<b>19</b>	<b>624</b>	<b>3</b>	<b>2</b>	<b>0</b>	<b>(4)</b>		<b>0</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4.798</b>	<b>5.274</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi mensurada e reconhecida a partir da experiência da Administração da Cooperativa em relação ao histórico das perdas efetivas e considerando os parâmetros recomendados pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, Instrução Contábil - IC nº 6.3.3, item 2, em razão que os valores pendentes não são relevantes e inclui os créditos junto aos associados/consumidores da classe de consumo residencial com débitos vencidos há mais de 90 dias; associados da classe comercial vencidos há mais de 180 dias; e associados da classe industrial, rural, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros vencidos há mais 360 dias.

O valor constituído de R\$(mil) 4 é considerado suficiente para cobrir eventuais perdas que possam ocorrer na realização financeira dos créditos a receber. No exercício de 2023, a Cooperluz baixou para perdas de contas incobráveis o montante de R\$(mil) 16, correspondente a 156 contas de energia elétrica.

**5. Imobilizado**

Ativo Imobilizado em Serviço - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>130.808</b>	<b>10.223</b>	<b>(3.656)</b>	<b>2</b>	<b>137.378</b>	<b>6.570</b>	<b>(51.156)</b>	<b>86.222</b>	<b>82.566</b>	<b>(11.976)</b>	<b>2.372</b>	<b>(9.603)</b>
Terrenos	883	156	0	0	1.039	156	0	1.039	883			0
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	1.476	0	0	0	1.476	0	(313)	1.163	1.215			0
Máquinas e Equipamentos	125.650	9.492	(3.424)	4	131.721	6.071	(49.558)	82.163	78.796	(11.976)	2.372	(9.603)
Veículos	2.442	467	(230)	0	2.679	237	(1.203)	1.476	1.371			0
Móveis e Utensílios	357	108	(1)	(1)	462	105	(82)	380	300			0
<b>Administração</b>	<b>1.449</b>	<b>544</b>	<b>(25)</b>	<b>(2)</b>	<b>1.965</b>	<b>517</b>	<b>(972)</b>	<b>993</b>	<b>578</b>	<b>(68)</b>	<b>68</b>	<b>0</b>
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	364	0	0	0	364	0	(170)	194	206			0
Máquinas e Equipamentos	701	55	(25)	(2)	729	28	(466)	263	267	(68)	68	0
Veículos	244	489	0	0	733	489	(215)	518	79			0
Móveis e Utensílios	140	0	0	0	140	0	(121)	19	26			0
<b>Subtotal</b>	<b>132.256</b>	<b>10.767</b>	<b>(3.680)</b>	<b>0</b>	<b>139.343</b>	<b>7.087</b>	<b>(52.128)</b>	<b>87.215</b>	<b>83.144</b>	<b>(12.043)</b>	<b>2.440</b>	<b>(9.603)</b>

Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022	Obriga-ções Especiais Brutas	Amorti-zação Acum.	Obriga-ções Especiais Líquidas
<b>Distribuição</b>	<b>5.867</b>	<b>30.716</b>	<b>(28.179)</b>	<b>0</b>	<b>8.404</b>	<b>2.538</b>	<b>0</b>	<b>8.404</b>	<b>5.867</b>	<b>(244)</b>		<b>(244)</b>
Máquinas e Equipamentos	464	9.042	(8.802)	0	704	240	0	704	464	(244)		(244)
Outros	5.403	21.674	(19.376)	0	7.700	2.298	0	7.700	5.403	0		0
<b>Administração</b>	<b>0</b>	<b>1.112</b>	<b>(1.112)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>		<b>0</b>
Máquinas e Equipamentos	0	78	(78)	0	0	0	0	0	0	0		0
Outros	0	1.033	(1.033)	0	0	0	0	0	0	0		0
<b>Subtotal</b>	<b>5.867</b>	<b>31.828</b>	<b>(29.290)</b>	<b>0</b>	<b>8.404</b>	<b>2.538</b>	<b>0</b>	<b>8.404</b>	<b>5.867</b>	<b>(244)</b>	<b>0</b>	<b>(244)</b>
<b>Total do Ativo Imobilizado</b>	<b>138.123</b>	<b>42.595</b>	<b>(32.971)</b>	<b>0</b>	<b>147.747</b>	<b>9.624</b>	<b>(52.128)</b>	<b>95.619</b>	<b>89.010</b>	<b>(12.287)</b>	<b>2.440</b>	<b>(9.847)</b>



As taxas médias anuais de depreciação em % do Ativo Imobilizado é o que segue:

Ativo Imobilizado - R\$ Mil	Taxas anuais médias de depreciação (%)	2023			2022
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
<b>Em serviço</b>					
Distribuição		<b>137.378</b>	<b>(51.156)</b>	<b>86.222</b>	<b>82.565</b>
Custo Histórico	4,26	108.073	(30.452)	77.621	72.617
Correção Monetária Especial	0	0	(0)	0	0
Reavaliação	0,03	3.075	(3.071)	5	6
Reavaliação Regulatória - VNR	4,16	26.229	(17.633)	8.596	9.943
<b>Administração</b>		<b>1.965</b>	<b>(972)</b>	<b>993</b>	<b>578</b>
Custo Histórico	9,09	1.871	(886)	985	565
Correção Monetária Especial	-	4	(4)	0	0
Reavaliação	-	0	(0)	0	0
Reavaliação Regulatória - VNR	4,44	90	(81)	8	13
		<b>139.343</b>	<b>(52.128)</b>	<b>87.215</b>	<b>83.143</b>
<b>Em Curso</b>					
Distribuição		8.404	0	8.404	5.867
Administração		0	0	0	0
		<b>8.404</b>	<b>0</b>	<b>8.404</b>	<b>5.867</b>
		<b>147.747</b>	<b>(52.128)</b>	<b>95.619</b>	<b>89.010</b>

A composição das adições do Ativo Imobilizado em Curso no exercício, por tipo de gastos capitalizado, é o que segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso - R\$ Mil	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Depreciação /Amortização	Outros Gastos	Total
Terrenos	150	6	0	0	0	156
Máquinas e Equipamentos	6.283	1.075	1.029	94	632	9.115
Veículos	3.753	41	0	0	0	3.794
Móveis e Utensílios	109	0	0	0	0	109
Transformação, Fabr e Reparo Materiais	394	173	0	0	77	644
<b>Total das Adições</b>	<b>10.690</b>	<b>1.296</b>	<b>1.029</b>	<b>94</b>	<b>709</b>	<b>13.819</b>

Na forma dos regimentos do setor elétrico brasileiro, os bens e instalações utilizados principalmente na infraestrutura de distribuição de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A Resolução Normativa nº 948 de 16/11/2021 da ANEEL, regulamentou a desvinculação de bens das concessões e permissões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à permissão, quando destinados à alienação, devendo constituir dossiê de desvinculação e o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada para aplicação na permissão.

**Principais Taxas Anuais de depreciação - Resolução Aneel nº 674/2015 de 01/08/2015:**

**Distribuição**

Barra de Capacitores	6,67
Chave de Distribuição	6,67
Condutor do Sistema	3,57
Estrutura do Sistema (postes)	3,57
Regulador de Tensão	4,35
Transformador de Distribuição	4,00
Transformador de Força	2,86

**Administração**

Equipamento Geral	6,25
Equipamento Informática	16,67
Veículos	14,29

**As dez principais adições (critério de valor) ao imobilizado em serviço no exercício foram:**

	Descrição do Bem	em R\$ mil
1.	Retroescavadeira Modelo 420 - CAT	454,65
2.	Caminhoneta Toyota Hilux Cabine Dupla, CD DSL 4X4 SR	248,86
3.	Regulador de Tensão 144 kVA - TIPO B 60Hz -13,800 V 100 A	229,54
4.	Caminhonete Toyota Hilux CS DSL Cabine Simples 4x4	181,69
5.	Caminhonete Toyota Hilux CS DSL Cabine Simples 4x4	181,69
6.	Poste de Concreto Duplo T 12/400 daN - R	164,30
7.	Condutor de Alumínio com Alma de Aço NU 1/0 AWG-R	142,16
8.	Caminho Iveco/Tector 240E25 - Cabine Simples 6X4	140,00
9.	Camioneta Renault Modelo Duster Intense 1,6 CVT 120 CV	120,00
10.	Camioneta Renault Modelo Duster Intense 1,6 CVT 120 CV	120,00

**As dez principais baixas (critério de valor líquido) ao imobilizado em serviço no exercício foram:**

	Descrição do Bem	em R\$
1.	Transformador de Força 3500/4375 kVA (24,2/13,8) Classe 25	72,70
2.	Caminhão Ford Mod F12000 Ano/Mod 1992/1993	64,70
3.	Regulador de Tensão 432 kVA - Tipo B 60Hz -13,800 V 300 A	48,23
4.	Caminhão Ford Mod Cargo 1719 -Cabine Simples 4X2 Ano/Mod 2012/2013	47,39
5.	Regulador de Tensão 288 kVA - TIPO B 60Hz -13,800 V 200 A-R	38,36
6.	Regulador de Tensão 76,2 kVA - TIPO B 60Hz - 7620 V 100 A-R	32,17
7.	Caminhão Ford Mod F12000 Ano/Mod 1992/1993	20,32
8.	Caminhonete Ford Ranger XL CD4 22 Cabine Dupla 4X4	18,44
9.	Chave religadora automática 40A 25 kv 3AD8434-1EA00-0AA1	18,34
10.	Regulador de Tensão 76,2 kVA - TIPO B 60Hz - 7620 V 100 A-R	17,04

**5.1 Ativo Intangível em Serviço**

Ativo Intangível em Serviço- R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe-rências (C)	Reava-liação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)-(B)+(C)	Amorti-zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	<b>517</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>526</b>	<b>9</b>	<b>(192)</b>	<b>334</b>	<b>336</b>
Serviços	301	0	0	0	0	301	0	0	301	301
Softwares	216	9	0	0	0	225	9	(192)	33	35
<b>Administração</b>	<b>267</b>	<b>1</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>268</b>	<b>1</b>	<b>(259)</b>	<b>9</b>	<b>12</b>
Softwares	267	1	0	0	0	268	1	(259)	9	12
<b>Subtotal</b>	<b>784</b>	<b>10</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>794</b>	<b>10</b>	<b>(452)</b>	<b>343</b>	<b>348</b>

## 5.2 Ativo Intangível em Curso

Ativo Intangível em Curso R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Transfe- rências (C)	Reava- liação	Valor Bruto em 31/12/2023	Adições Líquidas = (A)- (B)+(C)	Amorti- zação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2023	Valor Líquido em 31/12/2022
<b>Distribuição</b>	0	9	(9)	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	9	(9)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Administração</b>	0	1	(1)	0	0	0	0	0	0	0
Softwares	0	1	(1)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Subtotal</b>	0	10	(10)	0	0	0	0	0	0	0
<b>Total do Ativo Intangível</b>	<b>784</b>	<b>20</b>	<b>(10)</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>794</b>	<b>10</b>	<b>(452)</b>	<b>343</b>	<b>348</b>

## 6. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a neutralidade da Parcela A - custos não gerenciáveis, relacionados à compra de energia e dos encargos setoriais. Esse mecanismo pode originar diferença entre os custos orçados (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa.

Seguindo regramentos do Órgão Regulador, a empresa contabiliza estas variações como ativos e passivos financeiros setoriais, constituindo-se: - i) um direito a receber pela concessionária nos casos em que os custos orçados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou; - ii) uma obrigação quando os custos orçados e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

Os Ativos e Passivos Financeiros Setoriais são realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da empresa, ajustado anualmente na data de aniversário do contrato de permissão, através dos processos de reajuste ou revisão tarifária. As notas Societárias nº 10 e 24 tratam sobre o mesmo tema.

Recentemente, a Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL pela Resolução Normativa nº 1028 de 26/07/2022, aprovou a estrutura e o Submódulo 8.6 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, regulamentando os procedimentos aplicáveis relativo às obrigações contraídas em função da aquisição de energia elétrica por meio de Leilões e/ou Chamada Pública a serem utilizados nos processos tarifários na apuração dos Componentes Financeiros aplicáveis às permissionárias de serviço público de distribuição de energia elétrica e agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. A Nota Societária nº 04 – letra “p” trata do mesmo tema e na letra “q” elenca os novos componentes financeiros setoriais permitidos.

## 6.1 Ativos Financeiros Setoriais

Ativos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Transf. MCSE IC 6.3.4	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>Demais Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>3.158</b>	<b>1.353</b>	<b>(2.340)</b>	<b>86</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(283)</b>	<b>833</b>	<b>645</b>	<b>188</b>	<b>833</b>	<b>0</b>
Neutralidade Encargos Setoriais	592	(142)	0	13	(296)	0	167	0	167	167	0
Sobrecontratação de Energia	151	5	(82)	12	0	0	86	82	4	86	0
Bandeiras Tarifárias	18	219	(220)	0	0	0	17	0	17	17	0
Outros	2.398	1.271	(2.038)	62	(846)	(283)	563	563	0	563	0
<b>Total Ativos Financeiros Setoriais</b>	<b>3.158</b>	<b>1.353</b>	<b>(2.340)</b>	<b>86</b>	<b>(1.142)</b>	<b>(283)</b>	<b>833</b>	<b>645</b>	<b>188</b>	<b>833</b>	<b>0</b>

Os valores apresentados de Neutralidade de Encargos Setoriais, trata-se do registro das variações da Parcela A dos encargos (CDE/TFSEE/PROINFA/ESS/EER) em constituição, assim como os itens de sobrecontratação de energia e bandeiras tarifárias. O item outros, trata-se de valores já reconhecidos no último reajuste (em amortização) de componentes financeiros aplicáveis às permissionárias e agentes da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE pela aquisição de energia elétrica por meio de Chamada Pública, além de PIS/COFINS das faturas do O.N.S e concessionária. A nota Societária 10 trata sobre o mesmo tema e a nota 15 Regulatória trata do ajuste em conformidade a Instrução Contábil 6.3.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

## 6.2 Passivos Financeiros Setoriais

Passivos Financeiros Setoriais - R\$ Mil	Saldo em 31/12/2022	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Transf. MCSE IC 6.3.4	Saldo em 31/12/2023	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
<b>Demais Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>4.072</b>	<b>2.120</b>	<b>(3.558)</b>	<b>356</b>	<b>(288)</b>	<b>(283)</b>	<b>2.419</b>	<b>558</b>	<b>1.861</b>	<b>2.419</b>	<b>0</b>
Neutralidade Encargos Setoriais	120	460	(209)	14	(296)		89	89	0	89	0
Sobrecontratação de Energia	48		(48)				0	0	0	0	0
Outros	3.905	1.660	(3.302)	342	8	(283)	2.329	469	1.861	2.329	0
<b>Total Passivos Financeiros Setoriais</b>	<b>4.072</b>	<b>2.120</b>	<b>(3.558)</b>	<b>356</b>	<b>(288)</b>	<b>(283)</b>	<b>2.419</b>	<b>558</b>	<b>1.861</b>	<b>2.419</b>	<b>0</b>

Os valores de passivos financeiros setoriais apresentados no quadro acima de neutralidade são itens reconhecidos no último reajuste tarifário em amortização ou já amortizado no caso da Sobrecontratação. Quanto ao item outros, tem a mesma característica descrita nos ativos financeiros resultante da aquisição de energia no mercado livre (CVA Energia, ESS/EER, GSF), parte em constituição e parte em amortização, além de créditos CDE-Eletróbrás em amortização. A nota Societária 24 trata sobre o mesmo tema e a nota 15 Regulatória trata do ajuste em conformidade a Instrução Contábil 6.3.4 do Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

## 7. Empréstimos e Financiamentos – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA CREDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Adimplente ?	Data Captação	Tipo de Garantia	Indexador ou Juros	Spread % a.a.	Data Próximo Pcto Juros	Frequência Pcto Juros	Data Próxima Amortização	Vencimento Final	Frequência de Amortiz.	Sistemática Amortização	Cronograma de Amortização de Principal e Juros de Longo Prazo				
																2025	2026	2027	2028	Total
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>18</b>	<b>978</b>	<b>3.202</b>	<b>4.198</b>												<b>953</b>	<b>953</b>	<b>953</b>	<b>343</b>	<b>3.202</b>
BRDE – Finame 63800	0	25	0	25	Sim	dez-15	Recebíveis	7%	0,00%	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/01/24	Mensal	SAC	0	0	0	0	0
BRDE - Contrato 64293	9	490	1.593	2.092	Sim	mar-16	Recebíveis	TJLP	4,1% a.a	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/03/28	Mensal	SAC	490	490	490	123	1.593
BRDE - Contrato 64582	7	350	1.198	1.555	Sim	abr-16	Recebíveis	TJLP	4,1% a.a	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/05/28	Mensal	SAC	350	350	350	146	1.198
BRDE - Contrato 65070	2	112	411	526	Sim	ago-16	Recebíveis	TJLP	4,1% a.a	15/01/24	Mensal	15/01/24	15/08/28	Mensal	SAC	112	112	112	75	411
Sicredi União - Crédito Rotativo	0	0	0	0	Sim	mai-16	Não há	CDI	9,12% a.a	02/01/24	Mensal	02/01/24	31/05/24	Mensal	SAC	0	0	0	0	0
<b>Total por Dívida</b>	<b>18</b>	<b>978</b>	<b>3.202</b>	<b>4.198</b>												<b>953</b>	<b>953</b>	<b>953</b>	<b>343</b>	<b>3.202</b>
<b>Financ. / Emprést. Moeda Nacional</b>	<b>18</b>	<b>978</b>	<b>3.202</b>	<b>4.198</b>												<b>953</b>	<b>953</b>	<b>953</b>	<b>343</b>	<b>3.202</b>

## Abertura dos Ativos Financeiros – R\$ Mil

INSTITUIÇÃO / LINHA DEVEDORA	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Saldo Total	Liquidez	Indexador ou Juros
<b>Ativos Financeiros</b>	-	<b>24.948</b>	<b>0</b>	<b>24.948</b>		
<b>Caixa e Aplicações Financeiras</b>	-	<b>24.948</b>	<b>0</b>	<b>24.948</b>		
Saldo Final de Caixa - Conta 1101	-	2.675		2.675	Imediata	NA
Aplicações Financeiras CDB	-	5.296		5.296	Imediata	% CDI
Aplicações Financeiras Fundos DI	-	16.976		16.976	imediata	% DI

## Composição do Endividamento e Dívida Líquida – R\$ Mil

RESUMO	Juros de Curto Prazo	Principal Curto Prazo	Principal + Juros LP	Total 2023	Total 2022
<b>(+) Dívida Bruta</b>	<b>18</b>	<b>978</b>	<b>3.202</b>	<b>4.198</b>	<b>5.408</b>
Financ. / Emprést. Moeda Nacional	18	978	3.202	4.198	5.408
<b>(-) Ativos Financeiros</b>	<b>0</b>	<b>(24.948)</b>	<b>0</b>	<b>(24.948)</b>	<b>(19.649)</b>
Alta Liquidez		(24.948)		(24.948)	(19.649)
<b>(+) Dívida Líquida</b>	<b>18</b>	<b>(23.969)</b>	<b>3.202</b>	<b>(20.750)</b>	<b>(14.241)</b>

## 8. Provisões para Litígios – R\$ mil

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>60</b>	<b>75</b>	<b>3.743</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.878</b>
Constituição	180	0	0	0	0	0	180
Pagamentos	0	0	0	0	0	0	0
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	0	0	0	0	0	0	0
Atualização Monetária	0	0	213	0	0	0	213
Baixas	(5)	(10)	(326)	0	0	0	(341)
Outros	0	0	0	0	0	0	0
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>235</b>	<b>65</b>	<b>3.630</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.930</b>
<b>Circulante</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>235</b>	<b>65</b>	<b>3.630</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>3.930</b>

### 8.1. Depósitos Judiciais

R\$ Mil	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Ambientais	Regulatórios	Outros	Total
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>34</b>	<b>8</b>	<b>1.717</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.759</b>
Constituição	37	16	42	0	0	0	95
Saques/Alvará	0	(8)	0	0	0	0	(8)
Ganhos de Causa / Ajustes Probabilidades	0	0	0	0	0	0	0
Atualização Monetária	4	1	115	0	0	0	120
Baixas/Liberações	0	0	0	0	0	0	0
Outros	0	0	(506)	0	0	0	(506)
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>75</b>	<b>16</b>	<b>1.369</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.460</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>75</b>	<b>16</b>	<b>1.369</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.460</b>
<b>a) Tributos Passivo Não Circulante</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.369</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>1.369</b>

As notas societárias nº 14, 14.a e 26 tratam do mesmo tema.

## 9. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações e ou incorporações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Segue a composição destas obrigações:

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:



Obrigações Especiais - R\$ Mil	Valor Bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas (B)	Valor Bruto em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>10.673</b>	<b>1.370</b>	<b>0</b>	<b>12.043</b>
Participação da União, Estados e Municípios	239	59	0	297
Participação Financeira do Consumidor	7.921	1.312	0	9.233
Programa de Eficiência Energética - PEE	7	0	0	7
Pesquisa e Desenvolvimento	68	0	0	68
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	2.438	0	0	2.438
<b>(-) Amortização Acumulada - AIS</b>	<b>(2.140)</b>	<b>(300)</b>	<b>0</b>	<b>(2.440)</b>
Participação da União, Estados e Municípios	(42)	(11)	0	(53)
Participação Financeira do Consumidor	(1.094)	(186)	0	(1.280)
Programa de Eficiência Energética - PEE	(2)	(0)	0	(3)
Pesquisa e Desenvolvimento	(62)	(6)	0	(68)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	(940)	(97)	0	(1.037)
<b>Em curso</b>	<b>480</b>	<b>2.707</b>	<b>(2.942)</b>	<b>244</b>
Participação da União, Estados e Municípios	0	41	(41)	0
Participação Financeira do Consumidor	257	1.786	(2.009)	34
Valores Pendentes de Recebimento	73	391	(417)	47
Valores Não Aplicados	150	489	(475)	164
<b>Total</b>	<b>9.013</b>	<b>3.777</b>	<b>(2.942)</b>	<b>9.847</b>

**As dez principais adições (critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:**

	Descrição do Bem	em R\$ mil
1.	Incorporação de redes elétricas - loteamento	147,29
2.	Incorporação de redes elétricas - loteamento	110,90
3.	Participação Financeira em redes elétrica	85,30
4.	Participação Financeira em redes elétrica	85,30
5.	Participação Financeira em redes elétrica	56,70
6.	Incorporação de redes elétricas - loteamento	25,80
7.	Participação Financeira em redes elétrica	25,30
8.	Participação Financeira em redes elétrica	24,18
9.	Participação Financeira em redes elétrica	23,35
10.	Participação Financeira em redes elétrica	21,99

**As dez principais baixas (critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:**

	Descrição do Bem	em R\$ mil
1.	Não ocorreram Baixas de Obrigações especiais no exercício de 2023	0

**10. Patrimônio Líquido**

As informações sobre o patrimônio líquido estão expressas na Demonstração do Patrimônio Líquido – DMPL – regulatória.

## 11. Receita Operacional Bruta

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh		R\$ Mil	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
<b>Fornecimento - Faturado</b>	<b>17.081</b>	<b>16.856</b>	<b>76.375</b>	<b>73.507</b>	<b>38.114</b>	<b>42.590</b>
Residencial	5.468	5.132	12.676	10.913	7.024	7.705
Industrial	34	38	1.028	1.272	571	834
Comercial	753	736	5.819	4.811	3.333	3.450
Rural	10.599	10.723	52.149	51.974	24.851	27.845
Poder público	116	115	739	660	443	485
Serviço público	101	102	2.977	2.947	1.583	1.909
Iluminação pública	10	10	986	930	309	361
<b>Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado</b>	<b>4</b>	<b>3</b>	<b>2.833</b>	<b>2.282</b>	<b>498</b>	<b>421</b>
Consumidores Livres	2	1	2.833	2.282	482	404
Encargos de conexão de agentes de geração	2	2	0	0	16	17
<b>Fornecimento Rede Elétrica - Não faturado</b>					<b>(33)</b>	<b>(380)</b>
<b>Constituição e Amortização Ativos e Passivos Regulat.</b>					<b>(157)</b>	<b>(7.825)</b>
<b>Serviços Cobráveis</b>					<b>8</b>	<b>9</b>
<b>Subvenções vinculadas ao serviço concedido</b>					<b>32.976</b>	<b>27.051</b>
<b>Total</b>	<b>17.085</b>	<b>16.859</b>	<b>79.208</b>	<b>75.790</b>	<b>71.406</b>	<b>61.866</b>

## Reclassificação de Contas – MCSE – Manual de Contabilidade Setor Elétrico – Versão 2022

A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF/ANEEL, pelo Despacho 2.904 de 17/09/2021 promoveu a revisão do Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica e a contar do exercício de 2022 a Instrução Contábil 6.3.28 – Bandeiras Tarifárias, combinado com as Técnicas de Funcionamento 7.2.22 – Ativos Financeiros Setoriais e 7.2.95 – Passivos Financeiros Setoriais, a classificação passa a ser no grupo de Ingressos/Receitas Operacionais – 6101.3.09.01 – Fornecimento – Diferimento ou Devolução Tarifária – (-) Constituição.

## 12. Pessoal e Administradores

	2023	2022
<b>Pessoal</b>	<b>9.958</b>	<b>8.539</b>
Remuneração	6.274	5.387
Encargos	2.315	1.968
Outros Benefícios - Corrente	1.068	914
Programa Iniciação Trabalho	130	86
Outros	171	184
<b>Administradores</b>	<b>1.087</b>	<b>849</b>
Honorários e encargos (Diretoria e Conselho)	1.074	829
Benefícios dos administradores	13	20
<b>Total</b>	<b>11.045</b>	<b>9.388</b>

## 13. Revisão e Reajuste Tarifário

### 13.1 Metodologia de Revisões e Reajustes Tarifários Aplicáveis as Cooperativas Permissionárias

O Contrato de permissão prevê que a permissionária deve ter estrutura apropriada e condizente com seu mercado, distribuindo uma energia dentro dos padrões técnicos definidos e exigidos pelo órgão regulador.

Pela definição, as tarifas de energia elétrica devem permitir ao agente uma receita/faturamento suficiente para cobrir seus custos operacionais eficientes, remunerar os investimentos realizados, permitindo sua expansão e o equilíbrio econômico e financeiro da permissão. As tarifas de energia elétrica são definidas pelo órgão regulador Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL através da metodologia de estrutura tarifária respeitando as particularidades de cada distribuidora e o seu mercado, desta forma as tarifas dos agentes (concessão ou permissão) de distribuição de energia elétrica são diferenciadas e serão reajustadas (para mais ou para menos) anualmente e revisadas a cada 4 anos.

A Cooperluz optou pela nova metodologia do PRORET Submódulo 8.4 - Reajuste e Revisão Tarifária Periódica aprovada pela Resolução Normativa ANEEL nº 704/2016, formalizada pela assinatura do aditivo nº 02 de 11/07/2016 ao Contrato de Permissão passando a data base dos reajustes e revisões para 30 de julho de cada ano.

Pela nova metodologia nos reajustes e revisões periódicas a **Receita Requerida** será definida pela Aneel com base no pleito encaminhado pela Permissionária, na legislação setorial, nos custos vigentes de encargos, transmissão e aquisição de energia.

**13.2 Composição da Receita Requerida:** A receita requerida anual representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro sendo segregada em duas parcelas:

**Parcela A:** Compreende os custos “não gerenciáveis”, custos que a distribuidora não tem gerência ou influência e são atualizados até a data da revisão em processamento de acordo com a legislação específica e podem sofrer variações distintas da inflação medida no período analisado, sendo composta pelos itens:

- Suprimento de Energia elétrica para revenda – Chamada Pública (livre) e supridora;
- Custos de Conexão e de Uso do Sistema das Instalações de Transmissões e ou Distribuição de Energia Elétrica (EUST/EUSD);
- Encargos Setoriais:
  - Conta de Desenvolvimento Energético - CDE;
  - Taxa de Fiscalização do Setor Elétrico - TFSEE;
  - Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia - PROINFA;
  - Programa de Eficiência de Energia Elétrica - PEE;
  - Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D.

Com a publicação da Lei 13.280/2016 as cooperativas permissionárias do serviço público de distribuição de energia elétrica com mercado inferior a 500 GWh estão desobrigadas de investir em Programa de Eficiência de Energia Elétrica - PEE e Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, desta forma, desde a publicação da Lei estes valores não fazem parte da composição da Parcela A da cooperativa.

**Parcela B:** Compreende os custos “gerenciáveis”, e são os custos inerentes às operações de distribuição de energia e sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela permissionária, ou também definido como componente de distribuição e deve refletir a necessidade de receita da permissionária para cobrir os custos com operação e manutenção, administrativos e comerciais, além de investimentos e composição de reservas, quando cabível, e outros itens que a Permissionária julgar necessário, conforme informado na documentação encaminhada junto com o pleito, em regra geral deve compreender os seguintes itens:

- Custo de Administração, Operação e Manutenção - (CAOM);
- Custo Anual dos Ativos (CAA): Custo Anual dos Ativos Móveis e Imóveis, representada pela Quota de Reintegração Regulatória (Depreciação dos ativos) e Remuneração adequada do capital;
- Receitas irrecuperáveis (inadimplência regulatória).

A Resolução Normativa nº 1003 de 01 de fevereiro de 2022, aprovou a estrutura e os Submódulos dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET e consolidou a regulamentação acerca dos processos tarifários, aplicáveis as permissionárias de serviços públicos de distribuição, além de aprovar a metodologia do cálculo da Parcela B também aprovou o cálculo para o teto/limite desta parcela. Em cada processo tarifário a Parcela B publicada pela ANEEL será atualizada pelo IPCA da data-base desde a publicação até o mês anterior ao do reajuste ou da revisão tarifária.

O Despacho SGT/ANEEL nº 458 de 17/02/2023 definiu o teto da Parcela B da Cooperluz em R\$(mil) 37.196 que foi atualizado pela variação do IPCA até o mês anterior do processo tarifário, atingindo o montante de R\$ (mil) 38.532.

O Conselho de Administração em 28/06/2023 aprovou o pleito no valor de R\$ (mil) 37.850 de parcela B sendo reconhecido no processo de reajuste tarifário de julho/2023. Pela Nota Técnica da SGT/ANEEL nº 60 de 18/07/2023 este valor ficou 1,8% inferior ao valor do teto atualizado conforme definido no PRORET Submódulo 8.4.

O Valor proposto da parcela B e aprovado pela ANEEL tem a seguinte composição:

**i) Custos de Administração, Operação e Manutenção - CAOM:** No valor de R\$(mil)19.000 corresponde ao valor necessário para cobertura dos referidos gastos no período regulatório de julho/2023 a junho/2024.

**ii) Custo Anual dos Ativos:** No valor de R\$(mil) 18.850, correspondente ao valor para cobertura dos custos anuais dos ativos e investimentos em ativos, além de pagamento de encargos e amortização de dívida contraída para o ciclo tarifário:

Reposição de Ativos e Investimentos:	R\$(mil) 17.000
Pagamento de Empréstimos:	<u>R\$(mil) 1.850</u>
<b>Custo Anual Ativos:</b>	<b>R\$(mil) 18.850</b>

### 13.3. Resumo do Reajuste Tarifário Anual – RTA

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL pela metodologia do PRORET 8.4 e pelo processo de reajuste tarifário com data base: 30/07/2023, definiu por meio da Resolução Homologatória nº 3.232 de 25/07/2023 que as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Cooperluz tivessem um efeito médio negativo de (-)13,95%.

A parcela “A” teve um efeito de 4,55%, que compreende os custos com encargos setoriais (CDE/EES/EER/TFSEE) com um efeito de 0,88%, o item de transporte rede básica e uso sistema (TUST/TUSD) teve um reflexo de 1,91% e o item de suprimento de energia (TE) teve um efeito de 1,77%.

A Parcela B – formada pelos custos de operação, manutenção, administração e investimentos da cooperativa apresentou um reajuste de 10,36%, motivado pelo acréscimo dos valores para investimentos.

Os componentes financeiros representados pela subvenção de baixa densidade criada pela Lei 13.360/2016 que este ano as permissionárias supridas pela RGE Sul tiveram os valores revistos principalmente pela adição de novos ativos as rede das permissionárias em especial dos ativos maiores que 69 kV, que causou um efeito negativo de -63,90%, que somado a retirada dos componentes financeiros do reajuste anterior de 35,04% resultou no efeito médio negativo a ser percebido pelos associados de (-)13,95%, sendo (-)14,39% para os consumidores do grupo de Alta Tensão (AT) e (-)13,90% para os consumidores do grupo Baixa Tensão (BT).

Na análise, as tarifas B1-Residencial, B3-Demais Classes e B4-Illuminação Pública tiveram um reajuste negativo de (-)17,69%, a tarifa rural também teve um reajuste negativo de (-)12,44%. A tarifa rural (B2) em 2023 teve a retirada da última parcela de 6% dos descontos conforme previsto no Decreto 9642/2018, ficando equiparada com a tarifa residencial. As novas tarifas terão vigência de 30/07/2023 a 29/07/2024.

Na tabela a seguir sintetizamos todos os itens da receita requerida, a receita verificada e os componentes financeiros, além de apresentar a participação de cada item e a sua contribuição para o reposicionamento tarifário:

Descrição	DRA Receita - Último IRT (Referência) R\$ Mil	DRP Receita Verificada (Processamento) R\$ Mil	Varição (%)	Impacto no Reajuste Tarifário (%)
<b>1. Encargos Setoriais</b>	<b>8.886</b>	<b>9.397</b>	<b>5,75%</b>	<b>0,88%</b>
Taxa Fiscalização Serviços EE - TFSEE	138	148	7,04%	0,02%
Conta Desenvolvimento Energético - CDE	5.370	6.892	28,35%	2,62%
Enc Serv Sistema - ESS - Energia Reserva -EER	2.319	1.462	-36,96%	-1,47%
PROINFA	1.059	895	-15,46%	-0,28%
<b>2. Transporte Energia</b>	<b>3.559</b>	<b>4.667</b>	<b>31,13%</b>	<b>1,91%</b>
CUST/CUSD	3.559	4.667	31,13%	1,91%
<b>3. Compra Energia</b>	<b>13.884</b>	<b>14.911</b>	<b>7,40%</b>	<b>1,77%</b>
Energia	13.884	14.911	7,40%	1,77%
<b>4. PARCELA A (1+2+3)</b>	<b>26.329</b>	<b>28.975</b>	<b>10,05%</b>	<b>4,55%</b>
<b>5. PARCELA B</b>	<b>31.827</b>	<b>37.850</b>	<b>18,92%</b>	<b>10,36%</b>
<b>6. Reposicionamento Econômico (4+5)</b>				<b>14,91%</b>
7. Componentes Financeiros				<u>-63,90%</u>
<b>8. Reposicionamento com Financeiros</b>				<b>-48,99%</b>
9. Financeiros Retirados do IRT Anterior				35,04%
<b>10. Efeito Médio Consumidor</b>				<b>-13,95%</b>

Fonte: Nota Técnica STR/ANEEL – Pág. 34 - Tabela I.5.1

#### 14. Conciliação do Balanço Patrimonial Regulatório e Societário

Para fins estatutários, a Outorgada seguiu a regulamentação societária para a contabilização e elaboração das Demonstrações Contábeis Societárias, sendo que para fins regulatórios, a Outorgada seguiu a regulamentação regulatória, determinada pelo Órgão Regulador apresentada no MCSE.

Dessa forma, uma vez que há diferenças entre as práticas societárias e regulatórias, faz-se necessário a apresentação da conciliação das informações apresentadas seguindo as práticas regulatórias com as informações apresentadas seguindo as práticas societárias.

### Balanço Patrimonial Societário e Regulatório em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	2023			2022			
	Nota:	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
<b>ATIVO</b>							
<b>Ativo circulante</b>		<b>36.855</b>	<b>(283)</b>	<b>36.572</b>	<b>32.156</b>	<b>(172)</b>	<b>31.985</b>
Caixa e equivalentes de caixa		24.948	0	24.948	19.649	0	19.649
Consumidores		4.747	0	4.747	5.217	0	5.217
Concessionárias e permissionárias		51	0	51	58	0	58
Serviços em curso		57	0	57	26	0	26
Tributos compensáveis		906	0	906	894	0	894
Almoxarifado operacional		1.191	0	1.191	1.251	0	1.251
Ativos regulatórios	15	1.116	(283)	833	2.408	(172)	2.236
Despesas pagas antecipadamente		156	0	156	109	0	109
Ativos e Bens Destinados a Alienação		85	0	85	0	0	0
Outros ativos circulantes		3.598	0	3.598	2.546	0	2.546
<b>Ativo não circulante</b>		<b>91.226</b>	<b>8.604</b>	<b>99.830</b>	<b>84.038</b>	<b>9.955</b>	<b>93.993</b>
Tributos compensáveis		1.378	0	1.378	1.224	0	1.224
Depósitos judiciais e cauções		1.460	0	1.460	1.759	0	1.759
Ativos regulatórios		0	0	0	751	0	751
Outros ativos não circulantes	16	18.311	(18.311)	0	15.570	(15.570)	0
Bens e atividades não vinculadas concessão		1.030	0	1.030	901	0	901
Imobilizado	17	5.757	89.862	95.619	5.403	83.607	89.010
Intangível	18.2	63.290	(62.947)	343	58.430	(58.082)	348
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>128.080</b>	<b>8.321</b>	<b>136.401</b>	<b>116.194</b>	<b>9.784</b>	<b>125.978</b>
<b>PASSIVO</b>							
<b>Passivo circulante</b>		<b>12.554</b>	<b>(283)</b>	<b>12.271</b>	<b>12.710</b>	<b>(172)</b>	<b>12.538</b>
Fornecedores		2.745	0	2.745	2.610	0	2.610
Empréstimos e financiamentos		996	0	996	1.269	0	1.269
Obrigações sociais e trabalhistas		2.114	0	2.114	1.570	0	1.570
Tributos		2.299	0	2.299	1.832	0	1.832
Encargos setoriais		598	0	598	548	0	548
Passivos regulatórios	15	2.702	(283)	2.419	4.072	(172)	3.900
Outros passivos circulantes		1.099	0	1.099	808	0	808
<b>Passivo não Circulante</b>		<b>18.348</b>	<b>0</b>	<b>18.348</b>	<b>18.747</b>	<b>0</b>	<b>18.747</b>
Empréstimos e financiamentos		3.202	0	3.202	4.139	0	4.139
Tributos		1.369	0	1.369	1.717	0	1.717
Provisão para litígios		3.930	0	3.930	3.878	0	3.878
Obrigações vinculadas à concessão		9.847	0	9.847	9.013	0	9.013
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>30.902</b>	<b>(283)</b>	<b>30.619</b>	<b>31.457</b>	<b>(172)</b>	<b>31.285</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>							
Capital Social		3.219	0	3.219	3.211	0	3.211
Outros resultados abrangentes	19.1	5	8.604	8.609	6	9.955	9.961
Reserva de sobras		92.050	0	92.050	80.132	0	80.132
Sobras à disposição da Assembleia		1.905	0	1.905	1.387	0	1.387
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>97.178</b>	<b>8.604</b>	<b>105.782</b>	<b>84.737</b>	<b>9.955</b>	<b>94.692</b>
<b>TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>128.080</b>	<b>8.321</b>	<b>136.401</b>	<b>116.194</b>	<b>9.784</b>	<b>125.978</b>



Demonstração do Resultado dos Exercícios Findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2023			2022		
		Societário	Ajustes CPCs	Regulatório	Societário	Ajustes CPCs	Regulatório
<b>Receita / Ingresso</b>		<b>71.406</b>	<b>0</b>	<b>71.406</b>	<b>61.866</b>		<b>61.866</b>
Fornecimento de energia elétrica		17.023	0	17.023	22.254	0	22.254
Disponibilização sistema de transmissão e distribuição		21.557	0	21.557	20.377	0	20.377
Ativos e Passivos Regulatórios		(157)	0	(157)	(7.825)	0	(7.825)
Serviços cobráveis		8	0	8	9	0	9
Doações, subvenções vinc. serviço concedido		32.976	0	32.976	27.051	0	27.051
<b>Tributos</b>		<b>(3.671)</b>	<b>0</b>	<b>(3.671)</b>	<b>(4.585)</b>		<b>(4.585)</b>
ICMS		(2.902)	0	(2.902)	(3.994)	0	(3.994)
PIS-PASEP		(137)	0	(137)	(105)	0	(105)
COFINS		(632)	0	(632)	(486)	0	(486)
<b>Encargos - Parcela "A"</b>		<b>(6.852)</b>	<b>0</b>	<b>(6.852)</b>	<b>46.782</b>		<b>46.782</b>
Conta de Desenvolvimento Econômico - CDE		(6.710)	0	(6.710)	(5.116)	0	(5.116)
Taxa Fiscalização Serv Energia Elétrica - TFSEE		(142)	0	(142)	(133)	0	(133)
<b>Receita líquida / Ingresso líquido</b>		<b>60.884</b>	<b>0</b>	<b>60.884</b>	<b>52.032</b>		<b>52.032</b>
<b>Custos não gerenciáveis - Parcela "A"</b>		<b>(25.051)</b>	<b>0</b>	<b>(25.051)</b>	<b>(21.205)</b>		<b>(21.205)</b>
Energia elétrica comprada para revenda		(18.743)	0	(18.743)	(15.897)	0	(15.897)
Encargo de transmissão, conexão e distribuição		(6.308)	0	(6.308)	(5.308)	0	(5.308)
<b>Resultado antes dos custos gerenciáveis</b>		<b>35.833</b>	<b>0</b>	<b>35.833</b>	<b>30.827</b>		<b>30.827</b>
<b>Custos gerenciáveis - Parcela "B"</b>		<b>(35.189)</b>	<b>11.787</b>	<b>(23.402)</b>	<b>(30.968)</b>	<b>9.691</b>	<b>(21.277)</b>
Pessoal e administradores		(11.045)	0	(11.045)	(9.388)	0	(9.388)
Material		(2.435)	0	(2.435)	(2.282)	0	(2.282)
Serviços de terceiros		(3.329)	0	(3.329)	(3.138)	0	(3.138)
Arrendamentos e aluguéis		(272)	0	(272)	(273)	0	(273)
Seguros		(75)	0	(75)	(68)	0	(68)
Doações, contribuições e subvenções		(6)	0	(6)	(118)	0	(118)
Provisões		(30)	0	(30)	(252)	0	(252)
(-) Recuperação de despesas		25	0	(25)	20	0	20
Tributos		(495)	0	(495)	(436)	0	(436)
Depreciação e amortização	20	(3.951)	(1.137)	(5.087)	(3.628)	(1.086)	(4.714)
Gastos diversos	21	(13.575)	12.923	(652)	(11.404)	10.777	(627)
<b>Outras receitas operacionais</b>	<b>22</b>	<b>14.203</b>	<b>(12.923)</b>	<b>1.280</b>	<b>11.310</b>	<b>(10.777)</b>	<b>533</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>	<b>23</b>	<b>(810)</b>	<b>(215)</b>	<b>(1.025)</b>	<b>(626)</b>	<b>(325)</b>	<b>(951)</b>
<b>Resultado da Atividade</b>		<b>14.038</b>	<b>(1.351)</b>	<b>12.686</b>	<b>10.543</b>	<b>(1.411)</b>	<b>9.132</b>
<b>Resultado Financeiro</b>		<b>1.962</b>	<b>0</b>	<b>1.962</b>	<b>1.340</b>	<b>0</b>	<b>1.340</b>
Despesas financeiras		(941)	0	(941)	(782)	0	(782)
Receitas financeiras		2.903	0	2.903	2.122	0	2.122
<b>Resultado antes dos impostos sobre os lucros</b>		<b>16.000</b>	<b>(1.351)</b>	<b>14.648</b>	<b>11.883</b>	<b>(1.411)</b>	<b>10.472</b>
Contribuição social		(950)	0	(950)	(700)	0	(700)
Imposto de renda		(2.616)	0	(2.616)	(1.921)	0	(1.921)
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>24.b</b>	<b>12.434</b>	<b>(1.351)</b>	<b>11.082</b>	<b>9.262</b>	<b>(1.411)</b>	<b>7.851</b>

A seguir são detalhadas em notas explicativas a natureza dos ajustes apresentados entre a contabilidade societária e a regulatória:

### 15. Ativos e Passivos Financeiros Setoriais

A diferença entre os valores apurados na contabilidade societária e regulatória de ativos e passivos financeiros setoriais está em conformidade com a Instrução Contábil – IC 6.3.4 do MCSE onde define que deverão ser registradas no ativo ou passivo em conformidade com o saldo líquido do ciclo tarifário em diferimento, nos subgrupos e contas de 2º grau pertinentes. No caso, foi transferido o saldo de ativos financeiros setoriais em curso para o passivo financeiro setorial em curso, na contabilidade societária não foi observado esta instrução, permanecendo o saldo de cada conta tanto no ativo como no passivo.

Ativos Financeiros Setoriais	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativos Financeiros Setoriais	1.116	(283)	833	2.408	(172)	2.236
	<b>1.116</b>	<b>(283)</b>	<b>833</b>	<b>2.408</b>	<b>(172)</b>	<b>2.236</b>

Passivos Financeiros Setoriais	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivos Financeiros Setoriais	2.702	(283)	2.419	4.072	(172)	3.900
	<b>2.702</b>	<b>(283)</b>	<b>2.419</b>	<b>4.072</b>	<b>(172)</b>	<b>3.900</b>

### 16. Ativo Financeiro Indenizável da Permissão

Os ajustes são decorrentes na contabilidade societária da aplicação da ITG 01(R1) – Contratos de Concessão e corresponde à parcela dos bens e instalações que em função da vida útil, transcende o prazo de permissão, e não estarão amortizados ao final da permissão, representando dessa forma direito incondicional e financeiro, devendo ser objeto de indenização por parte do poder concedente, caso não ocorra a prorrogação da permissão. Tal prática para fins de contabilidade regulatória não é adotada e desta forma requer ajuste nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

Na contabilidade regulatória, todo o valor dos bens e instalações utilizados direta ou indiretamente exclusiva e permanentemente na prestação do serviço público de energia elétrica, está registrado no ativo imobilizado, conforme determina a Resolução nº 396/2009 e o contrato de permissão.

Ativo Financeiro	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Terrenos	429	(429)	0	429	(429)	0
Edificações, Obras e benfeitorias	232	(232)	0	232	(232)	0
Máquinas e Equipamentos	17.349	(17.349)	0	14.608	(14.608)	0
<b>Subtotal</b>	<b>18.010</b>	<b>(18.010)</b>	<b>0</b>	<b>15.269</b>	<b>(15.269)</b>	<b>0</b>
Servidões	301	(301)	0	301	(301)	0
<b>Subtotal</b>	<b>301</b>	<b>(301)</b>	<b>0</b>	<b>301</b>	<b>(301)</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>18.311</b>	<b>(18.311)</b>	<b>0</b>	<b>15.570</b>	<b>(15.570)</b>	<b>0</b>

## 17. Imobilizado

O valor dos bens e instalações vinculados às atividades da permissão são registrados na contabilidade regulatória no grupo Ativo Não Circulante – Imobilizado, enquanto na contabilidade societária se encontra distribuído nos grupos Ativo Financeiro Indenizável e Intangível.

### 17.1. Reavaliação Compulsória (Valor Novo de Reposição - VNR)

Os ajustes são decorrentes de regramento regulatório que determina a contabilização do Valor Novo de Reposição – VNR e respectiva depreciação acumulada, que foram reconhecidos somente na contabilidade regulatória, não sendo reconhecidos na contabilidade societária.

### 17.2. Amortização e Depreciação

Os ajustes têm origem na diferença entre as práticas contábeis societária e regulatória quanto ao tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão.

Na contabilidade regulatória as imobilizações devem ser contabilizadas no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesas de depreciação. Desta forma, os valores que na contabilidade societária estão registrados em contas de amortização, na regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A composição do ativo imobilizado, observados os regramentos da Resolução nº 396/2009 com os valores da reavaliação compulsória regulatória estão demonstrados na forma do quadro abaixo:

Imobilizado	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Imobilizado em Serviço	0	95.014	95.014	0	89.672	89.672
Ajuste Ativo Financeiro (vide Nota 16)	0	18.010	18.010	0	15.269	15.269
(-) Depreciação	0	(34.413)	(34.413)	0	(31.753)	(31.753)
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>78.611</b>	<b>78.611</b>	<b>0</b>	<b>73.188</b>	<b>73.188</b>
VNR - Reavaliação Regulatório	0	26.319	26.319	0	27.315	27.315
(-) Depreciação VNR-Regulatória	0	(17.715)	(17.715)	0	(17.360)	(17.360)
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>8.604</b>	<b>8.604</b>	<b>0</b>	<b>9.955</b>	<b>9.955</b>
<b>Imobilizado em Serviço</b>	<b>0</b>	<b>87.215</b>	<b>87.215</b>	<b>0</b>	<b>83.143</b>	<b>83.143</b>
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>5.757</b>	<b>2.647</b>	<b>8.404</b>	<b>5.403</b>	<b>464</b>	<b>5.867</b>
<b>Total</b>	<b>5.757</b>	<b>89.862</b>	<b>95.619</b>	<b>5.403</b>	<b>83.607</b>	<b>89.010</b>

## 18. Efeitos de contabilização de contratos de concessão - ITG 01(R1)

### 18.1. Ativo Financeiro Indenizável

Os ajustes são decorrentes de atendimento ao disposto na ITG 01(R1) – Contratos de Concessão, trata-se de um Ativo Financeiro Indenizável e corresponde a parcela dos bens e instalações que em função de suas vidas úteis, ultrapassa o prazo de permissão, os quais não estarão amortizados ao final da permissão e na forma do Contrato, o valor será objeto de indenização, caso não ocorra a prorrogação, mas que para fins de contabilidade regulatória tal prática não é adotada e desta forma é necessário ajuste nos saldos contábeis societários e regulatórios. A nota 16. trata do mesmo conceito.

## 18.2. Ativo intangível

Os ajustes ocorrem porque na contabilidade societária, por força da ITG 01(R1) o valor do intangível corresponde à parcela dos bens e instalações vinculados à permissão, que serão amortizadas ao longo do correspondente contrato. Na contabilidade regulatória, o intangível corresponde aos direitos sobre softwares e servidões.

Intangível	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Intangível - Permissão em serviço	95.014	(95.014)	0	89.672	(89.672)	0
(-) Amortização Intangível	(34.413)	34.413	0	(31.753)	31.753	0
<b>Subtotal</b>	<b>60.601</b>	<b>(60.601)</b>	<b>0</b>	<b>57.919</b>	<b>(57.919)</b>	<b>0</b>
Intangível - Outros em serviço	426	0	426	416	0	416
Ajuste Ativo Financeiro (vide Nota 16)	0	301	301	0	301	301
(-) Amortização Intangível	(385)	0	(385)	(369)	0	(369)
<b>Subtotal</b>	<b>42</b>	<b>301</b>	<b>343</b>	<b>47</b>	<b>301</b>	<b>348</b>
Intangível -VNR	-	67	67	-	67	67
(-) Amortização VNR Regulatória	-	(67)	(67)	-	(67)	(67)
<b>Subtotal</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>0</b>
<b>Intangível em Serviço</b>	<b>60.643</b>	<b>(60.300)</b>	<b>343</b>	<b>57.966</b>	<b>(57.618)</b>	<b>348</b>
<b>Em curso</b>	<b>2.647</b>	<b>(2.647)</b>	<b>0</b>	<b>464</b>	<b>(464)</b>	<b>0</b>
<b>Total</b>	<b>63.290</b>	<b>(62.947)</b>	<b>343</b>	<b>58.430</b>	<b>(58.082)</b>	<b>348</b>

## 19. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório

### 19.1. Outros Resultados Abrangentes – Reavaliação Regulatória Compulsória

Os ajustes são decorrentes de regramento regulatório que determinou a contabilização do Valor Novo de Reposição - VNR dos bens do Ativo Imobilizado em contrapartida da Reserva de Reavaliação do VNR, tendo sido reconhecido na contabilidade regulatória em 2013 quando da homologação pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL da Base de Remuneração Regulatória - BRR na 1ª Revisão Tarifária, não sendo reconhecido na contabilidade societária.

Outros Resultados Abrangentes	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Reserva Reavaliação	5	0	5	6	0	6
Reserva Reavaliação Regulatória-VNR	0	8.604	8.604	0	9.955	9.955
	<b>5</b>	<b>8.604</b>	<b>8.609</b>	<b>6</b>	<b>9.955</b>	<b>9.961</b>

### 19.2. Reserva de Sobras - Equalização Resultado Regulatório e Societário

Considerando que o resultado colocado à disposição da assembleia, assim como as destinações estatutárias e legais devem corresponder ao que foi apurado na contabilidade societária, ao registrarmos tais destinações, na regulatória, caso restar diferenças no resultado à disposição da assembleia, devem ser transferidos para a conta "Equalização Resultado Regulatório e Societário" no grupo das Reservas de Sobras.

No exercício de 2023 e 2022 **não houve diferenças** entre os resultados societários e regulatórios à disposição da assembleia. A Nota 24 demonstra a conciliação do resultado e o Demonstrativo das Mutações do Patrimônio Líquido apresenta as movimentações nas contas do patrimônio líquido.

## 20. Amortização e Depreciação

Os ajustes têm origem na diferença entre as práticas contábeis societária e regulatória quanto ao tratamento dispensado aos investimentos realizados na permissão.

Na contabilidade regulatória as imobilizações devem ser contabilizadas no ativo imobilizado e os registros da reintegração são efetuados como despesa de depreciação. Desta forma os valores que na contabilidade societária estão registrados em contas de amortização, na regulatória são apresentados em contas de depreciação.

A diferença existente entre a depreciação regulatória e amortização societária deve-se pelo reconhecimento das despesas da Depreciação do Valor Novo de Reposição - VNR e por tratar-se de regramento regulatório, os efeitos estão registrados somente na contabilidade regulatória:

Depreciação e Amortização	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Amortização	3.951	(3.951)	0	3.628	(3.628)	0
Depreciação	0	3.951	3.951	0	3.628	3.628
Depreciação VNR-Valor Novo Reposição	0	1.137	1.137	0	1.086	1.086
	<b>3.951</b>	<b>1.137</b>	<b>5.087</b>	<b>3.628</b>	<b>1.086</b>	<b>4.714</b>

## 21. Gastos Diversos

### 21.1 Custos de Construção (resultado)

A diferença entre os saldos apurados na societária e na regulatória correspondem aos Custos de Construção. A referida conta existe somente na contabilidade societária, em virtude de que está previsto na ITG 01 e aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009 e se destina ao registro dos valores investidos na permissão. Na contabilidade regulatória, tais investimentos são contabilizados no ativo imobilizado, desta forma, são apresentados ajustes na conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios, incluso aos Custos Gerenciáveis – Parcela B – Gastos Diversos. A nota 35 da contabilidade societária detalha a composição de Gastos Diversos.

Gastos Diversos	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Gastos Diversos	652	0	652	627	0	627
Custos de Construção	12.923	(12.923)	0	10.777	(10.777)	0
	<b>13.575</b>	<b>(12.923)</b>	<b>652</b>	<b>11.404</b>	<b>(10.777)</b>	<b>627</b>

## 22. Outras Receitas Operacionais

### 22.1 Receita de Construção (resultado)

A diferença verificada neste grupo se refere à Receita de Construção NBC TG 47, que representa o direito de receber os recursos investidos na permissão, através da tarifa ou indenização ao final do contrato. Esta receita é registrada somente na contabilidade societária, em atendimento à ITG 01(R1), aprovada pela Resolução CFC 1.261/2009, mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não preveem tratamento para o registro desta receita, desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios, demonstrado em Outras Receitas Operacionais. A nota 36 da contabilidade societária detalha a composição de outras receitas.

Outras Receitas Operacionais	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Compartilhamento Infraestrutura	215	0	215	152	0	152
Ganhos Alienação Materiais	996	0	996	328	0	328
Outras Receitas	69	0	69	52	0	52
Receita de Construção	12.923	(12.923)	0	10.777	(10.777)	0
	<b>14.203</b>	<b>(12.923)</b>	<b>1.280</b>	<b>11.310</b>	<b>(10.777)</b>	<b>533</b>

### 23. Outras Despesas Operacionais

Os ajustes na conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios correspondem ao custo dos bens baixados e a baixa da depreciação dos bens da reavaliação regulatória (VNR), reconhecidos na contabilidade regulatória, conforme quadro abaixo. A nota 37 da contabilidade societária detalha a composição de outras despesas operacionais;

Outras Despesas Operacionais	2023			2022		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Perdas na Alienação e Desativação Bens	745	0	745	580	0	580
Perdas Desativação Bens-VNR Regulatória	0	215	215	0	325	325
Gastos Diversos	65	0	65	46	0	46
	<b>810</b>	<b>215</b>	<b>1.025</b>	<b>626</b>	<b>325</b>	<b>951</b>

### 24. Conciliação das Sobras Líquidas Societária e Regulatória

Os efeitos dos Ajustes entre a contabilidade Societária e Contabilidade Regulatória no exercício de 2023 é R\$(mil) 1.351. A origem deste valor é o reconhecimento como despesa da depreciação regulatória (VNR) e o custo dos bens baixados e sua respectiva depreciação regulatória, que foram absorvidos pela reversão da Reserva de Reavaliação Regulatória (VNR), quando da apuração do resultado. O reconhecimento na contabilidade societária dos efeitos dos custos de construção e receita de construção, não produz reflexos ao resultado do exercício, com efeito nulo.

No quadro abaixo, partindo do Resultado do Exercício Societário (Sobras Líquidas), demonstramos a conciliação dos ajustes na Contabilidade Societária e Regulatória:

#### Conciliação das Sobras Líquidas Societária e Regulatória

	2023	2022
<b>(a) Sobras Líquidas - Contabilidade Societária</b>	<b>12.434</b>	<b>9.262</b>
Depreciação Regulatória (VNR)	(1.137)	(1.086)
Custos de Construções (NBC_TG 30)	(12.923)	(10.777)
Receita de Construção (ITG 01)	12.923	10.777
Baixa de bens - Reavaliação Regulatória (VNR)	(215)	(325)
<b>(b) Efeitos dos Ajustes Contabilidade Societária e Regulatória</b>	<b>(1.351)</b>	<b>(1.411)</b>
<b>(c=a+b) Sobras Líquidas Regulatória</b>	<b>11.082</b>	<b>7.851</b>

### 25. Demonstração do Resultado Abrangente Regulatório

No Quadro abaixo partindo das sobras do exercício regulatórias, recompomos o resultado com realização das reservas de reavaliação e VNR – Regulatória:



**Demonstração do Resultado Abrangente Regulatório dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022**

(Valores expressos em milhares de reais)

Descrição das Contas	2023	2022
<b>RECURSOS</b>		
<b>SOBRAS LIQUIDAS DO EXERCÍCIO</b>	<b>11.082</b>	<b>7.851</b>
<b>DEMAIS RESULTADOS ABRANGENTES</b>		
Reserva Reavaliação	1	97
Reserva Reavaliação VNR - Regulatória	1.351	1.411
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.435</b>	<b>9.359</b>

**26. Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias**

No Quadro abaixo, após os ajustes regulatórios e partindo do resultado abrangente do exercício ajustado e igual ao societário, realizamos a Reserva do FATES e a destinação das sobras em conformidade a legislação cooperativista e estatuto social:

**Demonstração das Destinações Legais e Estatutárias dos Exercícios Findos em 31/12/2023 e 31/12/2022**

	2023	2022
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>12.435</b>	<b>9.359</b>
Reversão do Fates - cfe. ITG 2004	<u>233</u>	<u>159</u>
<b>SALDO ANTES DAS DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>12.668</b>	<b>9.517</b>
<b>DESTINAÇÕES LEGAIS E ESTATUTÁRIAS</b>	<b>10.763</b>	<b>8.130</b>
Fates Resultado Operações c/3º-Art.87- Lei 5764/71	5.049	3.968
Fundo de Reserva - 10%	762	555
Fates - 5%	381	277
Fundo de Expansão e Manutenção - 60%	<u>4.571</u>	<u>3.330</u>
<b>SALDO A DISPOSIÇÃO DA ASSEMBLEIA GERAL</b>	<b>1.904</b>	<b>1.387</b>

**27. Demonstração do Valor Adicionado (DVA)**

O Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) no item 9.2.2 – página 586 define que para fins de Demonstrações Contábeis Regulatórias, a DVA não é requerida.

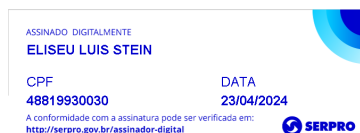
**28 - Eventos Subsequentes**

Não ocorreram eventos subsequentes entre a data de encerramento do exercício social e de revisão dos auditores independentes em 12/04/2024 que pudessem afetar as informações divulgadas, bem como a análise econômica e financeira.

Santa Rosa/RS, 31 de dezembro de 2023.



Querino Volkmer  
Presidente - Cooperluz



Eliseu Luis Stein  
Secretário - Cooperluz



Ivar Pacheco de Souza  
Contador CRCRS 43674/O

## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos

Administradores, Conselheiros Fiscais e Associados da  
**COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**  
Santa Rosa – RS

### Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste**, que compreendem o Balanço Patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas Demonstrações de Sobras ou Perdas, do Resultado Abrangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. As demonstrações contábeis foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Sem modificar nossa opinião, chamamos a atenção para a nota explicativa 02 às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a cooperativa a cumprir determinação da ANEEL, conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim.



## **Outros assuntos**

A **COOPERLUZ - Cooperativa Distribuidora de Energia Fronteira Noroeste** elaborou um conjunto de demonstrações contábeis em separado para o exercício findo em 31 de dezembro de 2023, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 08 de março de 2024.

## **Auditoria do período anterior**

As demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2022, apresentadas para fins de comparabilidade, foram por nós auditadas e o relatório de opinião emitido em 31 de março de 2023.

## **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor**

A administração da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrangem o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é de ler o Relatório da Administração e apurar se existe inconsistência relevante com as demonstrações contábeis regulatórias ou, com base no conhecimento obtido na auditoria, aparenta estar distorcido de forma relevante, e comunicar esses fatos em nosso relatório. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Nenhuma informação adicional ao conjunto das demonstrações contábeis regulatórias foi submetida para fins de apreciação e manifestação.

## **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis regulatórias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE) e ainda pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando,



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias. A administração elaborou as demonstrações contábeis regulatórias valendo-se do pressuposto da continuidade operacional.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias**

Nossos objetivos são de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantivemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- a) Identificamos e avaliamos os riscos de distorções relevantes nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causadas por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- b) Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- c) Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

- d) Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis regulatórias ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- e) Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Porto Alegre/RS, 12 de abril de 2024.



JOSE ROBERTO  
SIMAS:67179843091  
2024-04-21 08:48:41

**José Roberto Simas - Resp. Técnico**  
Contador CRC RS 062801/O-1



**José Carlos Faccio Suzin**  
Contador CRC RS 049550/O-4

**DICKEL & MAFFI – AUDITORIA E CONSULTORIA SS**  
Registro CRC RS 3.025

